

Mariangela de Paiva Oliveira

A MEMÓRIA DO ENSINO VOCACIONAL:
CONTRIBUIÇÃO INFORMACIONAL DE UM NÚCLEO DE DOCUMENTOS

Dissertação de mestrado apresentada ao
Departamento de História da Faculdade
de Filosofia, Letras e Ciências Humanas
da Universidade de São Paulo.

1986

“O que nos preocupa na solução de experiências piloto é o esquecimento em que elas permanecem, não proporcionando condições de progresso e enriquecimento para o sistema escolar. A par desse esquecimento são autorizadas outras experiências que seguramente terão o mesmo destino das primeiras.”

Considerações sobre Renovação Educacional

SEV – 1967

Sumário

Introdução

Capítulo I – Observações sobre a memória

- A memória do indivíduo
- A Memória: um fenômeno social
- A questão da exteriorização da memória
- Uma síntese possível

Capítulo II – A política nacional e uma nova proposta de educação

- A questão do desenvolvimento econômico e a política nacional
- A política educacional
- As classes experimentais
- O ensino vocacional
 - Do surgimento
 - Da implantação
 - Da prática pedagógica
 - Da expansão do experimento
 - O encerramento

Capítulo III – Os testemunhos da experiência

- O documento e as instituições coletoras
- o Centro de Memória do Ensino Vocacional
- O tratamento documental

Capítulo IV – Os instrumentos de pesquisa

- Inventário Geral dos documentos pertencentes ao grupo “SEV”
- Inventário Analítico dos documentos pertencentes ao sub-grupo “Assessoria Jurídica”
- Inventário Analítico dos recortes de jornais

Anexos

- Anexo 1 – Listagem dos volumes encadernados
- Anexo 2 – Listagem da documentação encontrada na EESG 'Oswaldo Aranha'

Conclusão

Bibliografia

Abreviaturas utilizadas

- CEVOA – Colégio Estadual Vocacional Oswaldo Aranha
- GEVOA – Ginásio Estadual Vocacional Oswaldo Aranha
- IBAD – Instituto Brasileiro de Ação Democrática
- IPES – Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais
- ISEB – Instituto Superior de Estudos Brasileiros
- LBDEN – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
- SAGVOA – Sociedade dos Amigos do Ginásio Vocacional Oswaldo Aranha
- SEV – Serviço do Ensino Vocacional

INTRODUÇÃO

Esta introdução não tem a intenção de situar o referencial teórico-metodológico que orientou a elaboração deste trabalho, uma vez que isto será objeto de abordagem do próprio corpo da dissertação. Minha intenção aqui é, tão-somente, a de colocar alguns dados que evidenciam os motivos que me levaram a propor e a realizar este trabalho.

Fui aluna do Ginásio e Colégio Estadual Vocacional Oswaldo Aranha entre 1966 e 1972. Minha turma foi a última que teve a oportunidade de cursar integralmente o ginásio em regime experimental, extinto em 1969. A partir de então vivemos, lá dentro, a agonia daquele sistema de ensino e sentimos, alunos e professores, a impotência de não poder nada fazer pela sua continuidade.

Em 1973 ingressei no curso de História desta Universidade, onde encontrei meu orientador, professor José Sebastião Witter, que me proporcionou meu primeiro contato com o mundo dos arquivos. Foi trabalhando no Arquivo do Estado, inicialmente como estagiária de paleografia e depois como pesquisadora desta instituição que é por ele supervisionada e que constitui hoje a cabeça do Sistema de Arquivos do Estado de São Paulo, que percebi mais claramente a importância do trabalho de preservação das fontes documentais da História e, simultaneamente, o descaso que até então era dedicado à problemática específica da área.

Todos sabemos da inexistência de cursos regulares de graduação em Arquivística em nosso Estado. Sabemos, também, das dificuldades que decorrem para o pesquisador dos acervos documentais desorganizados e não descritos em instrumentos de pesquisa. A atuação dos profissionais de arquivo é, além de necessária, fundamental para a elevação dos padrões de qualidade das análises históricas e sociais.

A lacuna deixada pela inexistência desses profissionais tem sido freqüentemente preenchida, no mercado de trabalho, por técnicos em Comunicações, Administração, sociólogos e, principalmente, por historiógrafos.

Tida tradicionalmente como técnica auxiliar da História, no mesmo nível da Paleografia, da Diplomática ou da Heurística, a Arquivística vem se constituindo como uma opção profissional para parcelas crescentes de historiógrafos que a compreendem como área cujo incremento é prioritário para o desenvolvimento das pesquisas históricas em nosso país.

Meu próprio caso se enquadra nessa parcela, já que venho trabalhando nesse campo há algum tempo, esforçando-me por adquirir o conhecimento técnico específico necessário à

esta atuação, seja através de estudos individuais, seja freqüentando cursos ocasionais promovidos por diversas instituições.

Ao me deparar com a necessidade de optar por um tema para a dissertação de mestrado, fui apoiada por meu orientador no sentido de realizar um trabalho nesta área. O mestrado, como primeiro exercício acadêmico, segundo seu entendimento, permitiria esta opção não convencional.

Na escolha do objeto de trabalho pesaram muito dois fatores: primeiro, se referia à vontade de realizar um trabalho que não ficasse esquecido numa prateleira, mas que se constituísse de fato como contribuição ao desenvolvimento de outros trabalhos; o segundo era a preocupação em escolher um tema pelo qual pudesse me apaixonar, mantendo acesa a chama da curiosidade.

Disso tudo decorreu a escolha por pensar a problemática da memória do ensino vocacional.

Muitas análises já foram feitas acerca desta experiência de ensino, enfocando aspectos diferenciados, que vão desde o estudo do Vocacional como escola comunitária te a tentativa de recuperação de sua organização curricular ou da sua concepção de avaliação.

Tais estudos, na sua maioria empreendidos por ex-integrantes da experiência, foram embasados pela sua própria vivência e pelas informações fixadas nos documentos de seus próprios arquivos pessoais. Nenhuma delas, entretanto, pode se utilizar das informações veiculadas pelos documentos componentes do núcleo do Centro de Memória do Ensino Vocacional recém-criado, já que tais papéis permaneceram dispersos até há pouco tempo, quando iniciamos este trabalho de reunião, arranjo e descrição.

A presente dissertação é, portanto, resultado das questões colocadas em minha trajetória individual e é produto do trabalho eminentemente prático desenvolvido nesses três últimos anos. Como resultado final, se apresenta em quatro capítulos:

- no primeiro desenvolvo uma reflexão sobre a memória. Para tanto foi necessário recorrer a obras específicas de vários ramos de estudo que, investigando seu funcionamento e manifestações, puderam discutir sua conceituação. A partir de meados deste século, quando a ciência passou a estudar a memória no âmbito das sociedades, muitas informações foram acrescentadas acerca da sua importância para a construção e

a manutenção da identidade cultural e também como elemento que embasa a crítica e a mudança histórica.

- o segundo capítulo pretende situar o quadro conjuntural político e econômico específico que possibilitou o surgimento da experiência do ensino vocacional, colocado como uma tentativa de, na área educacional, encontrarem-se respostas à necessidade de viabilizar a promoção de uma consciência autenticamente democrática. Não se trata de análise pormenorizada do período, nem da análise histórica da experiência, uma vez que isto demandaria maior profundidade no meu próprio amadurecimento intelectual. Traço apenas linhas gerais que permitam a compreensão da importância da preservação e divulgação dos testemunhos dessa experiência pedagógica, cuja proposta, certamente, se constitui em subsídio imprescindível para a reflexão sobre o futuro educacional brasileiro.

- o terceiro capítulo realiza a síntese entre os dois precedentes e desenvolve a preocupação central dessa dissertação, pois é nele que trato dos testemunhos materiais da experiência: os documentos, elementos de registro da memória social, que foram e continuam sendo recolhidos ao citado Centro de Memória; objeto de tratamento arquivístico, o fruto desse trabalho se revela nos inventários elaborados, que constituem o quarto capítulo.

As dificuldades colocadas durante sua elaboração foram muitas, indo desde a necessidade constante de complementação teórica até a carência de recursos financeiros. Neste sentido devo agradecer à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo, cujo auxílio foi de alta valia e permitiu, de fato, que eu me debruçasse sobre tal empreitada.

À Professora Maria Nilde Mascellani, idealizadora da experiência e batalhadora corajosa em prol do estabelecimento de uma ordem social justa, agradeço a confiança depositada em mim, configurada na entrega irrestrita do seu acervo documental, sem o que este trabalho não teria se realizado, e as inúmeras horas de conversas que me proporcionaram uma nova compreensão da experiência.

Sou grata igualmente aos demais participantes da experiência que investiram seu tempo concedendo entrevistas e depoimentos, acompanharam-me e auxiliaram do resgate da documentação, facilitando minha tarefa.

Na área da arquivística, foram fundamentais as colaborações de Rose Marie Inojosa, Heloísa Belloto e Ana Maria Camargo, com as quais tive a oportunidade de conviver, discutir e elucidar várias questões.

À Rose, amiga que me ouviu cotidianamente, que muito me ensinou nestes últimos dois anos e que leu e criticou os originais dessa dissertação.

À Heloísa, cuja autoridade na área dos arquivos é inquestionável, que me apoiou em momentos difíceis desse percurso.

À Ana Maria, cuja atuação conseqüente foi fundamental para a preservação do arquivo remanescente do Ginásio Vocacional de Rio Claro.

Agradeço também à minha parceira Jandira Lopes de Oliveira, interlocutora na discussão sobre a memória, que tornou menos solitário esse exercício acadêmico.

Não posso deixar de agradecer o trabalho das estagiárias que se sucederam e que muito contribuíram para que o arranjo documental se realizasse em tempo recorde: Ivana M. Rodrigues, Maristela Vasconcelos Cardoso, Sandra Farina, Amarílis M. de A. Ferreira, e, particularmente, Leda Cristina de Oliveira Penteado, que se dedicou com seriedade e profissionalismo.

Minha gratidão se estende também ao professor Ulpiano Bezerra de Menezes, cuja reflexão sistematizou os aspectos conceituais da preservação cultural que embasam este trabalho.

Ao Witter, que acreditou na minha capacidade de trabalho e que me deu total liberdade de reflexão e expressão.

Quero, finalmente, agradecer às pessoas que me são mais caras: aos meus pais e irmãos que muito me incentivaram no sentido de realizar este trabalho; aos meus filhos, Nara e Flávio, privados da minha companhia neste momento tão importante de suas vidas, para quem guardo a esperança íntima de que um dia possam usufruir um ensino tão incrível quanto o que eu tive no Vocacional; ao Márcio, companheiro de todas as horas, pelo compartilhar atento, pelo aconselhamento nas situações críticas e pela 'força' efetiva.

Capitulo I

Observações sobre a Memória

'Negociar perpetuamente nuevas alianzas entre disciplinas próximas o lejanas; concentrar em haces sobre un mismo tema la luz de varias ciencias heterogéneas; esa es la tarea primordial, la más urgente y la más fecunda, sin Duda, de las que se imponem a una historia que se impacienta ante las fronteras y los compartimientos estancos.'¹

Esta queixa de Lucien Febvre em 1952 se transformou em orientação deixada aos estudiosos da História das novas gerações que vieram sucedê-lo. Cada vez mais a História enquanto disciplina de reflexão sobre os fatos humanos recorre a outras ciências para melhor compreender o passado.

Contribuições substantivas vieram de várias áreas do conhecimento e, particularmente, da psicologia social, da sociologia e da antropologia, fazendo com que o historiador visualizasse novos objetos e conceitos, experimentasse outras abordagens e métodos de trabalho, cujo efeito, enfim, foi a ampliação do universo percebido pelo historiador como passível de análise histórica.

O fenômeno da memória, definida como a capacidade humana de conservar e organizar informações, conhecimentos e experiências ocorridas tanto a nível individual quanto no nível coletivo, suporta observações de vários desses campos de análise.

A recuperação de algumas das abordagens feitas pelas ciências citadas acima se constitui em um esforço para que, através dessa interdisciplinaridade, possamos ter uma noção mais clara acerca do que é a memória, seu funcionamento, sua importância para a evolução da consciência humana e também para que se possa visualizar como os estudiosos dessas áreas diversas apreenderam o conceito historicamente.

A memória do indivíduo

O âmbito da memória do indivíduo foi e continua sendo exaustivamente observado pela psicologia, explicado por várias de suas escolas de pensamento, embasadas por fundamentos epistemológicos diferenciados e visando objetivos também diversos.

A análise do âmbito filosófico não figura entre os objetivos desse trabalho, onde a preocupação central se refere às explicitações, historicamente determinadas, do conceito da memória, vindas à luz a partir de finais do século passado.

¹ FEBVRE, Lucien – Combates por la historia. Barcelona, Ed. Ariel, 1974, p.30.

Henri Bergson, em sua obra 'Matière et Mémoire', surgida em 1896, e recuperada por Ecléa Bosi em sua tese de doutoramento², colocava sua concepção de memória enquanto conservação do passado. Diversamente da percepção pura, que seria o resultado de uma interação do ambiente com o sistema nervoso no momento presente, a memória pressuporia a conservação inconsciente de toda a experiência vivencial anterior do sujeito. As lembranças seriam as representações do passado que misturar-se-iam ao processo corporal presente da percepção. Assim, 'a memória permite a relação do corpo presente com o passado e, ao mesmo tempo, interfere no processo 'atual' das representações' (Bosi, 1979, p. 9), fornecendo parâmetros para a escolha de alternativas do pensamento e da ação do sujeito frente a novos estímulos.

Para Bergson, portanto, as imagens se conservariam puras, inteiras e intactas no inconsciente do espírito humano, que teria a faculdade de recuperá-las para o consciente através da evocação. A memória cumpriria, assim, uma função mediadora entre o passado e o presente, limitando a indeterminação do pensamento e da ação do indivíduo.

Bergson fazia distinção entre uma memória-hábito, adquirida pelo esforço da atenção e da repetição, responsável pelos esquemas automáticos do comportamento e do adestramento cultural, e uma lembrança pura, realizada na imagem-lembrança, que, ao contrário da primeira, se refere sempre a vivências únicas do sujeito, aproximando-se do sonho e da poesia.

Preocupado com as relações que estabelecem entre o passado, conservado infra-conscientemente, e o seu afloramento à consciência presente, Bergson descreveu esquematicamente o funcionamento da memória humana, onde as relações de similaridade e contigüidade estabelecem sistemas individuais diferentes para cada protagonista e/ou espectadores de um mesmo fato.

Oito anos após a publicação de 'Matière et Mémoire', em 1904, portanto, surgia um importante trabalho de Rudolf Steiner, pensador que estruturou e deu expressão aos fundamentos filosóficos que embasam a antroposofia: 'A Teosofia'³.

² BOSI, Ecléa. Memória e Sociedade: Lembrança de Velhos.

³ Existem duas traduções da obra no Brasil:

- Uma delas, etimológica, feita por Frederico Mueller: 'Theosophia. Introdução em Ultrasensual Reconhecimento do Mundo e da Destinação do Homem'. Rio de Janeiro, s. c. e, 1977.
- Outra é do Dr. Daniel Brilhante de Brito: 'Teosofia. Introdução ao conhecimento supra sensível do mundo e do destino humano'. São Paulo, Editora Antroposófica, 1983.

A análise de Steiner, assim como a de Bergson, ainda que filosoficamente distintas entre si, extrapola a abordagem estritamente biológico-funcional da memória. A obra, aliás, não pretende ser um estudo específico sobre memória, como fica claro já no seu título; não obstante, vale resgatar algumas indicações feitas no texto, algumas delas aceitas e incorporadas ao saber oficial bem mais tarde.

A primeira distinção fundamental em relação às colocações de Bergson é que, enquanto este acreditava que a memória se conservava no espírito humano, Steiner a concebeu como faculdade da alma. Esta, segundo tal concepção, é a mediadora entre o corpo e o espírito e também o é entre a presença e a duração. A impressão, a sensação e a percepção são transitórias: estão presentes apenas na medida em que os órgãos corporais estão abertos à presença do objeto no mundo exterior. No entanto, a impressão, sensação ou percepção restam na alma após aquele momento propriamente dito, podendo tornar-se novamente uma 'representação', independentemente da impressão exterior. Assim, a alma conserva o presente para a lembrança, arrancando-o da efemeridade e transitoriedade. 'Pela recordação a alma conserva o ontem. Pela ação prepara ela o amanhã'⁴. Assim, é através da lembrança que a alma interioriza o mundo exterior, guardando e transformando em representações as impressões recebidas. Dessa forma, as impressões já vivenciadas pelo indivíduo (guardadas pela memória na forma de representações) condicionam, dão suporte como referências para sua ação no presente.

O inédito do pensamento de Steiner e que vai ser parcialmente retomado por Janet em 1928 e evidenciado sob outra ótica por Halbwachs mais tarde ainda, se refere à colocação da transitoriedade das representações: a 'representação que tenho agora é um fenômeno que esvanece com o agora. Quando se apresenta a recordação verifica-se na relação entre mim e o mundo exterior um processo que é a consequência de algo ocorrido além da provocação da representação atual. O que foi provocado pela lembrança é uma representação nova, e não antiga, conservada. A lembrança consiste em se poder ter uma representação nova, não em reviver uma antiga. O que novamente se apresenta é algo diverso da representação propriamente dita'.⁵

Para Steiner, as imagens produzidas no indivíduo pela vivência das experiências não permanecem retidas na memória de forma cumulativa e inalterada durante o tempo, como pretendia Bergson. Elas se esvanecem. O que permanece são os efeitos dessas

⁴ Steiner, trad. de Mueller, 1977, p.40.

⁵ Steiner, trad. de Brilhante de Brito, 1983, p. 28.

experiências, transformados em capacidades adquiridas, que enriquecem as faculdades do indivíduo e o próprio conteúdo de sua vida.

A psicologia contemporânea, entretanto, estuda a memória não como uma faculdade do espírito ou da alma, mas como o fenômeno que relaciona funcionalmente o conhecimento adquirido com sua posterior identificação, mediante a observação de aspectos biológicos e psicológicos da conduta humana.

César Flores comenta em 'A Memória'⁶ as concepções da memória do neo-associacionismo e da gestalt como tendentes a reduzir a um mínimo a atuação do sujeito na elaboração da memória e das funções cognitivas.

Para a teoria neo-associacionista, formulada no início do nosso século, o processo da lembrança resulta de um chamamento que reproduz os dados acumulados na memória de forma associada. Formularam então a lei da contigüidade, segundo a qual acontecimentos próximos entre si no tempo e no espaço são associados pelo indivíduo.

A gestalt, ou teoria da forma, ressaltou o aspecto estrutural dos fenômenos psicológicos. A memória, como um desses fenômenos, resulta de sistemas de traços mnemônicos, que não são simplesmente a soma das propriedades de seus componentes, mas toda uma organização que faz de forma subordinada a leis próprias, extrapolando a atividade do indivíduo.

Em oposição, Flores sublinha a importância da tese de Pierre Janet, colocada na obra 'Evolución de la mémoire et de la notion du temps', de 1928, que volta a considerar o sujeito como indivíduo não apenas reativo, mas essencialmente ativo. Janet reconheceu também a função social da memória, colocada enquanto 'conduta de relação', isto é, na medida em que é transmissão de uma informação na ausência do objeto ou acontecimento original. Janet considera fundamental a intervenção de outras funções psicológicas – operações dedutivas da inteligência, operação lógica dos fatos lembrados, articulação da linguagem – na qualidade do conteúdo da lembrança. Assim, a memória seria muito mais reconstrução do que propriamente conservação.

Uma outra contribuição, vinda também da psicologia, e que se tornou decisiva para a compreensão que se tem contemporaneamente da memória, foi aquela dada por Piaget. Como estudioso do conjunto das funções cognitivas, Piaget subordina a memória aos esquemas da inteligência que governam a ação do indivíduo. Sua origem, no indivíduo,

⁶ FLORES, César. A Memória. Lisboa, Publ. Europa – América, Col. Saber, nº 135.

está ligada ao desenvolvimento da inteligência e das funções semióticas (linguagem e interiorização das representações de fatos e objetos apreendidos).

Assim, quando o indivíduo apela para a memória, chama uma lembrança através da evocação, acontece a representação. O funcionamento da memória exige, portanto, o suporte de instrumentos semióticos subordinados aos esquemas cognitivos, cujos aspectos figurativos correspondem às imagens na representação mental.

O reconhecimento dessas imagens permite a reconstrução das experiências apreendidas. Neste sentido, é uma nova construção e não uma reprodução da experiência original.

A memória, para Piaget, embora subordinada aos esquemas da inteligência, não se confunde com ela. A inteligência se refere a todas aquelas situações de vida passíveis de comparação, seja presente ou passado. A memória, por outro lado, se refere ao passado, a acontecimentos singulares situados no tempo. Dessa forma, quanto mais o esquema de apreensão de um fato é diferenciado, maior a possibilidade de sua preservação pela memória. Uma maior frequência de determinadas situações permite a generalização do esquema, o que também atua de modo a favorecer a sua conservação pela memória.

A memória: um fenômeno social

O tratamento da memória como um fenômeno social foi dado por Maurice Halbwachs, sociólogo francês que herdou de Durkheim a preocupação sobre a precedência do fato social sobre os fenômenos de ordem individual. Em suas obras 'Les cadres sociaux de la memoire', de 1925, e 'La mémoire collective', de 1950, Halbwachs desloca o eixo das pesquisas sobre memória de uma perspectiva pessoal e até mesmo espiritual para uma investigação acerca das determinações das instituições sociais sobre a realidade interpessoal.

Suas conclusões negam a tese de Bergson, segundo a qual o passado se conservaria inteiro no espírito, ao demonstrar que a qualidade da memória é condicionada pela situação presente do sujeito que lembra. 'A memória do indivíduo depende do seu relacionamento com a família, com a classe social, com a escola, com a Igreja, com a profissão ; enfim, com os grupos de convívio e com os grupos de referencia peculiares a esse individuo.' (Bosi, 1979, p. 17)

Halbwachs coloca, como Steiner, que a memória não é revivescência do passado, mas sim o refazer, com imagens e idéias de hoje as experiências do passado. Assim, as

imagens lembradas por um indivíduo não são as mesmas inicialmente percebidas, já que a própria percepção é alterada no processo de vida do indivíduo.

Ecléa Bosi salienta, acerca da tese de Halbwachs, que ela não se refere a um condicionamento externo de um fenômeno interno. Seu entendimento da tese do autor é de que não haveria uma justaposição de 'quadros sociais' e 'imagens evocadas', mas, mais do que isso, haveria todo um trabalho das noções gerais veiculadas pela linguagem no interior, no cerne da lembrança e das imagens.

A linguagem, considerada aqui como um sistema de signos que permitem a comunicação entre indivíduos, ou seja, o instrumental que capacita o homem a manipular construções mentais tangíveis ou intangíveis, revela-se para Halbwachs como 'o elemento decisivamente socializador da memória' (Bosi, 1979, p.18); Joseph Bram coloca que a linguagem, além de se constituir em canal de transmissão das convenções sociais, é, por si só, um dos principais componentes da cultura⁷. Ela própria é uma convenção, ao mesmo tempo em que serve de instrumento de veiculação de outras convenções sociais.

É, portanto, através dessa redução do conceito a nomes, isto é, à sua materialização em símbolos dominados e reconhecidos por todos os elementos de um grupo social, que se opera a unificação dos significados. A linguagem, enquanto o 'quadro mais elementar e mais estável da memória coletiva' (Bosi, 1979, p. 19), dá aos homens e grupos sociais, seus usuários e criadores, a sensação de 'pertencer'; é um dos suportes da identidade cultural.

Nesse sentido é que se coloca a tese de Halbwachs, para o qual a função social exercida no aqui/agora pelo sujeito que lembra é o elemento que rege, em última análise, a atividade mnêmica. Se a memória do indivíduo pode ser alterada em função do grupo e do contexto social no qual ele se insere, isto implica em que a lembrança pode ser reconstruída ideologicamente. Neste ponto Halbwachs traça um curioso e pertinente paralelo entre a atividade do sujeito que lembra e a do historiador: o reconstruir lhes é comum. Este esforço da reconstrução exerce uma função condicionadora sobre o conjunto de noções presentes, permitindo a avaliação e, inclusive, a alteração do conteúdo da memória.

Halbwachs é o autor que explicitou de forma sistemática a diferenciação entre a memória individual e a memória coletiva. Para ele a memória individual se vincula às idéias e à

⁷ BRAM, Joseph. Linguagem e sociedade. Rio de Janeiro, Ed. Bloch, 1968.

linguagem vigentes no âmbito social e, portanto, sujeitas às determinações históricas. Esta memória individual ultrapassa aquela memória estritamente pessoal, que se restringe à história de vida de cada um, já que incorpora toda uma bagagem de lembranças que se referem também a fatos exteriores à experiência pessoal propriamente dita. A memória individual incorpora informações veiculadas pelo que chamou de memória social, através da transmissão oral ou escrita das tradições e da cultura do grupo. Ela apela para as lembranças dos outros para compor seu próprio quadro.

A memória coletiva, por outro lado, se refere a grupos sociais específicos e nesse sentido é múltipla. Cada grupo social detém, em sua existência, a capacidade de mantê-la viva. Na medida em que o grupo se dispersa ou se marginaliza, sua memória será transformada, referindo-se a um tempo onde a realidade era outra.

Entretanto não há um corte cronologicamente localizado na duração da memória coletiva. Sua existência acontece de forma irregular e está vinculada à transmissão das imagens forjadas pelo grupo no todo social. Tais imagens tendem a permanecer fixadas no quadro da memória histórica, que vai, então, abranger não apenas um determinado grupo social, mas vários grupos que compõem uma determinada sociedade, espacial e cronologicamente situada.

É importante mencionar ainda a posição do psicólogo William Stern, cuja obra foi sintetizada também por Ecléa Bosi⁸. Stern concilia as teses de Halbwachs e Bergson, colocando que a 'pessoa' enquanto 'unidade constante' pode conservar intactas as imagens do passado e pode também alterá-las conforme as condições objetivas do seu desenvolvimento, uma vez que a memória situa-se entre o instinto (que significa repetição) e a inteligência (que pode significar inovação). 'A função da lembrança é conservar o passado do indivíduo na forma que é mais apropriada a ele' (Bosi, 1979, p. 28). O sujeito pode, portanto, trabalhar o seu próprio passado qualitativa ou quantitativamente, de modo a deixar que permaneçam apenas as lembranças significativas.

Além de Stern, o psicólogo Frederic Charles Bartlett⁹ também efetua uma conciliação das posturas de Halbwachs e Bergson, através da introdução do conceito de 'convencionalização', proposto pelo etnólogo Rivers¹⁰.

⁸ STERN, William. *Psicologia General*. Buenos Aires, Paidós, 1967 (citada por BOSI).

⁹ BARTLETT, F. C. *Remembering as a study in social psychology*. Cambridge, Cambridge University Press, 1932 (citado por BOSI).

Para Bartlett, 'a matéria prima da recordação não aflora em estado puro na linguagem do falante que lembra; ela é tratada, às vezes estilizada pelo ponto de vista cultural e ideológico do grupo em que o sujeito está situado' (Bosi, 1979, p. 25). Fica clara a aproximação com Halbwachs. Mas Bartlett acrescenta que sem esta elaboração grupal se reproduziria o teor da primeira impressão guardada pelo inconsciente, onde se aproxima de Bérghson.

Até esse ponto da exposição, Ecléa Bosi foi muito citada para ilustrar as concepções de memória de alguns autores por ela estudados. É necessário, entretanto, relatar as suas próprias conclusões, colocadas no cap. IV de sua obra, onde ratifica algumas daquelas posturas, além de acrescentar novos pontos de vista frutos de suas observações.

Ecléa relativiza a posição de Halbwachs sobre a memória coletiva, quando este coloca que as diversas memórias individuais são pontos de referência para a coletiva. Para ela, a memória individual assume maior importância: é mais do que um ponto de referência; é um 'ponto de encontro de caminhos diversos' (Bosi, 1979, p. 335). O que pareceu a Halbwachs uma unidade, da sua perspectiva é múltiplo. A valorização do indivíduo torna-se evidente quando a autora diz: 'por muito que se deva à memória coletiva, é o indivíduo que relembra' (Bosi, 1979, p. 333). A pessoa é o testemunho de suas próprias recordações e também das de outras pessoas, que, enfim, compõem o grupo.

Para Ecléa, a imagem dada pela percepção tende a se manter fiel ao acontecimento, tal como ele foi percebido pelo sujeito que relembra. Ele viu, é uma testemunha, e isto atua como limite à sua imaginação. Por outro lado, a memória é uma faculdade que reorganiza as imagens em função do processo individual de desenvolvimento. Neste sentido ela opera uma esquematização, ela simplifica. A busca do estabelecimento de significados muitas vezes se aproxima dos processos de estereotipia. As representações tendem a ser eleitas como exemplares.

Não obstante o lembrar pode ser de elaboração coletiva: outros membros de um mesmo grupo podem introduzir elementos que reavivem a memória individual, como também, da mesma forma, podem confundi-la.

¹⁰ RIVERS, W. H. R. *The History of Melanesian Society*. Cambridge, Cambridge University Press, 1914. Convencionalização: processo pelo qual imagens e idéias recebidas de fora por um certo grupo indígena acabam assumindo uma forma de expressão ajustada às técnicas e convenções verbais já estabelecidas há longo tempo nesse grupo. (citado por Bosi, p. 25).

Portanto, se há identificação no passado, o grupo funciona como suporte da memória do indivíduo, já que o confronto entre as diversas representações individuais possibilita a correção. Mais do que isso, o grupo dá o mote da conservação. Diante da mudança, que na maior parte das vezes, destrói os apoios da memória (lugares, sons, objetos), provocando a desagregação, apenas o grupo pode, sendo atuante, resistir.

A questão da exteriorização da memória

Além da análise feita pela ótica da psicologia e da sociologia, a memória também foi investigada pela arqueologia. Um trabalho recente de André Leroi Gourhan – ‘O Gesto e a Palavra’, em seu 2º volume, intitulado ‘Memória e Ritmos’¹¹, encontramos uma reflexão sobre a memória enquanto atributo comum às sociedades humanas e animais.

‘Podem-se discutir as identidades e as diferenças, mas o grupo apenas sobrevive através do exercício de uma verdadeira memória na qual se inscrevem os comportamentos; no caso do animal, esta memória específica a cada espécie baseia-se no aparelho extremamente complexo do instinto, enquanto que no caso dos antropídeos a memória específica de cada etnia baseia-se no aparelho não menos complexo que é a linguagem’ (Leroi Gourham, 1983, p. 13).

Para Leroi Gourham o uso da linguagem, estreitamente ligada à capacidade de reflexão, é o que diferencia a qualidade das práticas operatórias humanas e animais.

‘O domínio da linguagem, enquanto sistema de símbolos que se baseia numa memória virtual cujo conteúdo pertence à sociedade permite a confrontação consciente e a escolha’. Nesse sentido, ‘a linguagem é instrumento de libertação relativamente ao vivido’ (p. 21).

O autor distingue, no homem, três níveis de funcionamento neuropsíquico que embasam seu comportamento operatório, constituindo ‘memórias’ diferenciadas: - as cadeias operatórias automáticas – memória hereditária que se refere ao funcionamento biológico; as maquinais – memória familiar comum ao grupo, responsável pelos comportamentos cotidianos e pela comunicação verbal; e as cadeias operatórias periódicas ou excepcionais – onde a linguagem tem maior interferência, já que se referem às ações desenvolvidas não no cotidiano, mas em situações excepcionais.

¹¹ LEROI GOURHAN, André. O Gesto e a Palavra. 2. Memória e Ritmos. Lisboa, Edições 70, 1983.

O ato fundamental na diferenciação do animal e do humano, segundo o autor, além da 'libertação do utensílio', isto é, o processo que projetou progressivamente os utensílios para o exterior do homem, seria a 'libertação do verbo', ou seja, a propriedade exclusiva do homem de 'situar a sua memória à margem de si próprio, no organismo social' (p.31).

À exceção da memória hereditária, já preexistente no homem ao nível do grupo étnico, esta memória humana encontra-se contida na coletividade étnica e, tendo por base a experiência, constitui-se a partir da linguagem. Dessa forma, é a capacidade exclusivamente humana de simbolizar que vai distinguir o comportamento operatório do homem e do animal. Esta é, para Leroi Gourhan, a memória coletiva, cuja história ele divide em cinco períodos, a partir do critério da chamada 'exteriorização do verbo': - o da transmissão oral, o da transmissão escrita, o das fichas simples, o da mecanografia e o da seriação eletrônica.

O período da transmissão oral não se localiza num tempo circunscrito, mas se refere às sociedades agrícolas e artesanais nas quais o conteúdo da memória técnica não é objeto de organização sistemática nem é fixada em literatura e onde a aprendizagem e a conservação se transmitem através das próprias células sociais.

A transmissão escrita do conhecimento, surgida em função do desenvolvimento da metalurgia e da escravatura, registrando novos conteúdos que interessam às cúpulas dos sistemas (atos financeiros e religiosos, genealogias e calendários, inicialmente), inaugura um novo período. A transmissão escrita se desenvolve lentamente e, na medida em que o instrumento de fixação de palavras e frases se aperfeiçoa, aumentam os conteúdos por ela abrangidos, tanto na forma de manuscritos quanto na de textos impressos. A noção da 'referência', da orientação do leitor dentro do texto escrito, evolui também lentamente da notação marginal no próprio documento, até a sua exteriorização em dicionários e glossários. O auge desse período é o século XVIII, que marca a 'maior dilatação conhecida na história da memória coletiva', com a expansão da literatura técnica, o aparecimento da enciclopédia e dos índices alfabéticos e de assuntos.

O enorme 'volume da memória coletiva no século XIX', exigiu a 'organização do pensamento inerte contido no cérebro impresso da coletividade através de um tecido suplementar no qual se projetava uma imagem extremamente simplificada do conteúdo' (p. 64): surgiam as fichas catalográficas, abrindo o 3º período.

Leroi Gourhan visualiza outro período com a utilização de jogos de índices nos fichários, isto é, dos fichários perfurados que permitem a indexação sistemática de uma segunda

rede de referências, num processo cujo princípio de funcionamento é semelhante ao do tear mecânico de Jacquard.

O momento máximo desta periodização que confunde a memória coletiva com os seus suportes é o atual, que corresponde à utilização do que chama de 'cérebro eletrônico', ou o computador, ou a máxima exteriorização da capacidade de pensar. O autor chega a falar que 'em breve viremos a saber construir máquinas capazes de se lembrarem de tudo e ajuzarem (o grifo é meu) sobre as mais complexas situações sem se enganarem (p.67). Tal afirmação revela o quanto a análise da memória por uma ótica materialista por excelência é enganosa. Ora, o julgamento é a forma mais elevado de que se reveste o pensar, que é atributo exclusivo do homem. No limite esta suposição levaria a se considerar como verdadeira a suposição freqüente nos filmes e ensaios de ficção científica onde o andróide supera o seu criador, o homem, dominando-o por completo.

Acresça-se a isto o fato de que, além de o computador operar em cima de um código nele introduzido pelo homem e que está baseado numa linguagem socialmente formulada, o autor já havia destacado a reflexão como capacidade exclusivamente humana. Na medida em que o cérebro é um 'aparelho de confrontação', a capacidade de escolha é a base de sua liberdade.

Na linha de análise de Leroi Gourhan deve-se também fazer referência ao estudo de Jacques Le Goff, acerca da memória¹². Lê Goff, historiador bastante respeitado nos meios profissionais, aborda o fenômeno da memória se referindo basicamente à memória coletiva, enquanto campo de observação da história e da antropologia.

Adota a mesma perspectiva de Leroi Gourhan quando define a memória não como uma propriedade da inteligência, mas como uma base, seja ela qual for, sobre a qual se inscrevem as concatenações de Atos. Le Goff realiza um estudo bastante erudito onde divide a história da memória nos períodos:

- uma fase de memória étnica, que identifica com a memória das sociedades sem escrita, para as quais reserva a designação de memória coletiva.
- uma fase em que a memória está em transição entre a oralidade e a escrita, onde situa desde as sociedades humanas do paleolítico, que fixavam suas inscrições sobre a pedra, até as civilizações antigas.

¹² LE GOFF, Jacques. Memória

- a memória medieval, onde, a partir da cristianização distingue uma memória litúrgica e uma laica, havendo equilíbrio entre o oral e o escrito como suportes.
- uma fase de predomínio da memória escrita sobre a oral que localiza a partir do surgimento da imprensa no Ocidente, na Renascença, e
- uma fase contemporânea, que se caracteriza pela sofisticação da aparelhagem de fixação da memória, seja em fichas ou em computadores.

Tal periodização da memória coletiva se refere mais aos seus suportes do que ao conceito abstrato forjado por Halbwachs. Apesar de se referir também à halbwachs e à 'história dita nova', que 'fermenta a partir dos lugares da memória coletiva, Le Goff, usando as palavras de Pierre Nora, acentua que 'não podemos esquecer os verdadeiros lugares da história, aqueles onde se deve procurar não a sua elaboração, não a sua produção, mas os criadores e os denominadores da memória coletiva: Estados, meios sociais, comunidades de experiências históricas, ou gerações, levadas a constituir os seus arquivos em função dos usos diferentes que fazem da memória' (p. 44 e 45).

Uma síntese possível

Colocadas algumas das principais concepções sobre a memória torna-se necessário, agora, apontar as nossas considerações.

Não cabe aqui se discutir o lócus da memória. Seja faculdade do espírito ou da alma, como sustentam estudiosos que manifestam uma compreensão espiritualista do homem, seja em função da inteligência humana, como postulas as ciências de base marcadamente materialista, o fato relevante é que a memória é um fenômeno que vem ativando a curiosidade humana desde os tempos antigos. Na Grécia arcaica, Mnemosine figurava como deusa do Panteão e era fonte de imortalidade. Ela presidia a função poética, conduzindo o coro das Musas, suas filhas, estabelecendo a ligação entre o passado e o presente e revelando ao iniciado os Mistérios, com o tom sagrado do conselho e da profecia.

A compreensão do fenômeno da memória, como de resto toda a atividade científica, é um processo que se situa no tempo histórico. Assim, o conceito teoricamente formulado é fruto da percepção possível que os estudiosos têm dele no momento em que se debruçam sobre a questão.

Bergson, dos estudiosos contemporâneos, foi o autor que, com sua obra polêmica 'Matière et Mémoire', estabeleceu um ponto de partida para a discussão que se sucederia já no nosso século. Entendeu-a como conservação dos estados psíquicos já vividos, com a função de limitar a indeterminação da ação e do pensamento do indivíduo.

A colocação de Steiner revelou-se duplamente eficaz. Ao afirmar a condição de esvanescência das representações mentais no momento presente da percepção, Steiner contrapôs-se, de um lado, à concepção bergsoniana da memória como depósito que abrangeria a totalidade das lembranças adquiridas cumulativamente durante a vida e, de outro, às colocações de Kant acerca da apreensão do mundo real através das imagens. Estas, enquanto figurações das representações mentais, captam a essência, mas não a totalidade do real: são duplos passíveis de mudança.

A contribuição de Piaget reveste-se de grande importância. Subordinando a memória aos esquemas cognitivos, Piaget tornou possível entendê-la como uma faculdade que, além de reter passivamente a experiência vivida, organiza o conhecimento adquirido. A retenção, a memorização, de nada adiantariam para o homem se elas não estivessem relacionadas com as funções de abstração e associação.

A abstração permite que se efetue a passagem daquilo que é sensorial e empiricamente percebido para uma apreensão categorizada; ao estabelecer a passagem do nível do sensível para o nível do inteligível, a abstração torna possível o estabelecimento de distinções entre as diferentes categorias dos fenômenos percebidos.

A associação, por sua vez, é a função que possibilita a confrontação entre duas ou mais séries de fenômenos, a verificação das relações de causa e efeito, de similaridade ou de contigüidade.

É como função que se subordina aos quadros dos esquemas cognitivos, portanto, que se pode atribuir à memória a característica de ser seletiva. Aliada ao estabelecimento de distinções, à categorização e à associação, a memória não vai simplesmente reter todas as impressões recebidas do meio exterior, mas os efeitos dessas impressões dadas através dos sentidos. Ela é condição de permanência e recuperação de conteúdos que possibilitam adaptação às novas situações, na medida em que atua como um filtro que seleciona o conhecimento adquirido e então organiza e hierarquiza o que vier a permanecer. Desta forma, a relação entre a percepção e a resposta do indivíduo é mediatizada pela memória.

O exercício dessa memória só é possível através da linguagem, sistema de convenções simbólicas articuladas, construído historicamente. A comunicação das experiências vividas e informações apreendidas, linguagem e memória, são fatores de desenvolvimento da cultura e, simultaneamente, produtos dessa mesma cultura.

Halbwachs colocou a importância das determinações sociais sobre a memória. Sublinhou o trabalho efetuado pelas noções gerais provenientes das relações entre o indivíduo e os grupos sociais dos quais faz parte enquanto condicionantes da qualidade de sua memória.

Mais que isso, diríamos que entre memória e linguagem não há uma relação unívoca, mas uma relação em que uma interfere no desenvolvimento da outra. A linguagem não é algo que fica pronto num dado momento, não é estática. É uma convenção criada pelo homem, e, portanto, está continuamente sujeita a mudanças. Não é um dom divino: ninguém nasce sabendo falar. Uma vez aprendida, a linguagem será o instrumento que veiculará o conteúdo da memória. Isso liga uma à outra de forma indissolúvel.

Halbwachs é uma das figuras centrais nos estudos da memória. A ele devemos a sistematização dos conceitos de memória pessoal, memória individual, memória coletiva ou social e memória histórica.

A memória pessoal se refere à autobiografia do indivíduo. Ela se especializa naquilo que é vivido exclusivamente por ele.

A memória individual se diferencia da primeira na medida em que absorve elementos que escapam da instância puramente pessoal, elementos que chegam ao indivíduo através da tradição, da transmissão oral, escrita, gestual, fonográfica, etc.: de informações que situam-no no tempo e no espaço. Ela incorpora para si fatos exteriores ao indivíduo, provindos do social.

A memória coletiva não é a soma dessas memórias individuais. Ela é fruto de um quadro de relações sociais estruturadas e, ao mesmo tempo. É parte dessas relações. É, inclusive, uma maneira de se instituírem essas mesmas relações. A memória coletiva, portanto, se refere a grupos sociais distintos e, nesse sentido, é múltipla e dinâmica. Ela se transforma na medida em que os grupos vão se sucedendo e, simultaneamente, condiciona as formas como se estabelecem essas relações.

A permanência dessa memória coletiva está condicionada à transmissão. 'O ato da transmissão, da comunicação e, portanto, da conservação da memória não é espontâneo

e inconsciente, senão deliberado, dirigido a servir um propósito conhecido ao homem que o realiza¹³. Da mesma forma que a memória pessoal e a individual, a memória coletiva também implica em seleção, em filtragem, de forma a se deixar que permaneça fixado na memória do grupo e, para além dele, na memória histórica, apenas o que deve permanecer entre as impressões, maneiras de ser, estilos de épocas.

A memória histórica refere-se à nacionalidade; pode ser considerada como uma abstração, uma criação que vai permitir o convívio dos diferentes grupos com uma raiz cultural comum.

Essa capacidade de triagem confere à memória uma grande dose de ambigüidade. É através dessa seleção que a memória se torna passível de indução e manipulação ideológica.

O suporte dessa memória coletiva é o que Halbwachs chamou, romanticamente, 'as pedras da cidade'. Essa figura usada pelo autor se refere aos suportes materiais, os documentos, na acepção mais ampla da palavra, portadores de uma carga de significação, transmissores dos conteúdos das memórias, uma vez que os homens lhes atribuem, historicamente, forma, função ou sentido.

A memória tem uma função social básica que a de servir de apoio para o estabelecimento de uma identidade cultural, que implica em re-conhecimento dos conteúdos que exprimem semelhança de uma sociedade em relação a si mesma, diferenciando-a do que lhe é exterior.

A fixação dos elementos presentes na memória social, de uma forma geral, dá aos homens a sensação de 'pertencer' a um grupo, que tem origem e uma história comuns. É isso que constitui o seu patrimônio, elemento básico para a coesão do grupo.

Neste sentido, a identidade se alimenta da repetição. O ritmo contínuo permite a permanência e a apreensão dos conteúdos pré-existentes, significando segurança de que a sociedade, em função do seu passado comum, não se desagregará.

O processo de estabelecimento de uma identidade cultural, dessa forma, é um processo de construção de imagem, que reforça características explicitadas como comuns ao grupo social, preservando-as e cultivando-as como forma de capitalizar a mudança, de todo inevitável. Esse processo manipula os conteúdos e assume caráter conservador e

¹³ FINLEY, M. I.. Usos y abusos de la historia. Barcelona, Grijalbo, 1984, p.36.

ideológico na medida em que as contradições são mascaradas e os conflitos são neutralizados em prol de uma suposta harmonia.

A manipulação dos conteúdos da memória social visa, diante disso, em última instância, à manutenção da estabilidade, de um 'status quo' definido como perpetuação de um sistema de privilégios dado no presente. O seu uso assume, assim, uma função anestésica.

De outro lado, o esquecimento do passado comum a uma sociedade também é problemático, talvez em grau muito superior. Assistimos, contemporaneamente, em nossas sociedades industrializadas, de forma cada vez mais presente, a um processo de expulsão do passado das mentes humanas. Cada vez mais as sociedades lembram menos e menos. Cada vez mais o que é valorizado é o novo como um fim em si mesmo. Esses processos abrangem toda a extensão de coisas materiais produzidas pelo homem, desde os bens de consumo mais banais do cotidiano, que se revela, por exemplo, na substituição de matérias primas duráveis por outras descartáveis, sem envolver reciclagem, chegando a se estender até mesmo aos grandes equipamentos sociais essenciais, como prédios, maquinários, estradas, etc.

A substituição do velho pelo novo se faz em nome da modernização e da racionalização. O progresso e o desenvolvimento, noções que envolvem um parâmetro externo à sociedade que os usa, pressupõem a existência de uma concepção latente de que o desenvolvimento humano envolve etapas dispostas unilinearmente pelas quais todas as sociedades devem passar. Tais etapas, no mais das vezes, correspondem àquelas pelas quais passou a sociedade industrial ocidental, que se tornou um modelo a ser atingido. O referencial é outro, não diz respeito à trajetória própria a cada uma dessas sociedades em si mesmas.

Para que esta noção de desenvolvimento se legitime, e seja socialmente aceita, é necessário esquecer. É necessário exilar a memória da dinâmica social. Russel Jacoby chama este processo de 'amnésia social', isto é, o 'esquecimento e a repressão da atividade humana que faz e pode refazer a sociedade'¹⁴. Para Jacoby esta perda social da memória é a principal forma de reificação, que assume uma dimensão psicológica. Usando as palavras de Paulo Freire, 'a reificação consiste em considerar que o homem é

¹⁴ JACOBY, R.. Amnésia social. Uma crítica à psicologia conformista de Adler a Laing. Rio de Janeiro. Zahar Editores, 1977.

capaz de esquecer sua própria condição de autor do mundo que o cerca e, mais ainda, que a dialética entre o ser produtor e o seu produto não está conscientizada¹⁵.

Ficamos, portanto, sujeitos a duas formas de desvios. Uma diz respeito à amnésia social. A outra se refere à manipulação ideológica dos conteúdos da memória social. Como escapar desse impasse?

Parece-nos que a única via de superação dessa ambigüidade, que é intrínseca à memória, é o aprofundamento da consciência histórica. É a percepção de que o universo social está num contínuo formar e transformar, onde o agente fundamental é o próprio homem. Não um homem qualquer, mas aquele que, não alienado do seu passado, torna-se capaz de se auto-determinar.

A memória, nessa perspectiva, passa a assumir de fato a sua função social. Ela serve de plataforma referencial para que se opere a mudança, fornecendo rumos para a ação presente.

A memória sai do isolamento em que foi colocada no tempo para responder a questões que se colocam contemporaneamente, para que a mudança não caia no vazio. Ela deixa de ser usada como fator de anestesia para contribuir de fato para que a transformação seja fator de alienação e nem de desagregação.

Os registros materiais da memória, aliados à sua significação traduzida em termos de valores a eles incorporados pelas sociedades que os produziram, constituem o patrimônio cultural, a herança coletiva que vai informar o desenvolvimento futuro.

A preservação desse patrimônio é um trabalho de reconstrução do passado que se orienta por critérios forjados a partir do hoje. É produto dessa interpretação do tempo presente sobre o passado e sua significação no contexto contemporâneo.

É sob essa ótica que se deve entender a atividade de preservação do patrimônio cultural, categoria que se estende a toda uma gama de elementos materiais e imateriais socialmente apropriados e percebidos como capazes de alimentar e realimentar a ação humana.

Tal preservação se fundamenta no fato de que o exercício da cidadania só pode ser autêntico e legítimo na medida em que se baseie no conhecimento do passado social,

¹⁵ Paulo Freire é citado por Tânia Fischer no artigo 'Administração pública como área do conhecimento e de ensino: a trajetória brasileira', publicado na Revista de Administração de Empresas, Rio de Janeiro, 24 (4): 278-288, sem a referência bibliográfica.

como meio pelo qual se dá forma e conteúdo, se acrescenta qualidade à construção do processo histórico.

Entre nós, a preservação toma ares de atitude revolucionária na medida em que se contrapõe à prática corrente de destruição dos testemunhos da história. A introdução do novo tem implicado sistematicamente na destruição do velho, daquilo que ficou enraizado. A tão falada passagem, no Brasil, do carro de boi para o computador, ou seja, o processo ultra acelerado de transformação tecnológica a que fomos submetidos nas décadas mais recentes, criou uma situação patológica onde estamos perdendo os referenciais de cultura brasileira, ou das várias culturas regionais brasileiras.

É nesse perspectiva que se coloca o presente trabalho. É a partir da constatação da situação caótica e decadente em que se encontra o ensino público brasileiro que se considerou fundamental resgatar a memória do ensino vocacional, experiência educacional absolutamente inovadora que teve lugar nos quadros institucionais do Estado de São Paulo na década de 60, do qual falaremos a seguir.

Capítulo II
A Política Nacional e
Uma Nova Política Educacional

Para que se possa compreender a significação de uma experiência do porte do ensino vocacional é necessário que se coloquem inicialmente e em linhas bem gerais algumas considerações acerca do contexto econômico, político e cultural em que ela se situava.

Embora não seja objetivo central desse trabalho fazer uma análise pormenorizada dos processos que se desencadeavam historicamente na sociedade brasileira essa contextualização se impõe, pois é apenas historicamente que se pode detectar a importância da experiência e situá-la como uma tentativa, talvez a mais arrojada no quadro da educação brasileira, de se encontrar caminhos institucionais que viabilizassem o aprofundamento do processo de conscientização do homem brasileiro.

A questão do desenvolvimento econômico e a política nacional

Considerando o panorama econômico brasileiro na década de 50 evidencia-se a emergência do Estado como o grande elemento organizador do processo de desenvolvimento, onde a indústria passou a assumir de fato o papel de pólo dinâmico, ao lado de uma estagnação relativa do setor primário, então relegado a um segundo plano.

Após um período de implantação do parque industrial brasileiro orientado por um modelo de substituição de importações de bens de consumo não duráveis, o Estado, no período do 2º governo de Vargas, estabeleceu diretrizes para responder à necessidade de se planejar um desenvolvimento autônomo e independente de forma a equacionar o problema da energia, induzir a fabricação de máquinas e equipamentos no Brasil e conter a evasão de capitais. De acordo com esses objetivos é que instituiu o monopólio estatal do petróleo, elaborou-se o projeto da Eletrobrás e tentou-se regular a remessa de lucros das empresas estrangeiras aqui estabelecidas para o exterior.

Pressionado, entretanto, pelos interesses monopolísticos dos cartéis internacionais que se aliavam aos de uma burguesia nacional que se beneficiava com a importação / exportação, Vargas suicidou-se em 1954, deixando um testamento político onde denunciava esta situação.

A comoção popular diante de sua morte foi de tal ordem que conseguiu assegurar, no ano seguinte, a posse de Juscelino Kubistchek e João Goulart na Presidência e Vice-Presidência, respectivamente, eleitos pela coligação PSD – PTB.

O governo de Juscelino imprimiu uma nova direção ao processo de industrialização brasileiro que, ao invés de dar continuidade ao projeto de Vargas de incremento aos

setores de base, optou pela produção de bens de consumo duráveis (automóveis, eletrodomésticos, etc.).

O 'desenvolvimentismo', que ajustava a economia brasileira ao novo esquema da divisão internacional do trabalho, exprimiu-se a nível executivo no 'Plano de Metas', elaborado em 1956, que colocava uma série de exigências quantitativas relativas ao investimento público e privado.

A adoção desse modelo de desenvolvimento implicou na internacionalização da economia brasileira. O aumento dos investimentos estrangeiros, basicamente norte-americanos, acentuou-se no período de Juscelino, permitindo, finalmente, a passagem do controle de ramos fundamentais da indústria instalada no país para as grandes empresas, oriundas do centro dominante do sistema capitalista.

A penetração do capital estrangeiro em setores básicos da economia nacional imprimiu marcas fundamentais no processo histórico brasileiro, uma vez que implicou no peso cada vez maior de empresários e interesses estrangeiros sobre as decisões da política econômica.

O desenvolvimento autônomo da indústria de base nacional foi obstaculizado, uma vez que o Brasil não importava mais bens de consumo duráveis do exterior, mas comprava aqueles fabricados em território nacional pelas empresas estrangeiras.

Esse ajuste na direção do processo econômico brasileiro às exigências internacionais valeu ao governo Juscelino uma estabilidade política considerável.

Mas a industrialização determinara uma acentuação nos desequilíbrios da economia nacional, que se revelaram tanto no nível setorial, como regional e internacional.

No setor primário, como já foi colocado, configurava-se uma situação de relativo atraso. Apesar de certa modernização tecnológica, evidenciada pelo aumento do uso de maquinários e fertilizantes, permanecia fortemente presente o padrão exportador de organização, baseado na grande propriedade.

No âmbito regional o desnível ficava patente dada a concentração das indústrias na região sudeste, marcadamente em São Paulo, que oferecia melhores condições infra-estruturais para sua instalação e escoamento de sua produção.

A nível internacional o desequilíbrio se agravava, uma vez que, entre outras coisas, as remessas de lucros das empresas para suas matrizes no exterior superavam rapidamente o investimento original.

Os efeitos da concentração regional da expansão industrial atingiram a economia e a política nacionais como um todo. O processo de urbanização, que vinha se observando desde o começo do século, sofreu larga intensificação no seu ritmo. Além disso, os principais núcleos urbanos do sudeste passaram a incorporar grandes contingentes populacionais, que, expulsos do campo pelas péssimas condições de sobrevivência, caminharam em sua direção à procura de emprego, moradia e alimentação.

A problemática do desenvolvimento econômico permeou boa parte da produção cultural da década de 50. Os esforços para o entendimento da realidade brasileira consolidaram toda uma ideologia de superação do subdesenvolvimento, que apontava para a modernização como meio para se alcançar a autodeterminação nacional. A produção do ISEB (Instituto Superior de Estudos Brasileiros), neste sentido, procurou legitimar a ação do Estado desenvolvimentista a nível ideológico. Concebendo a 'cultura como elemento de transformação socioeconômica'¹⁶, a matriz isebiana se difundiu e inspirou a atuação de várias iniciativas culturais que se estenderiam até a década seguinte.

O clima crescente de efervescência política foi propício ao surgimento do 'novo' na cultura brasileira. O cinema, o teatro, a música, a educação, a arquitetura, enfim, todas as áreas da cultura revelaram grande dinamização, que se traduzia na expansão da criatividade dos movimentos de vanguarda que colocavam, como centro comum, uma proposta de organização da cultura popular no sentido da transformação da sociedade.

No início da década de 60 todas as contradições forjadas por esse processo de desenvolvimento baseado no incremento unilateral da indústria vieram à tona.

A evasão de divisas mediante transferências de recursos, legal e ilegal, para as matrizes das empresas estrangeiras fazia aumentar escandalosamente o déficit do balanço de pagamentos brasileiro, dificultando tanto a importação quanto a reinversão.

Os altos índices de inflação, de um lado, comprometiam a acumulação capitalista, diminuindo a base de lucros da burguesia e, de outro, faziam baixar ainda mais os níveis de renda das camadas médias e baixas da população.

¹⁶ ORTIZ, Renato. Cultura Brasileira e Identidade Nacional. P. 46.

A expansão industrial começou a ser barrada pela fraqueza do mercado consumidor, que reclamava uma intervenção que recompusesse sua capacidade de compra para continuar a absorver a produção. Os setores populares que haviam conquistado seu espaço na cena política mediante a organização e a reivindicação de direitos básicos passaram a exigir uma resposta do Estado, mediante a eclosão de greves dos setores profissionais mais diversos e a invasão de terras.

Nesse quadro de impasse saiu vitoriosa a candidatura de Jânio Quadros, ex-governador de São Paulo, à Presidência da República nas eleições de 1960. Amplamente apoiado pelas massas, a quem teve a habilidade política de confundir, e pelas forças da oligarquia financeira, Jânio empolgou a 'gregos e troianos', acenando com proposições de austeridade econômica e de uma linha independente nas relações internacionais.

Na presidência sua política de combate à inflação apoiada na liberação do câmbio e na compressão dos salários assumiu caráter francamente antipopular e foi num clima de total insatisfação que Jânio renunciou. Sua renúncia, contrariando sua própria expectativa, foi rapidamente aceita pelo Legislativo.

Colocava-se, então, a questão da sucessão.

Os ministros militares questionavam a investidura de João Goulart, vice-presidente, em função de sua identificação com a esquerda. Mas a defesa da legalidade unificou as manifestações da sociedade brasileira, e Brizola, apoiado pelo IIIº Exército, capitalizou o fenômeno, transformando o Rio Grande do Sul em reduto legalista.

A solução para frear a crise política foi a aprovação da emenda que instituiu o regime parlamentar, que enfraquecia o poder executivo. A volta ao presidencialismo ficava condicionada à realização de um plebiscito previsto para o final do período de governo de João Goulart.

Ao assumir a presidência em 1961 João Goulart possuía considerável experiência política¹⁷. Liderança ativa no PTB, João Goulart era o legatário político de Vargas, porta-voz das tendências nacionalistas que se plasmaram no decorrer do processo político. Seu partido, o PTB, não se referia a uma classe específica: era um partido de massas, atingindo não só a trabalhadores urbanos, mas também aos camponeses. Portador de uma proposta socializante, o PTB era uma opção política para os trabalhadores que não

¹⁷ João Goulart foi Secretário de Justiça no Rio Grande do Sul, deputado estadual e deputado federal, Ministro do Trabalho de Vargas e Vice-presidente de Juscelino e de Jânio.

se identificavam com as propostas do PSD e nem da UDN; sofreu uma evolução que o aproximou cada vez mais de uma concepção social-democrata, encampando toda uma gama de projetos de reformas de base na sua plataforma política.

Tais reformas passaram a ser colocadas ao Governo, com intensidade cada vez maior a partir daquele momento, por um efervescente movimento de massas.

A evidente aproximação de João Goulart das esquerdas, que passaram a apoiá-lo, custou a dissolução da aliança parlamentar entre PTB e PSD.

Não obstante, o Governo optou por uma linha de ação independente do plano das relações internacionais e, já em novembro de 1961, San Thiago Dantas anunciava à Câmara o reatamento diplomático com a União Soviética, fato consumado à revelia das forças dominantes. Pouco depois, em janeiro de 1962, na Reunião de Punta Del'Este defendia a tese da neutralização de Cuba e, finalmente, o Brasil absteve-se de votar sua expulsão da OEA.

A nível interno tais fatos colaboravam para o fortalecimento do Governo de João Goulart, que foi amplamente aplaudido pela opinião pública, e confirmado indiretamente pelo Congresso que, apesar de manifestar seu inconformismo em relação à política externa, não o explicitou formalmente.

Ainda no início de 1962, o Governador Brizola, do Rio Grande do Sul, realizava a desapropriação dos bens da Cia. Telefônica Nacional, subsidiária da ITT – International Telephone and Telegraph. Isso foi considerado pelos EUA como uma nova investida, já que em 1959 Brizola já efetuara a incorporação da Cia. de Energia Elétrica Riograndense, subsidiária da American and Foreign Power (Bond and Share) – AMFORP.

Tais fatos, aliados à recusa do Governo brasileiro em reconhecer a legitimidade da intervenção americana em Cuba, contribuíram para o agravamento das relação do Brasil com os EUA. Estava recolocado na cena política o equacionamento da questão da energia, um dos pontos cruciais na relação entre os dois países, e que acabou por se constituir num dos fatores da morte de Vargas em 1954.

A questão da reforma agrária também voltaria à pauta. Brizola, mais uma vez, pressionava João Goulart quanto à realização das reformas com as quais se comprometera, mediante a desapropriação de duas fazendas de gado em seu Estado. Entretanto, para realizá-las, João Goulart teria que romper com a legalidade, revestindo-se de um poder maior.

Ficava evidente a inviabilidade do parlamentarismo após o 1º ano de governo e, finalmente, o Congresso aprovou a antecipação do plebiscito para janeiro de 1963, apesar da oposição parlamentar do PSD, da UDN e do PSP.

Ainda em 1962 realizaram-se eleições para Governadores e Deputados, cujos resultados, apesar dos altos investimentos realizados pelo IPAB e IPES¹⁸ nas candidaturas conservadoras, revelaram um fortalecimento do reformismo nacionalista. Arraes subiu ao Governo de Pernambuco, Brizola tornava-se Deputado Federal do rio de Janeiro e duplicava a bancada do PTB no Congresso Nacional.

Em São Paulo, porém, elegeu-se Ademar de Barros, que, enquanto político populista, soube conservar suas bases eleitorais aglutinando as forças anti-janistas e colocando-se abertamente contra a política desenvolvida pelo Governo Federal.

No plebiscito de 1963, o 'sim' popular ao presidencialismo significou a vitória de João Goulart e de suas propostas de reformas. O Presidente, entretanto, vacilou e evitou a radicalização do processo político num momento que se revelaria como de fundamental importância em seu mandato.

Nomeou então um Ministério basicamente de centro-esquerda, mas com alto nível técnico, e procurou executar o Plano Trienal, elaborado por Celso Furtado, que enfatizava um programa antiinflacionário como meio de se retomar o desenvolvimento nacional. Reiniciaram-se as conversações com o FMI e tentou-se evitar o aumento dos níveis inflacionários mediante a contenção da expansão salarial.

A partir de então ficaria clara a linha descendente do Governo Goulart, que passou a se colocar na linha de fogo entre a pressão popular, de um lado, que passaria a organizar-se à margem da legislação trabalhista em pactos sindicais e exigia a realização das reformas combatendo o Plano Trienal; a ação das associações rurais, de outro, que se posicionavam contra a execução da reforma agrária; a pressão do capital internacional, que pretendia alcançar uma reabertura do mercado brasileiro; e, ao mesmo tempo, perdia apoio da ala mais radical dentro do próprio PTB.

Antes da derrocada, porém, Goulart pode realizar algumas obras fundamentais, reorientando o desenvolvimento brasileiro para uma direção mais independente. Proibiu a importação de máquinas e equipamentos que a indústria nacional pudesse fabricar;

¹⁸ Agências que captavam recursos da CIA e outras corporações estrangeiras. Ver Moniz Bandeira, O Governo João Goulart. p. 76.

proibiu a importação de matéria-prima para a indústria farmacêutica cujos preços excedessem os da concorrência internacional; liberou a concessão de incentivos para a implantação de uma indústria química de base; determinou a uniformização dos preços dos produtos farmacêuticos em todo o território nacional; começou a executar o Plano Nacional de Educação; determinou a venda de moradias construídas pelos Institutos de Previdência com financiamentos de longo prazo; iniciou a construção de hospitais regionais da Previdência Social; instituiu a aposentadoria especial conforme a natureza do serviço; promulgou o Estatuto do Trabalhador rural e reconheceu a CONTAG – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura. Criou a Eletrobrás; autorizou a Petrobrás a distribuição a granel dos derivados de petróleo, etc.

A sociedade brasileira vivia um período em que as liberdades democráticas eram respeitadas e a sua organização política se aprofundava, fazendo surgir, tanto na esquerda como na direita, numerosos grupos políticos.

As organizações de direita, porém, temendo uma reviravolta de tipo socialista, começaram a receber armas, munições e treinamentos de peritos da CIA, que se preparava para uma possível intervenção americana no Brasil, com o apoio de grande parcela das Forças Armadas Nacionais. Os incidentes se sucediam e a direita tratava de preparar a opinião pública para apoiar a derrubada do governo, denunciando a preparação de uma ‘guerra revolucionária’ que estaria sendo tramada pelas esquerdas.

Respalhada nos EUA, que executou a ‘Operação Brother Sam’, a sublevação interna partiu de Minas Gerais em 31 de março de 1964, de onde o General Mourão Filho e suas tropas partiram em direção ao Rio de Janeiro.

Goulart, agora só contando com o apoio dos trabalhadores, não tinha condições de sufocar a intentona, e capitulou. Na noite de 1º de Abril o Presidente do Congresso, Senador Auro de Moura Andrade, declarava vaga a Presidência da República. Consumava-se o golpe de Estado.

Ficava evidenciada a fragilidade dos partidos políticos então organizados. A consciência democrática do povo brasileiro não se aprofundara a ponto de intervir de forma decisiva e impor um limite ao andamento da contra-revolução. Ao contrário, as classes médias e a burguesia saíram massivamente às ruas na "Marcha da Família, com Deus, pela Liberdade", dando seu aval à devastação política que começava a acontecer.

A isso se seguiu a promulgação, em 9 de Abril, do Ato Institucional nº 1, que cassava uma série de mandatos legislativos e efetuava verdadeiro expurgo da esquerda em todas as instituições do Estado, em nome da democracia cristã.

O regime instalado pelo Golpe tratou de proceder à reabertura do mercado interno ao capital internacional, apoiado na ideologia da 'modernização'. Refinou-se e facilitou-se o funcionamento legal dos processos de concentração e centralização do capital. As empresas multinacionais passaram a exercer papéis fundamentais na condução da política econômica nacional, configurando o que Celso Furtado chamou de 'super poder'¹⁹.

A reprodução ampliada do capital passou a se processar sem os obstáculos anteriormente colocados pelas defesas tarifárias ou fiscais. Cresceu o número de falências das empresas nacionais, especialmente das de médio e pequeno porte, sendo que as que sobreviveram o fizeram apenas por meio da associação com o capital estrangeiro.

Esses procedimentos foram legitimados pelo governo golpista, que atribuía o fato à fragilidade das empresas nacionais que, confrontadas com uma maior eficiência e eficácia das mentalidades e técnicas de organização empresarial estrangeiras, não conseguiam sobreviver. Isto implicaria, de acordo com esta lógica, no aperfeiçoamento das instituições econômicas nacionais.

A internacionalização foi conseguida mediante o esfacelamento das lideranças democráticas surgidas no período anterior. Mais que isso, anulavam-se as conquistas do trabalhador brasileiro. Já em 1964, a lei 4.330 anulava o direito de greve e colocava os desobedientes sob a Lei de Segurança Nacional, que institucionalizava a delação e passava para a órbita militar praticamente todos os atos civis. A lei da estabilidade foi substituída pela que instituiu o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço. A política de congelamento salarial reduziu o poder aquisitivo em índices que se situavam por volta dos 40% entre 1964 e 1968.

Em outubro de 1965 foi promulgado o Ato Institucional nº 2, que extinguiu os partidos políticos existentes e criava a ARENA, que reunia os homens do golpe, e o MDB, que lhes faria oposição.

¹⁹ FURTADO, Celso. Subdesenvolvimento e Estagnação na América Latina. p. 44.

A UNE foi considerada ilegal, assim como as estruturas de participação dos trabalhadores. Mas foi da clandestinidade que a UNE denunciou, em 1966, a existência do 'Relatório Atcon', adotado como linha diretiva dos acordos celebrados entre o MEC, representado pelo Ministro Suplicy de Lacerda, e a USAID (United States Agency of International Development). Tais acordos objetivavam a transformação das universidades estatais em fundações privadas, o funcionamento da estrutura de ensino sobre bases rentáveis e a eliminação da participação estudantil na gestão escolar.

As forças democráticas só começaram a se rearticular em 1968, recuperando-se da letargia em que haviam caído desde 1964. Começaram a eclodir greves rápidas em diferentes setores; os estudantes voltavam a discutir; os sindicatos rurais começavam a escapar do controle governamental. Mesmo as classes médias urbanas passavam a exigir liberdades individuais e direitos de informação e associação. Nas organizações de esquerda, os grupos mais radicais optavam pela deflagração da luta armada.

A radicalização, paralelamente, processou-se também nos meios militares. O SNI, então dirigido pelo General Médici, observava atentamente a evolução das ações armadas da esquerda mais radical. O General Meira Matos, especialista em 'guerra revolucionária', foi nomeado inspetor geral das polícias militares dos Estados.

O assassinato do estudante Édson Luis, com 18 anos, pela repressão policial às manifestações públicas contra o regime militar, foi apenas um de uma longa série, tendo desencadeado protestos nas maiores cidades brasileiras.

Em junho de 68 acontecia a 'passeata dos cem mil' no Rio de Janeiro, autorizada pelo Presidente Costa e Silva, pedindo liberdades.

Em finais de agosto, entretanto, a polícia militar do Distrito Federal, junto ao Exército e agentes do DOPS, invadiam a UNB par 'destróçar a subversão estudantil', com requintes de violência que golpearam tanto estudantes quanto os deputados presentes.

Desse momento em diante a própria direita, representada pelos militares no poder, não teve mais condições de controlar a onda de violência e o poder repressivo disseminado pelos escalões inferiores.

Em outubro desencadeava-se o conflito em São Paulo com o ataque do CCC (organização paramilitar formada por filhos da burguesia e policiais) à Faculdade de Filosofia da USP, um dos núcleos mais politizados da cidade. A ação visava impedir a realização do 30º Congresso da UNE, que se realizaria naquele mês em local ignorado.

O Congresso fracassou quando as lideranças estudantis foram surpreendidas em Ibiúna por três destacamentos da Força Pública. Os estudantes presos eram enquadrados na Lei de Segurança Nacional.

Os grupos armados de esquerda começaram a recrudescer seus atos de expropriações a bancos, permitindo o amadurecimento de propostas de um novo endurecimento do regime dentro das Forças Armadas. Tais grupos pediram a cassação do mandato parlamentar do deputado Márcio Moreira Alves, que, em rápido discurso na Câmara Federal, havia denunciado a excessiva violência utilizada na invasão da UNB. Na verdade o Deputado já era alvo do ódio dos militares pelo seu livro 'Torturas e Torturados', cujo conteúdo foi considerado ofensivo às Forças Armadas.

Em dezembro de 1968 o Supremo Tribunal Federal concedia 'habeas corpus' aos 700 presos em Ibiúna, mas o IIº Exército impediu a sua liberação, ordenando que se aguardassem os acontecimentos que viriam se suceder.

Com efeito, a surpresa era constituída pela promulgação do Ato Institucional nº 5, em 13 daquele mês. Instrumento decisivo para o endurecimento da ditadura, o ato facultava ao Presidente da República o fechamento do Congresso, a suspensão dos direitos políticos dos cidadãos por 10 anos, a cassação dos mandatos eletivos, suspendia as garantias constitucionais de vitaliciedade, inamobibilidade e estabilidade em todas as funções e suspendia a garantia do 'habeas corpus' aos crimes políticos, contra a segurança e a economia nacionais.

Ato contínuo, em fevereiro de 1969, promulgava-se o Decreto-Lei 477, que previa a punição de infrações disciplinares nos estabelecimentos de ensino do país por atos considerados subversivos.

Isso significou o fim de um ciclo de lutas da sociedade brasileira, engajada na conquista de seus direitos. Aos que restaram após a onda de violência, pequenos grupos com orientações distintas dentro da esquerda, apresentava-se a guerrilha como única opção de resistência possível.

Iniciava-se a longa noite do terror no Brasil.

A política educacional

O processo de emergência das camadas populares, acentuado pela intensificação da industrialização e urbanização no período mais recente da história brasileira, introduziu mudanças significativas na área educacional.

O Estado brasileiro pós 1930 passou a compreender de forma cada vez mais clara o papel da educação como instrumento de controle social, ao qual se impunha a tarefa de generalizar uma nova concepção de mundo. Era necessário alterar o quadro de uma educação dirigida para as elites, intelectualista, acadêmica e altamente seletista, alargando as oportunidades para as classes médias urbanas, que passavam a reivindicar esta aspiração, ao longo do período, cada vez mais enfaticamente.

Criado o MEC, a legislação educacional estabelecida pela Reforma de Francisco Campos, em 1931, subsistiu até 1942, quando Gustavo Capanema promulgou as Leis Orgânicas da Educação, que regulavam o funcionamento dos vários níveis de ensino. Apesar de apresentarem novas estruturas, ambas as reformas, de uma maneira geral, deixavam implícito uma continuação no modelo adotado já na 1ª República: o ensino primário gratuito, de competência dos Estados e Municípios, oferecia oportunidades reduzidas; o nível médio dividido em curso secundário, propedêutico aos níveis superiores e cursos técnico-profissionalizantes gratuitos, subdivididos em ramos paralelos – agrícola, industrial, comercial e normal – , oferecendo também poucas oportunidades e o nível superior público e gratuito, ainda mais reduzido.

Até 1930 esse ‘modesto sistema de segurança educacional’, para usar a expressão de Anísio Teixeira²⁰, funcionou. Mas o crescimento das classes médias urbanas demandava mais escolas. A educação institucional se configurava como a forma mais segura de ascensão social.

A expansão do sistema educacional se fez desordenadamente, sob a fiscalização dos funcionários do MEC, e foi sendo regulamentado por portarias das suas diferentes Diretorias de Ensino, responsáveis, cada uma, por um pedaço do sistema. O aumento do número de escolas não privilegiou nem o primário nem o secundário profissionalizante, mas o secundário propedêutico, praticamente entregue à iniciativa privada, justamente por exigir menor investimento de capital tanto para instalação quanto para manutenção.

²⁰ A educação escolar no Brasil. In Educação e Sociedade. p. 405.

Paralelamente a esta expansão do ensino secundário, observavam-se índices surpreendentes de evasão escolar: segundo Lauro de Oliveira Lima²¹, a média do período situa-se em torno de 80%. Além disso não havia demanda para os cursos médios profissionalizantes, o que acabava por configurar a total inadequação da estrutura educacional vigente no país.

Essa inadequação era visualizada por alguns educadores que já em 1932 se haviam reunido e lançado o 'Manifesto dos Pioneiros', assinado por nomes como Anísio Teixeira, Fernando de Azevedo e Lourenço Filho, entre outros. Esta vertente, que passou a ser conhecida como 'escola nova', propunha uma renovação educacional no Brasil, pautada nos modelos norte-americanos de educação ativa. Acreditava ser necessária a priorização dos recursos destinados à educação para a universalização do ensino fundamental (primário) e para uma ampliação da rede de escolas voltadas para o trabalho produtivo, com currículo adaptado à situação brasileira, voltado para a prática científica e tecnológica, sem, entretanto, desprezar as áreas de formação geral.

Mais que isso, Anísio Teixeira foi um dos autores da proposta de Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, inspirado nesses princípios da 'escola nova'.

Entregue à Câmara Federal em 1948, o projeto, que passou a ser conhecido pelo nome de "Projeto Mariani", lá permaneceu durante 13 anos até sua aprovação, retido pelas forças tradicionalistas de representação legislativa, que o acusavam de pragmatista e anticatólico.

Durante a década de 50 a questão do ajuste do sistema educacional brasileiro passou a ser amplamente discutida pela sociedade.

Os ideólogos do ISEB deram também a sua contribuição nesta discussão, criticando o quadro que então se apresentava: uma educação forjada em modelos importados, transplantados, que não se adaptavam à realidade brasileira²². Geraldo Bastos e Silva e Oliveira Júnior, seus representantes, sistematizavam toda uma corrente de posturas que subordinavam a educação ao desenvolvimento econômico. Na ideologia isebiana a escola se torna eficaz se adequada a uma concepção de instrumental para se atingir o desenvolvimento, não o onerando, mas o acelerando. A escolarização deixa de ser um fim em si mesma, passando a servir para a formação de quadros profissionais do sistema

²¹ Estórias da Educação no Brasil – de Pombal a Passarinho. p. 109.

²² Os dados sobre as posturas educacionais do ISEB estão em PALHARES DE SÁ, Nicanor. Política Educacional e Populismo no Brasil. São Paulo, Cortez e Moraes, 1979.

produtivo, atendendo às exigências de formação de um comportamento disciplinado, capaz de imprimir racionalidade ao processo produtivo. O educador, fundamentalmente, assumiria a função de ponte entre a escola e o sistema de produção, difundindo a noção que identificava industrialização com desenvolvimento econômico e que implicaria em progresso social generalizado.

Essas colocações do ISEB com relação à educação manifestavam uma posição onde estava implícito um comprometimento com o desenvolvimento industrial, que deveria ser conduzido hegemonicamente pela fração industrial da burguesia nacional, apoiada num pacto de classes, que seria simultaneamente oponente ao sistema de dominação oligárquica e ao imperialismo.

Contraditoriamente, o efeito da disseminação desta ideologia conduziu à formação de uma mentalidade industrialista que, no correr do processo histórico, passou a aceitar a penetração do capital internacional monopolista, justificado pela modernização do setor industrial, e toda uma tecnologia educacional que se revelava necessária para a consolidação da passagem à fase de produção de bens de consumo duráveis, calcada em modelos americanos.

No final da década de 50, nas lutas pela escola pública então desencadeadas, estavam presentes todas estas correntes, que só se diferenciariam mais claramente na década seguinte. Naquele momento, porém, apresentavam-se unidas em torno da reivindicação comum de ampliação da rede de ensino público.

Ao nível da política nacional, esta bandeira encontrava eco nos representantes populistas, que, necessitando da legitimação dada pelo voto, entendiam a necessidade de equacionar o problema do analfabetismo, principal argumento conservador para justificar a marginalização da maioria da população brasileira, que era analfabeta, da política nacional.

Em 1959, em meio à campanha pela escola pública, aparecia um 'Novo Manifesto dos Pioneiros', que, apesar de ser ainda muito teórico, revelava uma adaptação maior à realidade brasileira.

Enquanto não era aprovada a Lei de Diretrizes e Bases, entretanto, inúmeras experiências educacionais passaram a ser realizadas com o incentivo das Diretorias específicas de cada área de ensino do MEC.

Na área da Diretoria do Ensino Industrial, por exemplo, estabeleceram-se, desde 1946, vários convênios de treinamentos de pessoal e programas de assistência técnica com a USAID²³. Tais contatos e técnicos brasileiros, especialistas em ensino industrial, com as estruturas americanas desta modalidade, permitiram o afloramento das propostas vindas à luz na década de 60, que ficaram conhecidas pela sigla GOT – ginásios orientados para o trabalho, posteriormente denominados, no Estado de São Paulo, de ginásios pluricurriculares²⁴, que recolocavam a idéia da profissionalização no ensino secundário (já rejeitada por vários intelectuais da área da educação)²⁵.

Na área da Diretoria do Ensino Secundário uma iniciativa importante foi a das ‘classes experimentais do ensino público’, que examinaremos mais detalhadamente a seguir. Seu surgimento no âmbito do MEC significou uma vitória parcial das correntes que preconizavam uma maior liberdade de ensino, visando uma adaptação da escola às condições do seu meio ambiente, e à incorporação de técnicas pedagógicas mais modernas, o que era inviabilizado até então pela rígida legislação que impunha a uniformização do ensino secundário.

Ao ser aprovada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, em 1961, no início do Governo João Goulart, ela ganhou um caráter eclético, refletindo a impossibilidade de conciliar de outra forma os interesses que estavam em jogo²⁶.

Os pioneiros, entretanto, conseguiram uma ‘meia vitória’, como disse Anísio Teixeira, referindo-se à LBDEN. Foram criados o Conselho Federal de Educação e os Conselhos Estaduais, formados por conselheiros nomeados temporariamente, que passavam a decidir sobre o uso das verbas orçamentárias destinadas à educação, podendo, inclusive, conceder auxílios às escolas privadas, que ficavam, junto com as oficiais, sob sua fiscalização. Foi instituído o currículo livre, composto por um núcleo mínimo de cinco disciplinas obrigatórias, mais duas optativas e práticas educativas. Ficou consagrada a lei da equivalência, posta em prática na década de 50, entre os cursos profissionais e

²³ Veja-se o artigo de José Nilo Tavares: Educação e Imperialismo no Brasil. In Revista Educação e Sociedade, nº 7, setembro/1980.

²⁴ Resolução n] 7/63 do CEE, recém instalado, de autoria do conselheiro Laerte Ramos de Carvalho.

²⁵ A análise crítica dessa questão ainda está por ser feita; entretanto ela escapa à proposta deste trabalho. Está apenas mencionada em função da necessidade de situar o quadro geral da época.

²⁶ Lauro de Oliveira Lima identifica 3 correntes: a dos colonialistas, que defendiam a iniciativa privada; os românticos da linha pioneira, que defendiam a escola pública e a descentralização; e os ‘realistas, de formação tecnocrata, defensores do papel orientador do MEC (sem despotismo)’, guiados pela ‘operacionalidade pragmática’. (p. 212).

secundário, graças ao que todos passaram a ser 'preparatórios' para o prosseguimento dos estudos em níveis superiores. Reconheceram-se os cursos primários que, até então, podiam ser substituídos por atestados de 'satisfatória educação primária'. E, no seu artigo 104, autorizava o funcionamento de escolas experimentais.

A LBDEN permaneceu em vigência até 1971, quando foi substituída pela Lei 5692 (de 11 de agosto), cujo exame não faz parte do escopo deste trabalho.

As classes experimentais

É necessário que se coloquem alguns dados acerca da experiência educacional constituída pelas classes experimentais, uma vez que as de Socorro representam o que se poderia chamar de uma 'pré- história' do ensino vocacional.

Em fevereiro de 1958 Gildásio Amado, diretor do Ensino Secundário do MEC, encaminhou ao seu Ministro uma 'exposição de motivos' solicitando autorização para o funcionamento de classes experimentais, que haviam sido sugeridas na "1ª Jornada de Estudos de Diretores de Estabelecimentos de Ensino Secundário", realizada em finais de 1957. A solicitação se justificava pelo argumento da necessidade de se tentarem novos métodos e processos didáticos, cursos diferenciados e também novos critérios de verificação de aprendizagem. O processo, após tramitar pelo Conselho Nacional de Educação, recebeu homologação do Ministro Clóvis Salgado e, em 4/7/58, a circular nº 1 da Diretoria de Ensino Secundário definia "Instruções sobre a Natureza e a Organização das Classes Experimentais". Os interessados em realizá-las deveriam elaborar planos de trabalho e o funcionamento dependia da aprovação do plano pela Diretoria do Ensino Secundário e pelo Conselho Nacional de Educação.

Em 2 de janeiro de 1959 a portaria nº 1 do MEC autorizava a realização da experiência, que se desenvolveu a nível nacional entre aquele ano e 1962.

No âmbito do Estado de São Paulo, as classes experimentais se realizaram em dezessete estabelecimentos, entre públicos e privados.

A maioria delas inspirou-se nas propostas educacionais do Padre Faure, pedagogo, diretor do Instituto Superior de Pedagogia do Instituto Católico de Paris, que esteve em São Paulo a convite de várias instituições, entre as quais a Secretaria de Educação. Há que mencionar, além disso, a influência perpetrada pela missão pedagógica do 'Centre

International d'Études de Sèvres', representada pela Mme. Hattinguais, que também visitou São Paulo.

Esses contatos difundiram as propostas educacionais das 'classes nouvelles' francesas, que enfatizavam os métodos ativos de aprendizagem, dando grande importância ao respeito da psicologia evolutiva do aluno.

Um dos núcleos onde se desenvolveu a experiência das classes experimentais foi o Instituto de Educação Narciso Pieroni, na cidade paulista de Socorro. A iniciativa partiu de um grupo de professores liderados pela professora Maria Nilde Mascellani, efetiva daquele estabelecimento, que elaborou o plano que, submetido ao exame do MEC, recebeu sua aprovação.

A experiência, apoiada pela diretora do estabelecimento, Ligia Furquim Sim, ex-estagiária de Sèvres, iniciou-se com duas classes em 1959²⁷, orientada pelo plano, onde se propunha uma integração e a cidade de Socorro, estância de águas radiativas não equipada. A proposta central era, então, o desenvolvimento da consciência dessa realidade pelos alunos das classes experimentais, através do estabelecimento de dois pólos de integração curricular: um deles girava em torno da problemática específica da cidade de Socorro; o outro se referia à cultura geral, onde, através de uma abordagem monográfica da História, procuravam-se identificar as soluções de sobrevivência dadas pelos homens em diferentes épocas. A aproximação entre um pólo e outro resultava numa compreensão maior da realidade mais próxima dos alunos, que despertavam para a questão da cidadania, da autodeterminação e que passavam a questionar a noção de desenvolvimento e suas implicações no caso brasileiro.

A experiência das classes experimentais não se fez sem dificuldades: funcionaram em tempo integral, sendo que o trabalho dos professores não era integralmente remunerado. Eram, portanto, movidos pelo idealismo, trabalhando quase que em regime de voluntariado.²⁸

Apesar da aprovação do MEC, este, assim como a Secretaria de Educação de São Paulo, não liberavam recursos suplementares necessários às atividades que eram

²⁷ No início desse trabalho, a profa. Maria Nilde Mascellani foi designada orientadora educacional do programa, ficando para tanto comissionada de seu cargo de professora efetiva de educação no mesmo estabelecimento de ensino.

²⁸ Informação veiculada por Maria Nilde Mascellani. Fita gravada.

desenvolvidas. Tudo funcionava, então, graças à cooperação da comunidade de pais e professores.

Não se adotava livro didático. Os professores procuravam documentos, tanto primários como secundários, em cima dos quais montavam textos que serviam de base para o estudo dirigido – modalidade do estudo em equipe, que era desenvolvido dentro do horário de aulas.

A prática do estudo dirigido exigiu dos professores um aprofundamento na bibliografia sobre o processo de ensino-aprendizagem e se estruturou como trabalho sinérgico de professores e alunos, após o que cada equipe expunha os resultados para a classe, que, então efetuava a síntese de conteúdo.

Em Socorro foi sistematizada a técnica de estudo-do-meio, como um recurso para o aprofundamento na identificação da problemática própria da comunidade. Na sua retomada em classe, havia uma preocupação em passar para o aluno uma noção de responsabilidade social em relação ao observado, procurando estabelecer um compromisso entre teoria e prática. Isso implicava em que o conhecimento adquirido deveria desaguar necessariamente em ação consciente sobre a realidade, que poderia não se dar naquele momento, mas que deveria acontecer em fases posteriores da vida dos alunos.

Foram testadas formas diferenciadas de avaliação dos alunos. Introduziram-se a auto-avaliação e a avaliação em equipe. A promoção de uma série para a seguinte não era feita em função dos números absolutos das notas, mas era pautada pelos critérios do domínio progressivo do conteúdo pelo aluno e das atitudes desenvolvidas face aos objetivos do plano.

Todo o trabalho pedagógico era discutido com os pais de alunos, precedido por exposições acerca da natureza da programação, das técnicas utilizadas, dos critérios de avaliação.

Os níveis de promoção das classes experimentais de Socorro foram altos em todo o período, o que se constituiu em fator de manutenção da experiência, que não era muito bem compreendida pela cidade, onde as bancadas da UDN e do PSP faziam constantes ataques via imprensa, além de pressões locais. Apesar disso, a comunidade diretamente envolvida na experiência – professores, alunos e pais – era muito entusiasta e defendeu sempre sua realização.

O maior mérito das classes experimentais talvez possa ser atribuído ao fato de que a sua realização levou os professores nelas envolvidos a pensar criticamente a educação como instrumento de manutenção do 'status quo', de ascensão social, embasados pelas teorias de Bourdieu-Passeron acerca da reprodução ideológica.

A experiência foi relatada no "1º Encontro de Currículo", realizada na 'Casa do Professor', no Rio de Janeiro em 1960, e chegou ao conhecimento do sr. Luciano de Vasconcellos Carvalho, então Secretário de Educação de São Paulo, que a visitou em 1960 e, entusiasmado com a proposta, convidou Maria Nilde Mascellani para compor a Comissão de Educação que elaboraria o Plano de Ação do Governo Carvalho Pinto, coordenado por Plínio de Arruda Sampaio, onde se tentaria reproduzir e estender a experiência para outras unidades.

O trabalho desta Comissão resultou na elaboração de uma nova proposta: a dos ginásios vocacionais, objeto da parte que se segue.

O Ensino Vocacional

- Do surgimento

Após os governos de Adhemar de Barros e Jânio Quadros, o Estado de São Paulo foi governado por Carvalho Pinto, apoiado pelo Partido Democrata Cristão, com uma plataforma política que, na área da educação, incorporava propostas de ampliação da rede escolar e de renovação pedagógica.

À Antonio Queiroz Filho, seu primeiro Secretário da Educação, sucedeu Luciano de Vasconcellos Carvalho, advogado e empresário, sensível às novas propostas educacionais que pode observar em funcionamento na Europa.

Após sua visita às classes experimentais de Socorro, entusiasmado com o treino de aptidões ali proporcionado aos alunos, convidou a professora Maria Nilde Mascellani para compor uma comissão que reunia alguns educadores paulistas, coordenados pelo diretor do Departamento do Ensino Profissional, professor Oswaldo de Barros Santos, para elaborar o Plano de Educação do Governo Carvalho Pinto.

Acreditando que a principal causa do fracasso da escola no Brasil era a ausência de um planejamento educacional que tivesse por base a realidade de mudança social e

econômica brasileira, o Secretário solicitou à Comissão um projetos de uma nova escola, que pudesse ser incorporado pela rede de ensino secundário do Estado.

Naquele momento vigorava ainda a Lei Orgânica do Ensino, regulamentada, no nível médio, pela Portaria 501, que não dava margem ao desenvolvimento de um projeto piloto que envolvesse renovação. Discutiam-se, ainda, as emendas que dariam forma à Lei de Diretrizes e Bases.

Havia, entretanto, uma brecha que possibilitava o experimento no âmbito da legislação estadual: estava sendo discutida a reforma do ensino industrial.

Essa brecha foi aproveitada. No surgimento do texto legal que fixou as diretrizes daquela reforma, a Lei 6052 de 3/2/61, em seu artigo 25, parágrafo único, dizia que seria instalado um órgão, na Secretaria da Educação, que coordenaria as unidades de ensino vocacional, denominadas Ginásios Vocacionais.

Após a aprovação da Lei pela Assembléia Legislativa, que contou com o apoio maciço da bancada do PDC, a Comissão passou a elaborar o Decreto que a regulamentaria, de nº 38.643, de 27/6/61, que, no seu artigo 302 criava o Serviço do Ensino Vocacional – SEV, subordinado diretamente ao Secretário, e lhe atribuía a faixa de competência.

Desmontada a Comissão, foi designada a professora Maria Nilde Mascellani para a coordenação geral do novo órgão, que foi instalado inicialmente na ante-sala do Gabinete do Secretário, sendo transferido, pouco depois, para dependências do Departamento do Ensino Profissional.

- Da Implantação

As tarefas administrativas e técnicas decorrentes da implantação dos Ginásios Vocacionais eram cumpridas com dificuldades pelo SEV, que, nesse período inicial, não contava com o número necessário de funcionários.

Considerando que o projeto inicial previa uma continuidade da experiência para chegar a envolver toda a rede de ensino secundário oficial, a implantação, em caráter experimental, deveria se dar em diferentes configurações sócio-econômicas, para que se pudessem, dessa forma, testar e avaliar as variáveis delas decorrentes.

Consultou-se, então, o FECE (Fundo Estadual de Construções Escolares), para se localizarem prédios em fase final de construção que permitissem a introdução de

modificações de planta para servir à nova escola. Disso resultou a escolha das três primeiras unidades que seriam implantadas em 1962: a de São Paulo, no bairro do Brooklin; a de Americana, cidade industrial do interior do Estado, e a de Batatais, cidade predominantemente agrícola.

Os prédios de Americana e Batatais eram ocupados, anteriormente, por Escolas Artesanais, o que acabou por determinar, nestas cidades, uma identificação entre o ensino vocacional e o ensino artesanal, o que demandou, posteriormente, considerável trabalho que desfizesse a confusão.

Terminados os preparativos legais para que as unidades entrassem em funcionamento, iniciou-se a preparação do treinamento dos futuros professores dos ginásios vocacionais.

Vários técnicos em educação de reconhecida competência foram convidados para ministrar aulas, cujo programa abordava: planejamento escolar (didático e pedagógico), sociologia educacional, filosofia educacional, técnicas de pesquisa de comunidade em função da escola, relações humanas, psicologia educacional e do adolescente, e as próprias áreas de especialização.

Entre os treinados haviam pessoas originárias do Departamento de Educação, do Departamento do Ensino Industrial, do Departamento do Ensino Agrícola, das classes experimentais da rede pública e particular, etc., informadas do evento via Portarias editadas no Diário Oficial.

De agosto a dezembro de 1961 o primeiro treinamento de pessoal para os ginásios vocacionais realizou-se no I. E. Caetano de Campos e contou com a participação de cento e dez elementos, entre professores das várias disciplinas, orientadores educacionais e técnicos em educação.

A primeira parte do treinamento foi prática, constando de um estágio nas classes experimentais de Socorro, então coordenadas pela professora Olga Bechara. A segunda era constituída pela fundamentação teórica, após o que foram selecionados os elementos com melhores condições de adaptação ao novo sistema, que passaram a compor o corpo docente dos ginásios e o pessoal técnico do próprio SEV.

A terceira fase da implantação se referiu ao estudo das comunidades onde os ginásios seriam instalados, que procurou identificar as suas características sócio-econômicas e culturais. Para tanto se contou com a colaboração dos alunos de Ciências Sociais da USP

e do Instituto Sedes Sapientiae, dos próprios professores envolvidos no treinamento, e de técnicos voluntários do Instituto de Relações Sociais na Indústria.

A pesquisa demandou um esforço no sentido de se definir o conceito de 'comunidade escolar', que acabou por implicar na delimitação de uma área geográfica em redor das escolas, na qual se levantariam os grupos de indivíduos em processo de interação e os seus interesses característicos comuns. Escolheu-se uma amostragem entre as crianças (e suas famílias) que freqüentavam o 4º e 5º anos primários dos grupos escolares que se situavam dentro da área e procedeu-se ao levantamento de informações, considerando as relações intra e extra familiares, os centros de recreação, a igreja, o comércio, a indústria, etc.

Os dados revelados pela pesquisa de comunidade serviram para embasar o plano de trabalho, que será abordado posteriormente.

Foi decidido que o experimento se iniciaria na 1ª série, com 90 alunos (45 meninas e 45 meninos), divididos em três grupos de trinta. A seleção desses alunos se faria por meio da verificação da escolaridade e por uma entrevista, cujo roteiro foi planejado por professores especializados em educação e psicologia, com o objetivo de identificar aqueles que apresentavam capacidades reais ou potenciais que lhes permitissem um bom aproveitamento do programa educacional.

Enquanto a equipe de professores se dedicava ao planejamento do 1º ano de trabalho, após a crise em dois atos no âmbito da política federal – a renúncia de Jânio e as dificuldades na posse de João Goulart – foi aprovada a Lei de Diretrizes e Bases, que acabou por legitimar a experiência, que teria se antecipado à proposta nela contida, em termos de objetivos e currículo, ressaltando, em relação ao grau médio, no sentido lato, o papel formador dos valores fundamentais.

A nível estadual ocorreu, em fevereiro de 1962, a saída do Secretário Luciano Carvalho, da Educação para a Secretaria da Fazenda. Substituiu-o o professor Carlos Pasquale, já pertencente ao quadro da Secretaria da Educação e que, identificado com a ideologia da educação americana, não era simpático à experiência.

De fato, a quase um mês do início de funcionamento dos primeiros três ginásios vocacionais, quando tudo já estava preparado – professores treinados, escolas minimamente equipadas e alunos selecionados – e quando o SEV já estava instalado em

uma ala do prédio do Ginásio do Brooklin, o novo Secretário chamou a coordenadora do SEV para comunicar-lhe que não autorizava a implantação de tais escolas.

Foi convocada, então, uma reunião no Colégio São Bento entre todos os professores comissionados e treinados e alguns pais dos futuros alunos da capital para se deliberar sobre o que fazer.

A decisão unânime da assembléia foi a de proceder à instalação das escolas à revelia do Secretário, criando uma situação perante a qual ele teria que se explicar publicamente.

As escolas entraram em funcionamento e isto breçou a iniciativa do Secretário, que acabou tendo que conviver com os ginásios vocacionais.

Esta dificuldade inicial foi relatada para ilustrar uma série de conflitos surgidos entre o SEV e os Secretários de Educação que se seguiram a Luciano Carvalho.

Nas eleições de 1962 voltou ao Governo do Estado o senhor Adhemar de Barros, que, como foi dito anteriormente, foi um dos principais articuladores do Golpe de 64. A direita, portanto, tinha em São Paulo um espaço de organização garantido.

Apesar das dificuldades apresentadas por um quadro político assim caracterizado, o SEV conseguiu instalar, em 1963, mais duas unidades: a de Barretos, cidade cuja economia se vincula à criação de gado, e Rio Claro, cidade ferroviária. Ambas ocuparam, provisoriamente, prédios de grupos escolares, enquanto se providenciavam as obras dos prédios próprios.

O prédio de Barretos só ficou pronto em 1967 em virtude de dificuldades político-administrativas que se encontraram e da demora no próprio processo de construção, que se tornou muito onerosa para o Estado.

Em Rio Claro, dadas as dificuldades em conciliar a presença de duas escolas de níveis e propostas diferenciadas num mesmo espaço físico, o Ginásio Vocacional transferiu-se para a casa-sede da antiga Companhia Paulista de Estradas de Ferro, localizada no Horto Florestal da cidade, e aí permaneceu até 1968, quando foi entregue o prédio novo, especialmente projetado por uma equipe de arquitetos da Sociedade de Pais e Amigos do Ginásio Oswaldo Aranha (SAGVOA – Brooklin) para abrigá-lo.

- Da Prática Pedagógica

ultrapassando as dificuldades iniciais de instalação as escolas, os Ginásios Vocacionais, junto com o SEV, passaram à execução do projeto de renovação educacional, que foi se aperfeiçoando durante o tempo em que o sistema funcionou.

É necessário que se faça uma síntese das posturas educacionais surgidas dessa prática pedagógica, para que se possa compreender sua amplitude²⁹.

Partindo da preocupação de se pensar a educação como elemento auxiliar do processo de explicitação das exigências do homem brasileiro e da sua realidade, o ensino vocacional sentiu necessidade de caracterizar este homem. Tal caracterização situava o homem como um ser que 'se faz presente pela consciência, que é a atividade pela qual ele confere à Natureza um mundo de significações'. Assim, a consciência humana organiza o mundo, conferindo-lhe estrutura e forma. O homem é, ao mesmo tempo, sujeito e agente da transformação contínua, ultrapassando a condição de ser natural para situar-se como ser cultural, que, através da comunicação com outros homens, constrói esses sistemas de significações.

Tal processo de transformação situa-se no tempo e no espaço. Acontece, portanto, historicamente. A reflexão acerca da existência e da atuação do homem nessa transformação da natureza leva-o a descobrir o sentido de suas opções, que, mesmo se dando num quadro de determinantes culturais, não excluem a sua superação. Sua ação transformadora se expressa, por excelência, na forma de trabalho que, na medida em que cria novas realidades, coloca o homem acima das determinações puramente naturais e situa-o como criador de cultura. Dessa forma, o exercício consciente das opções reafirma a liberdade humana.

Partindo dessas colocações e do entendimento de que todo homem deve ter a oportunidade de descobrir a si mesmo e ao mundo, o ensino vocacional sistematizou o entendimento da educação como um processo que deveria proporcionar ao homem 'uma visão de suas próprias exigências, do momento histórico em que vive', comprometendo-o 'a ponto de responsabilizá-lo por todo o processo, levando-o conseqüentemente a agir'. Nessa linha, 'o homem é o centro do processo educativo, cujo objetivo é que ele se situe, aja e se realize'.

²⁹ Esta síntese foi feita tendo como documento-base o relatório de avaliação do sistema, encaminhado ao Secretário em 1968, intitulado "Planos Pedagógicos e Administrativos dos Ginásios Vocacionais"

A planificação desse processo, portanto, deve se referir aos valores humanos elaborados historicamente, partindo do reconhecimento de um 'homem concreto, situado num contexto social'.

Depreende-se dessa conceituação que o ensino vocacional não pode ser caracterizado de forma simplista como uma experiência de inspiração escola-novista. Ele ultrapassou aquelas colocações, incorporou outras posturas, entre as quais algumas de Paulo Freire, que já dizia que 'não há educação fora das sociedades e não homem no vazio'.

Da escola nova permaneceu a noção de que o educando é o agente de sua própria educação, onde o professor assume a função de estimulador, orientador e explicitador.

Esta formulação teórica situava a educação como 'um processo irreversível para a liberdade', afinado com a conjuntura história brasileira, onde o processo de democratização e ampliação da participação política exigia dos indivíduos a formulação de opções conscientes em relação ao desenvolvimento.

O objetivo do processo educativo seria, então, permitir o florescimento das potencialidades individuais de cada aluno, levá-lo à conscientização de si mesmo e da realidade circundante.

A escola era encarada apenas como uma entre outras instituições responsáveis pela educação, situadas no âmbito da própria sociedade e com as quais ela devia se relacionar.

Dentro da escola, entretanto, o processo educacional deveria ser planejado para atender àqueles objetivos, pela equipe de educadores que, através da prática educativa, também teriam a oportunidade de se encontrar enquanto criadores de cultura.

O planejamento de currículo era elaborado a partir dos resultados produzidos pelas sondagens de comunidade, combinados a estudos sociológicos acerca da sua inserção no quadro mais amplo da problemática nacional e universal.

A partir dessas análises, o currículo escolar devia se apresentar como resposta aos problemas levantados, direcionando a ação educativa para a concretização dos objetivos já mencionados.

Considerando que os problemas levantados são o 'reflexo cotidiano dos grandes problemas universais', o currículo funcionava como um todo orgânico, com um conteúdo

cultural que exigia um tratamento dinâmico e conceitualmente universalizado, eliminando as linhas divisórias dos campos de especializações humanas.

Chegou-se, portanto, à conceituação de 'core-curriculum', que no ensino vocacional foi entendido como uma 'idéia ou grande conceito' que vivificasse e desse unidade à seqüência de problemas abordados, diversamente da pedagogia pragmatista americana que o entendia como o planejamento de uma seqüência de experiências didáticas.

Desse núcleo estabelecido pelo 'core-curriculum' se definiriam as unidades pedagógicas, 'os conteúdos de aprendizagem, as experiências, e as vivências que darão aos jovens a desejável visão antropológica da cultura e o preparo no sentido da intervenção social que lhes competirá realizar'.

O desenvolvimento dessa proposta só seria possível mediante uma nova estruturação do currículo. A compartimentalização estanque das matérias foi substituída por uma organização curricular em 'áreas' integradas, entre as quais atribuiu-se maior significância para Estudos Sociais, que, lançando a unidade pedagógica numa 'aula plataforma', promovia a integração com as demais áreas³⁰, que se integravam também umas com as outras, tanto ao nível de conteúdo quanto ao nível de técnicas pedagógicas e objetivos.

As unidades pedagógicas eram constituídas por situações-problema sugeridas aos alunos ou descobertas por eles e abordadas no decorrer do ano letivo em suas facetas e aspectos diversos, segundo uma linha que ia do particular para o geral. Dessa forma, as unidades pedagógicas abrangiam, dinâmica e progressivamente, da 1ª até a 4ª série ginasial: a própria escola, a comunidade que a rodeia, a cidade, o Estado, o país e o mundo, de forma problematizada.

Esta proposta de educação encontrou sustentação teórica principalmente na psicologia genética de Jean Piaget, que demonstrou que 'cada noção ou operação se constrói progressivamente a partir de ações efetivas do sujeito, que são interiorizadas por ele'. Dewey também já havia assinalado a importância da ligação entre o sujeito e os problemas do seu ambiente como um aspecto significativo no processo educativo.

As situações de estudo se colocavam, para o aluno, também de maneira progressiva, passando-se à utilização de formas mais complexas de investigação na medida em que

³⁰ quais sejam: português, matemática, ciências, inglês/francês, desenho geométrico, práticas comerciais, práticas agrícolas, economia doméstica, artes plásticas, artes industriais, educação musical, educação física e teatro.

se alcançassem domínio de técnicas mais simples. Assim, percorria-se o caminho que partia do estudo dirigido, ia ao estudo supervisionado e alcançava o estudo livre.

No estudo dirigido os problemas tinham proposições menos abrangentes, o professor dava instruções detalhadas para se conseguir o treino de ordenação e coerência no pensamento e no trabalho. No estudo supervisionado as instruções já eram menos minuciosas e dirigidas, exigindo uma maior dose de iniciativa do aluno. No estudo livre, então, o aluno deveria elaborar sozinho o plano de trabalho e procurar respostas para suas questões em várias fontes. Esse processo dirigia o aluno para uma independência intelectual cada vez maior, procurando desenvolver hábitos de trabalho que o capacitassem para isso.

O estudo do meio foi uma técnica largamente utilizada nos vocacionais, onde era feito de forma subordinada à unidade pedagógica. O estudo do meio não era um simples passeio ou excursão, mas uma técnica de investigação da realidade, planejada pela equipe de professores, contendo objetivos específicos e cujos resultados eram sistematizados em classe.

O trabalho em grupo era altamente valorizado e acontecia também num crescendo que partia do 'eu individual' e se desenvolvia no sentido do 'eu socializado' do aluno. Observou-se que a aprendizagem se processava mais facilmente em grupo, envolvendo a cooperação e a capacidade de falar e ouvir organizada e democraticamente. O grupo forçava a sistematização do pensamento, uma vez que o debate exige coerência e lógica. Além disso, o fato de se canalizar positivamente a sociabilidade na fase de vida em que ela é mais necessária – a adolescência, significava usá-la como motivação para o aprendizado.

As equipes de trabalho eram formadas de acordo com as escolhas individuais, em cima das quais a Orientação Educacional constituía os grupos, mediante a aplicação de técnicas sociométricas associadas à observação do relacionamento.

Todas as atividades realizadas passavam, necessariamente, por três momentos: o de planejamento, o de execução e o de avaliação, e funcionavam como instrumentos para se desenvolver as unidades pedagógicas propostas.

O trabalho em grupo também era desenvolvido pelas equipes de professores em diversas situações, desde o planejamento até a avaliação. O corpo docente se organizava em equipes que, no sentido horizontal, se estendia das equipes de cada série – que

formavam os Conselhos Pedagógicos – até as equipes de cada ginásio e de todo o sistema; e, no sentido vertical, reuniam as equipes de professores de cada área de todas as escolas, cujo trabalho era supervisionado por um representante de cada uma delas no SEV, que tratava de imprimir a necessária homogeneidade pedagógica – tratava-se dos supervisores de área.

A avaliação era uma preocupação constante do ensino vocacional. Cada atividade era avaliada de várias maneiras, procurando verificar se havia correspondência entre o planejamento e a execução de cada trabalho, identificando os pontos de estrangulamento. A auto-avaliação e a avaliação em grupo eram feitas por professores e alunos. Esta última revelou-se muito positiva, na medida em que permitia a colaboração dos colegas no julgamento de cada um acerca de si mesmo.

A avaliação era, portanto, um processo contínuo e cumulativo de coleta e registro de informações acerca do desenvolvimento das personalidades, feito através das observações de conteúdos apreendidos e comportamentos. Tais registros eram formalizados ao final de cada unidade pedagógica, que correspondia aproximadamente a um bimestre e serviam de base para o planejamento das etapas seguintes.

No processo de avaliação os dados eram utilizados de duas formas distintas: inicialmente compunham a 'ficha de escolaridade' que expressava os conceitos (que substituíam as notas) graficamente. Traçavam-se duas linhas diferenciadas pela cor, que correspondiam aos conceitos de (i) escolaridade propriamente dita, resultado do aproveitamento integral do aluno, e (ii) aos conceitos obtidos nas 'provas objetivas'³¹. Depois, as observações mais descritivas de cada professor sobre cada aluno eram lançadas em selos que, colados a um mapa, compunham a Ficha de Observação do Aluno, as F.O.A.s, que retratavam a evolução objetiva do aluno durante todo o período e forneciam elementos para sua avaliação. Estas FOAs eram instrumentos de avaliação contínua do processo educativo e se revelaram eficazes para a caracterização de cada personalidade e para a orientação vocacional do aluno, a ser comunicada no término do ginásio. A opção pelo prosseguimento de estudos nas áreas indicadas ou noutras, ou mesmo a opção pela profissionalização, entretanto, era do próprio aluno. Não era uma orientação vocacional diretiva: apenas indicava-se ao aluno as aptidões e interesses mais fortemente observados.

³¹ Instrumento de avaliação de aprendizagem constituído por perguntas e respostas e não na forma de teste, como normalmente se entende o termo.

A partir da 3ª série o aluno podia optar pela realização de atividades em determinadas áreas técnicas oferecidas pelo sistema e às quais ele teve acesso desde a 1ª série. Além disso os alunos podiam exercitar suas aptidões mais presentes através do desenvolvimento de projetos que se configuravam em instituições didático-pedagógicas como, por exemplo, o Banco, a Cooperativa, a Galeria de Arte, o Coral, o Jornal, etc.

Havia ainda um 'Governo Estudantil', ligado à área de Estudos Sociais, que canalizava a participação dos adolescentes desenvolvendo noções de educação cívica, social e política³².

A integração da escola com a comunidade se fazia também por meio daquilo que se chamou 'ação comunitária', que consistia na realização de pequenos projetos que promoviam uma intervenção social efetiva.

Dentro do sistema de ensino vocacional as orientações educacional e pedagógica tinham, sobretudo, uma ação pedagógica integradora. Atuavam diretamente com os alunos como pessoas em processo de socialização e formação; com os pais, promovendo a integração lar/escola e com a comunidade, paralelamente, contribuindo para a ampliação e difusão da proposta educacional. Sua ação se prolongava, de fato, por 3 anos após a saída do aluno do sistema, no trabalho de 'Acompanhamento Pós-Escolar', que procurava verificar as condições de adaptabilidade do aluno no meio exterior, identificando possíveis problemas resultantes do processo educacional.

É interessante notar que todos os depoimentos de ex-professores salientaram a ocorrência praticamente nula de problemas disciplinares nos alunos, em função do estabelecimento de um regime de auto-disciplina onde as regras eram formuladas em grupo e onde o grupo envolvido como um todo se sentia responsável por sua manutenção.

É necessário mencionar ainda a importância que assumiram as Sociedades de Pais e Amigos³³ de cada ginásio em defesa da instituição, desde logo identificada com o ideal de escola necessário à renovação educacional do ensino público. Elas funcionavam apoiando os ginásios, seja através da realização de conferências para alunos ou

³² O Governo Estudantil surgiu em 1965, quando estavam cerceadas outras formas de organização estudantil, como o tradicional 'Centro Acadêmico'.

³³ Os ginásios vocacionais, regidos por legislação própria, não precisaram se ater à figura das A.P.M.s (Associações de Pais e Mestres).

professores, seja de um esforço conjunto na obtenção de recursos materiais suplementares, seja assistindo a escola em programações sociais e culturais. Sua atuação foi extremamente importante nos momentos de crise pelas quais o sistema passou.

A renovação educacional implicou numa nova visão da prática administrativa escolar dentro do ensino vocacional, que se constituiu também como objeto de pesquisa. Os diretores das escolas não tinham apenas as funções burocráticas, mas assumiam a coordenação de todas as atividades ali desenvolvidas, auxiliados diretamente pelas equipes de orientação educacional e orientação pedagógica. As decisões finais, entretanto, cabiam ao Conselho Pedagógico da escola, onde se reservou o dever e o direito ao voto de Minerva ao diretor, seu presidente nato.

Introduziu-se o planejamento administrativo, cujas metas, sempre conjugadas aos planos pedagógicos, se fixavam em cronogramas ou PERTs, sendo entendido como fator de dinamização do processo educativo.

A coordenação geral do sistema era exercida pelo SEV, que possibilitava a identidade dos objetivos dos ginásios, cuidando, ao mesmo tempo, da diferenciação necessária entre eles, em função das características sócio-culturais e do tipo de clientela de cada um deles.

A equipe técnica do SEV promovia as pesquisas sociológicas e psico-pedagógicas demandadas pelo processo educacional, aprofundando teoricamente e sistematizando os trabalhos já realizados. A pesquisa, portanto, não se fazia ao 'sabor de estímulos academizantes e nem visando uma privilegiada e fechada situação experimental', mas era voltada para o alargamento da experiência ao nível da rede.

O setor pedagógico do SEV era também a área encarregada de promover os treinamentos anuais de professores, altamente concorridos. Na impossibilidade de atender toda a demanda, entretanto, formavam-se turmas de 100 pessoas, entre as quais uma parcela era absorvida pelo próprio sistema, sendo o restante devolvido às suas escolas, onde procuravam aplicar os conhecimentos adquiridos.

- Da expansão do experimento

A experiência do ensino vocacional passou, no biênio 1967-1968 por um profundo repensar em função da avaliação que naquele momento se fez.

Os 'Planos Pedagógicos e Administrativos dos Ginásios Vocacionais', então formulados, eram a expressão dessa reflexão que, ao sistematizar seus resultados, levantou algumas questões e apontou para a direção que se julgou mais adequada.

Este documento consolidou as análises feitas pelas equipes de cada uma das unidades do sistema de ensino vocacional em relação à sua primeira fase, os cinco anos compreendidos entre 1962 e 1967, tanto nos aspectos pedagógicos como nos administrativos. No âmbito de cada escola, as análises foram coordenadas pelas equipes de Direção, auxiliadas pelo órgão coordenador, o SEV.

A avaliação interna do sistema contemplava o seu desdobramento na rede oficial, objetivo fixado desde o início da experiência. Para tanto começou a considerar a perspectiva de redução do período escolar de integral para meio-turno e o desdobramento do número de classes em dois períodos diurnos, o que envolvia o equacionamento e a reorganização dos recursos humanos e materiais para a cobertura das necessidades que daí decorriam.

Passou-se, além disso, a enfatizar as relações do sistema com as demais escolas da rede oficial através da elaboração de modelos operacionais que, aplicados em situações concretas naquelas escolas, viabilizassem a introdução de mudanças em seus esquemas pedagógicos.

Em 1968 o sistema ousou encetar uma expansão. Em março daquele ano começaram a funcionar o curso ginásial noturno e o 2º ciclo junto ao Ginásio Vocacional Oswaldo Aranha, no Brooklin. Ainda em maio do mesmo ano, dada a demora na entrega do prédio, seria instalada mais uma unidade, o Ginásio Vocacional de São Caetano do Sul, que contou com a contribuição da Prefeitura do Município na aquisição de mobiliário e equipamentos e que já iniciou as atividades em regime de meio período escolar³⁴.

³⁴ Embora não se tenham localizado informações mais detalhadas, sabe-se, através de depoimentos, da experiência de cursos noturnos também em Americana, onde se atendeu basicamente operários têxteis na faixa etária de 14 a 40 anos; em Rio Claro, onde se atendeu a ferroviários de 14 a 20 anos; e em Barretos, que se ocupou de trabalhadores do Frigorífico Anglo, na faixa entre 14 e 35 anos. Além disso, durante um semestre de 1969, funcionaram no GEVOA

O Ginásio Vocacional noturno do Brooklin

A elaboração do projeto do curso noturno partiu dos dados levantados na pesquisa de comunidade feita em 1962 e dos dados revelados por outra pesquisa, feita em 1967, com alunos e professores dos cursos noturnos.

Entre outras coisas, essas pesquisas informavam que uma grande porcentagem de candidatos à 1ª série ginásial encontrava-se na faixa etária entre 14 e 18 anos; trabalhava mais de 6 horas diárias exercendo ocupações manuais não especializadas ou semi-especializadas e, situando-se em faixas economicamente baixas, tinha necessidade de estudar para chegar a exercer atividades com melhor remuneração.

Fixou-se, então, como objetivo do curso noturno, a orientação do processo educacional em direção ao "desenvolvimento pleno da personalidade do adolescente que trabalha, possibilitando-lhe escolaridade que permita não só prosseguir nos estudos, como melhor engajamento ocupacional e profissional".

A pequena disponibilidade horária dos alunos determinou um equacionamento do currículo escolar que privilegiava as áreas de cultura geral, que trabalhariam alguns conceitos básicos, como os de expressão, sobrevivência, situação e ser vivo, desenvolvendo uma percepção crítica e colocando o estudo como meio de crescimento pessoal. Às áreas de cultura técnica caberia dar uma visão das oportunidades profissionais existentes e as práticas educativas trabalhariam fundamentalmente os conceitos de socialização e comunicação

Criou-se o setor empresa-escola, ao qual coube o estabelecimento de uma ação conjunta entre as duas instituições e que proporcionaria o aprofundamento do conhecimento referente às relações de trabalho dos alunos.

A prática pedagógica do curso noturno se orientou pelas colocações já enunciadas com relação ao curso diurno: core-curriculum, estabelecimento de unidades pedagógicas, trabalho em grupo, etc.

(SP) os cursos complementares, que procuraram atender adultos marginalizados do processo de educação desde a alfabetização até níveis de formação técnica.

- 2º ciclo vocacional

O 2º ciclo vocacional foi uma nova experiência que, trabalhando uma outra faixa etária (alunos entre 15 e 18 anos), se propôs levar os alunos a uma 'inserção imediata nos diversos campos da atividade humana'.

Para tanto, organizou-se em subconjuntos constituídos por áreas do conhecimento (comunicações, eletrônica, eletrotécnica, edificações, iniciação ao serviço social – dimensão de educação popular – e administração de empresas) que, abrindo perspectivas profissionais, não conduziam à especialização. A idéia central era instrumentalizar o aluno com vistas à sua inserção no mercado de trabalho, sem, entretanto, pretender dar uma formação profissional completa.

No 2º ciclo, 80% do corpo discente era formado por alunos egressos dos ginásios vocacionais. Abriam-se 20% das vagas para alunos de outras escolas, tendo em vista estudos comparativos de assimilação do currículo e dos estágios alcançados no processo de socialização.

O trabalho remunerado foi uma exigência já para a matrícula do aluno no 2º ciclo, uma vez que era entendido como uma experiência importante para desenvolver independência, responsabilidade e a crítica à condição alienante do trabalho na nossa estrutura social.

O aluno do 2º ciclo devia desenvolver um projeto no campo delimitado pela área profissional no seu sub-conjunto. O uso do projeto como técnica pedagógica encontrou o embasamento teórico na afirmação da natureza operacional do pensamento, isto é, no fato de que a aprendizagem deve se fazer pela solução de problemas e não apenas pela transmissão de conhecimentos, que só são incorporados pelo indivíduo na medida em que encontram eco na sua vivência.

Na fase de vida em que se encontra o adolescente de 2º ciclo há que se desenvolver sua capacidade de pensamento hipotético-dedutivo. Portanto, ele tem condições de mobilizar-se para escolher, planejar, executar e avaliar um projeto, cujo critério de escolha prende-se à correspondência com as exigências reais da comunidade em que se situa. Esse foi o raciocínio que orientou aquela ação pedagógica.

O corpo docente do 2º ciclo era formado por profissionais especializados nas diversas áreas, coordenados por um deles em cada subconjunto, com a colaboração da equipe de orientação, a quem cabia o acompanhamento metodológico, vocacional, pedagógico e educacional.

- O encerramento

1968 foi o ano em que toda a sociedade começou a reagir, politicamente, de novo. Várias camadas da população começaram a reclamar a restauração da democracia; vários setores profissionais voltaram a se organizar politicamente e, entre eles, os estudantes e professores, setores que demonstram historicamente uma dinâmica política mais acentuada, conseguiram uma maior articulação. Nos movimentos do professorado, os elementos vindos das escolas experimentais (Vocacional e Aplicação, notadamente) tomavam a dianteira na condução do processo de mobilização, constituindo a sua vanguarda.

Em paralelo, as forças conservadoras radicalizavam progressivamente, procurando garantir a continuidade do processo de desenvolvimento dentro de um sentido político inaugurado em 1964. Foi em 1968 que ressurgiu com grande força no cenário educacional o movimento pela implantação dos ginásios orientados para o trabalho, os G.O.T.s, amparados institucionalmente pela Secretaria da Educação, como o modelo ideal para a renovação educacional brasileira, para o que o SEV foi chamado a colaborar e acabou por se negar, após toda uma argumentação calcada na filosofia educacional.

Na verdade, toda a sofisticação pedagógica empreendida pelo ensino vocacional se deu em um período em que não poderia expandir-se para a rede de escolas secundárias do Estado, uma vez que não tinha respaldo político para tanto.

A expansão do sistema em 1968 vinha como que testar a capacidade de sua integração pela rede oficial, apesar de todas as dificuldades administrativas que encontrava e do esforço exercido para contemporizar com o processo político em andamento, na tentativa de se manter. Após todos os anos de maturação da experiência, a avaliação realizada demonstrava que ela tinha condições de se expandir. O SEV apostou em 1968: era uma questão de 'ou vai ou racha'.

Mas rachou, não só para o ensino vocacional, mas para toda a sociedade brasileira. A partir de 1968 as pressões externas sobre o sistema se intensificaram, arregimentando argumentos que invalidassem a experiência. Acusações como, por exemplo, aquelas que colocavam que o sistema era muito caro, exigindo uma infra-estrutura muito complexa, quando, de fato, o próprio Estado não conseguia calcular o custo de um aluno numa escola de tipo tradicional; ou como as que diziam que era uma escola para elites, quando ela comprovava que atingia várias camadas sociais em todas as suas unidades; ou como aquelas, mais graves, que lhe imputavam um caráter esquerdizante, quando o sistema era absoluta e declaradamente preocupado em garantir uma formação democrática; ou ainda como as que identificavam-na com um ensino ateu, quando o sistema se preocupava em formar valores espirituais profundamente identificados com a fé cristã, respeitando as demais crenças das famílias envolvidas.

As pressões, enfim, eram muitas e se davam em muitas direções. O SEV procurou absorvê-las todas, preservando o clima de normalidade das escolas, necessário à continuidade do processo educativo, muitas vezes concedendo e recuando. Mas, mesmo assim, a situação ficava, a cada dia, mais difícil de ser controlada.

A gota d'água nesse processo de morte do sistema de ensino vocacional parece ter sido o incidente havido em Americana, onde um aluno problemático pichou os muros das redondezas da escola com nomes de líderes de esquerda. A diretora da escola viu-se obrigada a instaurar um processo com base no Decreto-Lei 477, através do qual ficou comprovado tratar-se de uma questão puramente emocional do aluno, que não tinha qualquer envolvimento com organizações políticas.

Além disso, em finais de 1968, alguns professores, já recontratados anteriormente com o compromisso de reformularem sua prática educativa, foram demitidos do sistema, após a avaliação que normalmente se fazia a cada ano. Este grupo, articulado em bloco com elementos do Vº G-CAN, setor regional do IIº Exército, sediado em Campinas, ali entregou uma carta-denúncia, onde se afirmava que o ensino vocacional pregava doutrina de esquerda e que havia implantado práticas partidárias comunistas.

A partir desses dois incidentes, a expectativa de fechamento era cada vez mais presente. A ameaça era cada vez mais real até que em 18 e 19/06/69 o Diário Oficial do Estado publicou o afastamento das professoras Maria Nilde Mascellani da coordenação geral do

SEV, e de Áurea Cândida Sigrist da diretoria do Ginásio Estadual Vocacional João XXIII, de Americana.

Alguns professores tentaram demitir-se, mas seus pedidos não foram aceitos. Muitos abaixo-assinados de professores e pais foram mandados para a Secretaria da Educação, para o Governo do Estado, para a Presidência da República e até mesmo para o IIº Exército, pedindo a recondução delas aos cargos. Inútil.

Foi nomeado o 1º interventor no SEV, Adolpho Pinheiro Machado, que, já em final de carreira no serviço público, procurava não criar atritos com a equipe pedagógica, prometendo que a experiência não iria acabar. Não conseguiu, entretanto, controlar a situação de tumulto criada internamente no sistema dada a ansiedade generalizada.

Nomeou-se, então, a 2ª interventora no SEV, Therezinha Fram, professora da rede pública estadual e diretora do Ginásio Experimental Pluricurricular da Lapa, que dirigiu ofício ao IIº Exército onde, alegando alto nível de insubordinação de alunos, professores e funcionários, solicitava providências no sentido da manutenção da ordem³⁵.

Em 12/12/69 os ginásios vocacionais amanheceriam tomados por soldados do IIº Exército, armados com metralhadoras e bombas de gás lacrimogêneo. No GEVOA, os alunos, adolescentes, chegavam à escola. Os professores tinham que demonstrar tranqüilidade absoluta ao tentar acalmá-los e esclarecer para eles o que estava acontecendo, eles mesmos sem saber o que lhes aconteceria. Na metade da manhã os alunos foram dispensados. Os professores, entretanto, ficaram 'sob a proteção' dos soldados até a noite, que faziam uma 'inspeção', ouvindo funcionários para 'separar o joio do trigo'³⁶, e recolhendo farta documentação.

Nas escolas do interior do Estado acontecia o mesmo, sendo que, ao final da 'inspeção' houve algumas prisões. Professores, diretores, funcionários e até mesmo pais de alunos foram levados de camburão para um quartel em Campinas, onde foram dispensados após 10 dias de permanentes interrogatórios.

³⁵ Essas informações foram veiculadas no depoimento de Maria Nilde Mascellani, por sua vez amparada nas peças do IPM (Inquérito Policial Militar) que contra ela e outros educadores do ensino vocacional foi movido de 1970 até outubro de 1973.

³⁶ Expressões usadas pelos militares, segundo depoimento de uma ex-professora.

Após a invasão policial-militar os elementos mais ativos do corpo docente foram agastados do ensino vocacional. Os que restaram tentavam manter o espírito da experiência, de forma cada vez mais conflitante. A resistência dos alunos e professores era muda, pois não havia condições políticas para a retomada do processo.

A SAGVOA formou uma 'Comissão de Defesa do Ensino Vocacional', cujos esforços resultaram na Resolução 31/70, onde se condicionava a continuidade do regime didático próprio à entrega, dentro de 60 dias, para aprovação do CEE, dos Planos Pedagógicos e Administrativos e do projeto do Regimento Interno.

De fato, entretanto, a experiência acabava. O artigo 29 do Decreto 52.324 de 1º/12/69 já havia incorporado a uma 'Divisão de Estudos Pedagógicos' as atribuições do SEV.

Em 5/6/70 o Decreto nº 52.460 integrava os ex-ginásios vocacionais à rede de ensino comum. Seu artigo 2, parágrafo único, declarava que os estabelecimentos continuariam a oferecer aos alunos então matriculados o mesmo tipo de ensino que vinham recebendo nos vocacionais.

*

* *

Esta rápida abordagem do ensino vocacional, embora não tendo a pretensão de esgotar sua caracterização pedagógica e nem de dar conta da análise do processo histórico da experiência, permite-nos situá-la como uma proposta de ensino que, visualizando a velocidade crescente que passou a acontecer em termos dos progressos tecnológicos como determinantes de uma diluição cada vez maior da consciência de liberdade humana, favorecendo a massificação, compreendeu o papel potencialmente revolucionário da educação como a variável que, transmitindo componentes culturais previamente determinados, optou por valorizar aqueles que viabilizariam a formação de uma mentalidade crítica, capaz de conferir autonomia e independência às ações dos indivíduos. Não uma autonomia alienada, mas, ao contrário, uma autonomia que revelasse, na prática, um comprometimento com a realidade social.

Em função da necessidade atual de se repensar todo o sistema educacional brasileiro, que, mesmo tendo sido reformulado novamente em 1971, continuou não apresentando respostas eficazes para a sociedade como um todo, julgamos de fundamental importância

a recuperação da memória do ensino vocacional, que, acreditamos, pode fornecer subsídios substantivos para uma reflexão cujos resultados apontem direções para o estabelecimento de uma educação em bases verdadeiramente democráticas.

Capítulo III

Os Testemunhos da Experiência

O documento e as instituições coletoras

O conceito de documento histórico, que para a historiografia positivista do século XIX se referia estritamente aos testemunhos escritos, evoluiu, neste século, para uma noção muito mais ampla. Esta dilatação do conceito se operou basicamente em função da intervenção dos historiadores franceses fundadores da revista 'Annales d'Histoire Economique et Sociale', editada a partir de 1929. Já em 1961 Samaran escrevia:

'Há que se tomar a palavra 'documento' no sentido mais amplo, documento escrito, transmitido pelo som, a imagem ou de qualquer outra maneira'³⁷

A História passou a se servir de fontes de informação não convencionais, incorporando às fontes escritas outros tipos de testemunhos fixados em suportes diferenciados. Aproximou-se de outros campos do conhecimento como a antropologia e a arqueologia na medida em que passou a se utilizar de qualquer vestígio da atividade humana como fonte de informação para análise, penetrando o campo (antes proibido) da cultura material, ou seja, daquela parcela do universo físico socialmente apropriada: os objetos, as coisas.

Da mesma forma, a crítica dos documentos, que para a história positiva deveria apenas discernir o verdadeiro do falso mediante critérios estabelecidos pela Diplomática³⁸, evoluiu para a compreensão de que todo documento é também um monumento. Equivale dizer que todo suporte de informação histórica "é produto da sociedade que o fabricou segundo relações de forças que aí detinham o poder"³⁹. A fixação de uma informação em um suporte físico, qualquer que seja ele, exprime uma intenção em fazer com que aquela informação permaneça, seja lançada para o futuro. Ao usar o documento como fonte de informação histórica, o historiador deve, portanto, desmontá-lo, investigando o seu conteúdo subterrâneo para chegar à apreensão de sua intenção, talvez inconsciente no autor. Cabe-lhe a desmonumentalização dos documentos, suportes das memórias coletivas.

³⁷ SAMARAN, Charles. "L'Histoire et ses méthodes" in Encyclopédie de la Pleiade, XI, Gallimard, Paris, 1961. (citado por Le Goff, Jacques. "Documento, Monumento". Encyclopédia Einaudi, vol. I, Porto, Imprensa Nacional, Casa da Moeda, 1984.

³⁸ SPINA, Segismundo. Introdução à Edótica: crítica textual. São Paulo. Cultrix/EDUSP, 1977.

³⁹ LE GOFF, Jacques. Op. Cit., p. 102.

Para ter acesso a essas informações e poder trabalhá-las criticamente, o historiador, assim como os pesquisadores das demais áreas das ciências humanas, recorre aos diferentes centros coletores de testemunhos da atividade humana: arquivos, bibliotecas, e museus. Cada uma dessas instituições possui um campo de atividades específicas, apesar de complementares entre si, ligadas que são pelo objetivo comum de reunir documentos que permitam a reconstituição e a análise histórica.

Nestes últimos 20 anos estas instituições, de uma forma geral, passaram por um processo de expansão de suas atividades, levadas à reflexão sobre sua função social diante da revolução tecnológica dos meios de comunicação e também da própria revisão e ampliação dos campos específicos a cada ciência⁴⁰.

Os museus renovaram a concepção do ato museal, que deixou de ser um fim em si mesmo e assumiu a função de meio de comunicação pedagógica. Os objetos de suas coleções passaram a ter sentido desde que pertencentes a um sistema de objetos, produzidos em determinados contextos sociais.

As bibliotecas, diante do aumento acelerado do número e da diversidade de abordagens das publicações de todas as áreas do conhecimento e também do afluxo de um público muito diversificado, lançou mão da informatização dos seus instrumentos de busca, que, permitindo reagrupar dados de diferentes formas e critérios, tornou possível uma maior agilidade na localização da informação desejada.

Os arquivos, instituições que abrigam fundos documentais gerados organicamente pela administração pública, por empresas ou por pessoas físicas no desempenho de suas atividades, passaram também por uma expansão de suas atribuições: começaram a se dedicar ao controle dos arquivos em formação, os arquivos correntes, compreendendo a necessidade de se limitar o crescimento geométrico do volume de documentos e a pesquisar novas formas para inventariar seus fundos.

Paralelamente à expansão de atividades desses centros tradicionalmente compreendidos como depositários de documentos surgiu uma nova modalidade na área: os centros de documentação, que vem se proliferando como unidade de apoio de várias instituições de pesquisa ou mesmo de empresas que, necessitando acessar rapidamente informações

⁴⁰ GAUYE, Oscar. *Specificité des Archives et convergences avec les bibliothèques. Les Musées et les centres de documentation. Archivum. Revue Internationale des Archives. Vol. XXX, 1984.*

dentro do seu campo de atuação, passaram a armazenar e referenciar impressos de seu interesse. Apesar de se admitir que os documentos de arquivo são fontes de informação para os centros de documentação, estes últimos se utilizam basicamente de publicações. O que os diferencia definitivamente, entretanto, é o fato de que os documentos reunidos no arquivo são produzidos organicamente: os fundos se constituem quase que 'naturalmente' – se é lícito usar essa expressão – como decorrência do desenvolvimento das atividades próprias a instituições. O centro de documentação, por sua vez, adquire sua 'matéria prima', forma coleções, segundo critérios fixados em função do atendimento de sua clientela específica.

Mais recentemente, entretanto, observou-se o surgimento de mais uma modalidade entre os centros coletores de informações: o centro de memória. Tal instituição se diferencia do arquivo e do centro de documentação, já que compreende a reunião física e/ou a referenciação de todos os tipos de documentos que evoquem um fato, uma instituição ou um determinado tema numa perspectiva histórica⁴¹.

O centro de memória reúne toda uma gama de informações que transcendem, por sua natureza, aquelas veiculadas pelos documentos puramente de arquivos, abrangendo informações que se referem à própria memória coletiva. Assim, no caso de uma instituição administrativa, por exemplo, a 'espinha dorsal' de sua memória é composta pelos documentos de arquivo; mas o seu centro de memória deverá incorporar outros registros que, produzidos fora do seu próprio âmbito, não figuram em seus arquivos: publicações de caráter técnico-científico de autoria de integrantes de seus quadros profissionais ou mesmo aqueles produzidos por pessoas não ligadas à instituição, mas que, de alguma forma, tenham exercido influência no desenvolvimento de suas atividades ou que apenas se refiram à instituição; manifestações, as mais diversas, da sociedade com relação à sua atuação, indo desde canções e anedotas populares (que deverão ser fixadas num suporte) até artigos de jornais, revistas e panfletos.

O centro de memória tem um sentido abstrato. Embora seja formado por elementos concretos, coisas materiais, isto é, por informações fixadas num suporte áudio-visual qualquer, ele não se configura como um depósito de documentos produzidos organicamente e devidamente descritos, como um arquivo. Ele poderá recolher parte

⁴¹ A conceituação de memória no campo documental e de centro de memória vem sendo desenvolvida pela historiadora e documentalista Heloisa Liberalli Bellotto em palestras e cursos desde 1984.

substancial dessa documentação, mas terá uma função predominantemente referenciadora: ele deverá dar a notícia da localização dos diferentes documentos que informam sobre o tema em questão. Sua função básica é a de resgatar a informação da forma mais completa possível, evitando sua perda.

O público desses centros de memória será formado, além dos pesquisadores especializados, pelo próprio cidadão comum, já que seus documentos poderão receber um tratamento museológico.

O centro de memória é, assim, uma instituição híbrida do campo da documentação: reúne vários tipos de documentos, produzidos por origens diversas, destinando-se a um público também diverso. Sua unidade é dada pelo tema do qual se ocupa e sobre o qual recupera informações dispersas. É a expressão documental da memória coletiva.

- O Centro de Memória do Ensino Vocacional

O fato de o ensino vocacional ter se constituído como uma experiência de longo prazo que objetivava o surgimento de um novo tipo de escola que atendesse às necessidades reais da sociedade, implicou numa contínua preocupação com o registro das suas informações em suportes variados e na sua preservação.

Um documento do SEV de 1967 intitulado 'Considerações sobre Renovação Educacional' dizia:

'O que nos preocupa na solução de experiências piloto é o esquecimento em que elas permanecem, não proporcionando condições de progresso e enriquecimento para o sistema escolar. A par desse esquecimento são autorizadas outras experiências que, seguramente, terão o mesmo destino das primeiras.' (p.12).

nos 'Planos Pedagógicos e Administrativos do Ensino Vocacional', de 1968, essa preocupação fica clara:

'Toda experiência do Ensino Vocacional vem sendo documentada através dos seguintes recursos:

- 1 – planejamentos anuais, semestrais e bimestrais de professores e de orientadores de todos os Ginásios Vocacionais.
- 2 – relatórios correspondentes aos planejamentos citados no item 1.
- 3 – fichas de observação de alunos através das quais é registrada a evolução dos comportamentos durante todo o curso.
- 4 – fichas-síntese de orientação educacional de segunda e quarta série ginásial.
- 5 – registro de resultados de testes e provas de escolaridade realizadas durante o decorrer do curso.
- 6 – estudo dos resultados da aplicação de testes e de provas em cada Ginásio Vocacional para cada turma de aluno.
- 7 – estudo comparativo dos resultados de prova e de outros trabalhos (ficha de escolaridade) dos vários Ginásios Vocacionais.
- 8 – dados de pesquisas de comunidade.
- 9 – dados resultantes das pesquisas psico-pedagógicas.
- 10 – dados resultantes do controle de escolaridade dos ex-alunos das escolas ou cursos em que se encontram.
- 11 – dados colhidos pelo setor de acompanhamento pós-escolar sobre a percepção que professores e empregadores tem sobre ex-alunos e sobre o preparo do Ginásio Vocacional.
- 12 – slides que focalizam situações educativas de seqüências de técnicas didáticas e pedagógicas.
- 13 – gravações de situações educativas ou de aplicação de técnicas psico-pedagógicas individualmente ou em grupo.
- 14 – relatórios sobre a evolutiva metodológica de cada área do curriculum.' (p.181/182).

Tal preocupação com o registro de informações da experiência não era infundada. Ao contrário, apesar dela, o que se verificou após seu encerramento foi exatamente a dispersão dos seus testemunhos, sem qualquer controle.

Os arquivos do SEV e dos ginásios vocacionais sofreram, ao longo do tempo, várias mutilações. A primeira delas se deu em função da ação repressiva dos órgãos de segurança que, em 1969, retiraram documentos que, mais tarde, embasariam os processos administrativos e políticos contra os integrantes dos quadros da instituição. Não se sabe, entretanto, exatamente o que foi retirado naquela ocasião e nem o seu destino posterior.

Com o encerramento da experiência a mutilação dos seus arquivos foi brutal.

Os historiadores, mais do que outros cientistas sociais, sabem bem como são poucas as pessoas, em nosso meio, que têm consciência da importância da preservação dos documentos. Isso ocorre em todos os níveis, mas na administração pública a noção de que todo documento é histórico praticamente inexistente. Com frequência não se reconhece valor aos documentos produzidos cotidianamente pelo aparelho burocrático, que acabam sendo destruídos sem um estudo preliminar que resultasse na elaboração de tabelas de temporalidade onde, então, seriam criteriosamente fixados prazos de guarda e eliminação.

Isso ocorre também nas escolas da rede pública, onde os diretores têm competência para autorizar a destruição de documentos com idade superior a cinco anos, à exceção de prontuários de alunos e outros papéis que atestam a vida funcional de professores e demais empregados.

Não escapando a esse procedimento generalizado, os diretores das escolas onde funcionaram os ginásios vocacionais autorizaram sucessivos descartes em seus arquivos, o que os desfigurou sobremaneira, deixando permanecer apenas uma parcela diminuta em relação ao volume produzido.

Tal fato foi confirmado 'in loco' nas visitas que realizamos às unidades de Rio Claro, Barretos e São Paulo no 1º semestre de 1985, quando tivemos acesso à parcela remanescente dos arquivos.

Na unidade de Rio Claro pudemos localizar um armário que abrigava a documentação produzida pelo ensino vocacional. Seu exame revelou que a parcela conservada (graças ao zelo de uma funcionária movida por razões de ordem sentimental) se concentrava na documentação relativa aos anos entre 1967 e 1970. toda a parcela relativa aos anos anteriores já havia sido destruída.

Apesar de estarmos autorizados por escrito pela Chefia de Gabinete da Secretaria de Estado da Educação (então exercida por Gilda Figueiredo Portugal Gouvêa) a xerocopiar a documentação que viéssemos a localizar, esta solução se mostrou inviável diante do seu alto custo.

Entramos então em contato com o Delegado de Ensino da região, senhor José Carlos Cardoso (ex-professor de Estudos Sociais na unidade de Rio Claro e conselheiro do Arquivo Histórico Municipal do mesmo município), que autorizou a transferência de custódia daquela documentação para o Arquivo Histórico Municipal de Rio Claro, local onde se encontra, salva da destruição.

Na unidade de Barretos verificamos que há havia sido descartada toda a documentação relativa ao período experimental da escola, à exceção dos documentos de alunos e professores, que, por força legal, devem permanecer na Secretaria Escolar.

Na unidade de São Paulo tivemos oportunidade de listar todo o material documental remanescente, que se refere, basicamente, ao 2º ciclo. Indagados sobre o destino do restante do arquivo da experiência, funcionários da escola foram unânimes em declarar que ele teria sido transferido para a CENP – Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas, órgão da Secretaria de Estado da Educação que sucedeu aquela Divisão de Estudos Pedagógicos que ocupou o espaço antes destinado ao SEV.

Na CENP, por sua vez, não conseguimos localizar esta documentação, à exceção de poucos relatórios e portarias internas do SEV.

É amplamente conhecido o descaso que a administração pública confere à sua produção documental. Esta postura tem sido denunciada por historiadores, arquivistas e documentalistas, entre os quais destacaram-se José Honório Rodrigues e Raul de Rego Lima, que criticaram vários aspectos da política federal de arquivos instituída em 1968. criou-se o SINAR – Sistema Nacional de Arquivos. Sua ação, entretanto, refere-se

necessariamente apenas aos órgãos da administração federal direta e indireta, deixando grande parte do acervo arquivístico nacional fora de sua alçada (como os arquivos do legislativo e do judiciário).

No nível do Estado de São Paulo só em 1984 foi assinado o Decreto 22.789 instituindo o Sistema Estadual de Arquivos, que vem sendo implantado pela equipe técnica da Divisão de Arquivo do Estado de São Paulo.

Uma vez instituído o sistema, sua legislação proíbe o descarte indiscriminado de documentos públicos, que doravante deve ser autorizado pela Divisão de Arquivo do Estado de São Paulo, órgão que constitui a cabeça do Sistema. Até então, entretanto, grande parcela de documentos já tinha sido exterminada, deixando lacunas irrecuperáveis no acervo arquivístico.

O desaparecimento e a mutilação dos arquivos do ensino vocacional é um dos casos que, além de altamente sintomático, evidencia a omissão do Estado em relação à sua responsabilidade na preservação da própria memória.

Dessa forma, pode-se afirmar que a parcela mais substancial de informações acerca do ensino vocacional pode ser encontrada naqueles documentos que ficaram com os ex-integrantes da experiência – professores, técnicos, funcionários e alunos – que os preservaram enquanto componentes de seus arquivos pessoais.

A condição de dispersão desses documentos, enquanto se encontrem de posse de cada uma dessas pessoas, entretanto, inviabiliza seu uso sistemático com fontes primárias em trabalhos de análise.

Foi considerando o potencial informativo desses documentos em relação à experiência que se optou pela constituição do 'Centro de Memória do Ensino Vocacional', que tem a finalidade de reunir e referenciar os documentos que se refiram a ele, baseados nos diversos suportes físicos possíveis e os colocar ao alcance tanto da comunidade científica quanto da sociedade, de forma geral.

Para viabilizar seu funcionamento foi fundada uma entidade jurídica, a APROEV – Associação Pró-Ensino Vocacional, que, composta por ex-integrantes da experiência, se propõe promover estudos e debates sobre o ensino de forma a contribuir com o estabelecimento de uma diretriz democrática na política educacional. Cabe a esta

entidade a custódia do acervo do Centro de Memória, cuja totalidade, após passar por tratamento de arranjo e descrição, será colocada ao acesso dos interessados.

A APROEV vem solicitando aos seus associados que remetam a documentação que possuem sobre o ensino vocacional para que se integrem ao seu acervo, cujo núcleo inicial é composto pelo arquivo pessoal de Maria Nilde Mascellani, ex-coordenadora geral do SEV⁴².

Este núcleo é formado basicamente por cópias (datilografadas ou mimeografadas) de documentos do SEV e dos Ginásios Vocacionais. São, portanto, documentos de arquivo, na medida em que foram gerados organicamente pelo desempenho das atividades específicas daquelas instituições.

É muito comum acontecer que pessoas que integrem quadros profissionais das instituições, não só públicas como privadas, guardem, em seus próprios arquivos, cópias dos documentos que foram produzidos naquele período em que ali trabalharam. Ao ser afastada do SEV, Maria Nilde, como outros que participaram da experiência, guardou esses documentos como verdadeiras preciosidades, quase que adivinhando que os arquivos originais desapareceriam. Esta, aliás, foi uma prática muito constante nesses anos de regime de exceção que vivemos: as pessoas preservaram documentos e informações escondendo-os de todas as formas possíveis para que pudessem escapar das constantes invasões policiais às instituições e residências.

Quando estes papéis vieram à luz, após esse tempo em que permaneceram inacessíveis, estavam em condição de desordem generalizada. Na tentativa de ‘camuflá-los’ eles foram misturados uns aos outros, embrulhados em pacotes sem identificação, abrigados em locais que não ofereciam aquelas condições ambientais essenciais para sua conservação.

Iniciamos, então, o tratamento dessa documentação, que, por se constituir numa coleção de documentos de arquivo, seguiu a metodologia arquivística, que será exposta a seguir.

O Centro de Memória do Ensino Vocacional, entretanto, não está fechado. Ele deverá incorporar ainda outros núcleos documentais e efetivamente já vem incorporando,

⁴² O Centro de Memória do Ensino Vocacional recebeu toda a documentação da ex-professora Dóris Mendes Trindade, que exerceu a supervisão da área de Português, além de materiais de Armindo Accorsi Neto, ex-professor de Artes Plásticas, Nanci Bruni e Maria Cândida Sandoval, ex-técnicas do SEV e fotografias do ex-aluno de São Paulo, Pedro Augusto Magalhães Gomes.

provenientes de doações de documentos de outros elementos que participaram da experiência, tanto documentos arquivísticos como também outras informações acerca da experiência, produzidas no nível geral da sociedade (literatura técnica especializada, artigos em revistas e jornais, filmes, fotografias, discos, teses, etc.), cujo tratamento deverá ser dado pelo Centro.

Deverá também ser implementado o programa de História Oral, que já iniciamos, colhendo depoimentos orais de pessoas ligadas à experiência ⁴³. Tais depoimentos estão sendo gravados em fitas e transcritas para o papel, ficando acessível para o pesquisador apenas a transcrição, por motivos de segurança.

Todas as gravações foram autorizadas pelos entrevistados, assim como deverá ser autorizado o seu uso por pesquisadores, mediante contratos de doação que especifiquem trechos sigilosos, caso existam. Tais trechos não serão transcritos para que se efetive a manutenção do sigilo solicitado.

O recurso à gravação de depoimentos tem sido bastante comum como forma de complementar dados em pesquisas sobre o contemporâneo. É uma técnica de obtenção intencional de informações, onde se cria um documento voluntariamente.

Optamos pela adoção de um esquema de entrevista não dirigida, onde estabelecemos um roteiro que apenas coloca linhas gerais de abordagem (dados como, por exemplo: identificação do entrevistado, como chegou ao Vocacional, como se deu sua atuação dentro do sistema, ocorrências que julga interessante ressaltar, como percebeu a experiência, como foi sua vida profissional após sua passagem pela experiência), mas onde o sujeito da entrevista assumia, de fato, o papel principal. Nossas intervenções como entrevistadores se fizeram apenas no sentido de tirar dúvidas a respeito do que estava sendo colocado ou incentivar o entrevistado a explorar melhor algumas colocações.

O presente trabalho constitui-se, assim, numa contribuição à recuperação da memória do ensino vocacional, que, longe de estar terminada, continuará a necessitar de esforços de

⁴³ Foram entrevistados: Maria Nilde Mascellani, ex-coordenadora do SEV; Áurea Cândida Sigrist de Toledo Piza, ex-diretora da unidade de Americana; Joana Neves, ex-professora de Estudos Sociais em Barretos e São Paulo; Espedito José de Oliveira, ex-professor de Estudos Sociais em Batatais e Barretos; Armindo Accorsi Neto, ex-professor de Artes Plásticas e ex-diretor pedagógico de São Paulo; Maria Cândida Sandoval, ex-técnica do SEV; e alunos de Rio Claro e São Paulo.

toda a comunidade interessada em promovê-la e na qual a atuação do grupo envolvido na experiência é fundamental.

- O Tratamento Documental

Como já foi mencionado anteriormente, optou-se pelo tratamento arquivístico dos documentos que compõem o núcleo documental inicial do Centro de Memória do Ensino Vocacional em função de que tal núcleo é composto, basicamente, por documentos de arquivo.

Tal núcleo documental constitui o que Schellenberg, arquivista norte-americano cuja autoridade na área é largamente reconhecida no Brasil, chama de 'coleção natural' ou 'coleção orgânica'. Em oposição às 'coleções artificiais', que o autor define como aquelas onde são reunidas peças derivadas de origens diversas e de forma não concomitante, a coleção natural nasce como um arquivo, como um produto do curso 'dos negócios ou da vida de entidades privadas individuais ou coletivas'⁴⁴.

Embora este núcleo não seja igual à totalidade dos arquivos produzidos tanto pelo SEV quanto pelos Ginásios Vocacionais, é uma coleção de cópias autênticas e alguns papéis originais que foram produzidos em decorrência das atividades específicas daquela experiência educacional. Constitui, portanto, a 'espinha dorsal' do Centro de Memória.

O que caracteriza os documentos de arquivo e os diferencia de outros tipos de documentos é o fato de que eles constituem registros de informações produzidos para viabilizar o funcionamento da estrutura interna da organização – aqui entendida como uma entidade social orientada para a consecução de objetivos específicos – e seu relacionamento com o meio ambiente. Os documentos de arquivo são veículos de mensagens que, constituindo sistemas complexos de informação e decisão, registram o exercício de funções específicas da organização, independentemente do suporte físico em que estão baseados⁴⁵.

⁴⁴ SCHELLENBERG, T. R.. Arquivos Modernos. Princípios e Técnicas. p. 236.

⁴⁵ INOJOSA, Rose Marie. 'Comunicação e Arquivos: aspectos conceituais'. Cadernos FUNDAP, 4 (8): 4-10, 1984.

Dessa forma, o arquivo de uma organização é o conjunto orgânico dos documentos produzidos durante sua atividade, que a testemunham e a espelham. Por isso assumem valor de prova em relação ao rumo da organização em direção ao seu objetivo primordial.

A arquivística moderna consagrou o conceito de fundo como seu princípio básico. O fundo é definido como ‘o conjunto de documentos produzidos e/ou recebidos por determinada entidade pública ou privada, pessoa ou família no exercício de suas funções e atividades, guardando entre si relações orgânicas, e que são preservados como prova ou testemunho legal e/ou cultural’⁴⁶.

Michel Duchein define ‘respect des fonds’ como o princípio que consiste em ‘deixar agrupados, sem misturar a outros, os arquivos provenientes de uma administração, de um estabelecimento ou de uma pessoa física ou moral determinada’⁴⁷.

O conceito de fundo é explicitado por dois princípios:

- a) O da proveniência, segundo o qual não se devem misturar papéis vindos de origens diversas, e
- b) O da organicidade, que apela para uma organização do acervo que reflita a estrutura da organização ou entidade que produziu os documentos.

O arranjo dos documentos de arquivos segundo tais princípios, ao eliminar a subjetividade de um arranjo pautado em critérios de assunto, temas ou lugares, possibilita o reconhecimento do documento como elemento de uma série documental, um conjunto mais amplo, fornecendo informações sobre sua origem, função e tramitação. O pesquisador passa a poder compreender o contexto em que se deu a sua produção.

Schellenberg recomenda que o tratamento de coleções orgânicas, da mesma forma que os arquivos, deve seguir, na medida do possível, estes princípios aqui enunciados, uma vez que este tipo de arranjo – que considera a origem dos documentos – acrescenta informações acerca da estrutura organizacional que os produziu evidenciando aspectos

⁴⁶ BELLOTTO, Heloísa L. ‘Identificação de Fundos’. *Arquivo Rio Claro*, 3 (2): 28-35,1984.

⁴⁷ DUCHEIN, Michel. ‘El respecto de los fondos em arquivística. Principios teóricos y problemas practicos’. *Revista Del Archivo General de la Nación*, 5, Buenos Aires, 1976.

de sua atividade e funcionamento que ficariam obscurecidos se se considerassem as peças isoladamente⁴⁸.

O conceito de fundo é facilmente aplicável às organizações simples, onde a personalidade jurídica está bem fixada. Entretanto, para as organizações complexas, onde existem muitas subdivisões internas com diferentes níveis de subordinação hierárquica ou que apresentem freqüentes variações em sua estrutura, sua aplicação se torna mais difícil.

Em função dessa dificuldade verificada na prática arquivística surgiram duas tendências teóricas: a corrente maximalista, que passou a definir o fundo como o mais alto nível hierárquico; e a corrente minimalista, que reduziu o fundo à menor célula funcional possível.

Em resposta a este debate, Duchein, em seu clássico artigo já citado, formulou alguns critérios para a definição de um organismo produtor de fundos. São elas:

- O organismo deve possuir nome e existência jurídica resultante de um ato legal preciso;
- Deve possuir atribuições precisas e estáveis, definidas por texto legal ou regulamentário.
- Deve ter sua posição hierárquica fixada pelo ato que lhe deu origem.
- Deve ter um dirigente que goze de poder de decisão de forma correspondente ao seu nível hierárquico.
- Sua organização interna deve ser conhecida e fixada.

Isto significa que quando o organismo for suprimido, o fundo de arquivo produzido estará automaticamente fechado, pois a sua alimentação está vinculada à existência do órgão produtor.

Significa também que as divisões internas da organização ou seus órgãos locais não produzem fundos independentes, mas sim arquivos que pertencem ao fundo. À hierarquia

⁴⁸ SCHELLENBERG, T. R. op. cit., p. 245.

organizacional corresponderá, portanto, uma hierarquia documental, uma vez que o arranjo do fundo deve refletir a estrutura da organização que o produziu, com suas divisões e sub-divisões.

Esta orientação é compartilhada por Rose Marie Inojosa, que define o fundo como o conjunto de documentos de arquivo produzido por um sub-sistema administrativo. A autora citada exemplifica com o caso do Governo do Estado de São Paulo, onde as Secretarias, Fundações, Coordenadorias, Empresas Públicas, cada uma delas, seria responsável pela geração de fundos de arquivo⁴⁹.

Entretanto, apesar dos critérios dados por Duchein, as dúvidas no estabelecimento de fundos persistem, uma vez que, no Brasil, as unidades administrativas internas de um órgão também são criadas e têm suas atribuições fixadas por textos legais, geralmente decretos do poder executivo.

Assim, na tentativa de elucidar esta questão, a professora Heloísa Liberalli Bellotto propôs que o fundo seja identificado como o órgão maior de uma determinada esfera de poder, 'cabendo a possibilidade, como sugere Duchein, de haver uma hierarquia de fundos'⁵⁰.

No caso do objeto específico deste trabalho, a documentação produzida pelo ensino vocacional do Estado de São Paulo, se ela estivesse sendo abrigada por um Arquivo Público, faria parte do fundo 'Secretaria de Educação', uma vez que a experiência ocorreu em seus quadros institucionais. Nesse caso, seus arquivos seriam uma parcela desse fundo. Entretanto, isto não é o que ocorre na realidade. A documentação que estamos tratando está sendo custodiada por um Centro de Memória de uma instituição jurídica específica, a Associação Pró-Ensino Vocacional, APROEV. Dessa forma, julgamos lícito considerá-la como fundo fechado, cumprindo as exigências explicitadas por Michel Duchein.

O Decreto nº 38.643 de 27/06/61, que regulamentou a Lei nº 6.052 de 03/02/61, em seu artigo 321, título V, criou o SEV e fixou suas atribuições. Diz o referido texto legal:

“Título V

Do SEV

⁴⁹ INOJOSA, Rose Marie. op. cit. p. 6.

⁵⁰ BELLOTTO, Heloísa L.. op. cit. p. 33.

Artigo 321 – Fica criado, diretamente subordinado ao Secretário da Educação, um Serviço do Ensino Vocacional, destinado a:

1. estabelecer planos de ensino e de educação relativos aos cursos vocacionais;
2. propor medidas sobre a criação e a instalação de cursos vocacionais e cuidar de sua instalação e funcionamento regular;
3. emitir diretrizes técnicas e pedagógicas relativas aos cursos vocacionais;
4. cuidar da preparação, da admissão, da orientação e da supervisão do pessoal dos cursos vocacionais;
5. propor recursos para aquisição de material permanente e de consumo e propor ainda recursos para cobertura de despesas diversas referentes aos cursos vocacionais;
6. efetuar pesquisas, inquéritos e levantamentos sobre cursos vocacionais e assuntos correlatos;
7. propor a celebração de acordos e convênios relativos aos cursos vocacionais.”

Este mesmo Serviço do Ensino Vocacional foi extinto pelo Decreto nº 52.324 de 01/12/69, que passou suas atribuições para uma Divisão de Estudos Pedagógicos, então criada. Tal fato configuraria a continuidade do fundo, uma vez que as atribuições permaneceriam, vinculadas a outro organismo, não fosse a existência do Decreto nº 52.460 de 05/06/70, que integrou as escolas que lhe eram subordinadas à rede de ensino comum, o que significa o encerramento das atividades experimentais e, portanto, do fundo.

Para que o arranjo interno do fundo corresponda à estrutura organizacional que o produziu, ele pode ser dividido em grupos e sub-grupos, que reúnem os documentos procedentes de cada uma das divisões e sub-divisões internas do órgão.

Os arquivistas espanhóis adotaram para esses grupos o nome de ‘sección’. O uso desta nomenclatura é legitimado, no Brasil, pela professora Heloísa L. Bellotto, que o utiliza como sinônimo de ‘grupo’⁵¹. Preferimos, neste trabalho, adotar o termo ‘grupo’, uma vez

⁵¹ BELLOTTO, H. L. Arquivos Permanentes: a ordenação interna dos fundos. *Arquivo Rio Claro*, 5 (1): 4-15, 1986.

que a palavra 'seção', entretanto, designa uma unidade da hierarquia administrativa dos órgãos públicos. A adoção dessa palavra para designar uma divisão do fundo pode, portanto, suscitar confusão para o pesquisador, acostumado à sua aceção corrente.

O tratamento interno do fundo implica, portanto, no conhecimento da estrutura organizacional que o produziu, suas divisões internas e atribuições específicas de cada unidade. Assim, o estudo dessa estrutura é o primeiro passo do arranjo documental. Ele antecede a identificação da origem dos documentos e a sua ordenação propriamente dita, onde se classificam os documentos, separando-os uns dos outros de acordo com as unidades que os produziram, e cujo resultado é a formação dos grupos e sub-grupos documentais.

Voltando ao caso do ensino vocacional, o mesmo Decreto que criou o SEV, de nº 38.643, diz, em seu artigo 302, título III:

“Os Ginásios Vocacionais, como unidades escolares distintas, ou quando funcionarem junto a Centros Educacionais, serão subordinados ao Serviço do Ensino Vocacional, da Secretaria da Educação, e por este orientados”.

Efetivamente, o SEV teve 6 escolas que lhe foram subordinadas, a saber:

- o Ginásio Estadual Vocacional João XXIII, de Americana;
- o Ginásio Estadual Vocacional Cândido Portinari, de Batatais;
- o Ginásio Estadual Vocacional Chanceler Raul Fernandes, de Rio Claro;
- o Ginásio Estadual Vocacional Oswaldo Aranha, de São Paulo, e
- o Ginásio Estadual Vocacional de Vila Maria, em São Caetano do Sul.

Assim, satisfazendo tanto os postulados de arquivística quanto a organização assumida pelo ensino vocacional, fixamos sete grupos documentais: o próprio SEV, órgão coordenador do sistema de ensino vocacional, e cada uma das seis unidades escolares a ele subordinadas.

Cada um desses grupos documentais comportou a definição de sub-grupos, correspondentes às unidades administrativas e técnicas internas dessas escolas e do próprio SEV.

No caso dos grupos documentais relativos aos ginásios vocacionais o arranjo interno foi orientado pelo organograma que, datado de 1969, foi encontrado na documentação do Orientador Pedagógico de Rio Claro e que se encontra no Arquivo Histórico Municipal daquela cidade. Tal documento previa a existência de um Diretor Pedagógico Geral, ao qual se subordinavam:

a) Áreas Administrativas:

- Secretaria
- Contabilidade
- Refeitório
- Mimeografia
- Zeladoria
- Auxiliar de Orientação Educacional e Orientação Pedagógica
- Secretário do Diretor Pedagógico Geral

b) Orientação Educacional

c) Orientação Pedagógica

d) Biblioteca

e) Recursos Áudio-Visuais

Os dados fornecidos pelo organograma (vide a seguir), foram complementados pelos fornecidos pelo ‘Regimento Interno dos Ginásios Vocacionais’ de 1965, cujo Título V se ocupa das competências de algumas funções existentes nos Ginásios Vocacionais, como as do Orientador Pedagógico, do Orientador Pedagógico Responsável pela Direção do

ginásio, dos Orientadores Educacionais e dos professores. Julgamos necessário reproduzir aqui, na íntegra, o texto desse Título.

“Artigo 42º - Compete ao Orientador Pedagógico:

1. planejar, desenvolver, supervisionar e avaliar todas as atividades pedagógicas e educacionais do Ginásio Vocacional;
2. articular programas de trabalho com os alunos, com professores, com pais e instituições da comunidade;
3. orientar os professores e o especialista de Auxílios Didáticos de modo especial no preparo de materiais didáticos e outros recursos pedagógicos.

Artigo 43º - Compete ao Orientador Pedagógico responsável por Direção além de todas as funções específicas, mais as seguintes:

1. responder pela direção do estabelecimento;
2. exercer a supervisão administrativa;
3. exercer a supervisão técnico-pedagógica geral;
4. propor a admissão de pessoal necessário, dando-lhe posse e exercício;
5. admitir e dispensar professores de aulas excedentes;
6. presidir o Conselho Pedagógico;
7. atribuir responsabilidades ao outro orientador pedagógico, no caso de haver mais de um no ginásio;
8. representar o estabelecimento em qualquer circunstância;
9. visar a escrituração e a correspondência escolar;
10. atribuir aulas, atividades e organizar classes com a colaboração dos demais orientadores;
11. lavrar portarias, atos e propostas de admissão de funcionários;

12. prorrogar ou antecipar as horas de expediente;
13. impor penas disciplinares a professores e funcionários
14. impor penas disciplinares a alunos após estudo dos casos pelo setor de orientação educacional;
15. apurar ou mandar apurar irregularidades de que venha a tomar conhecimento;
16. conferir diplomas ou certificados aos alunos que concluírem seu curso;
17. determinar, em colaboração com os demais orientadores, o uniforme a ser utilizado pelos alunos;
18. zelar pelo prédio e material pertencente ao patrimônio da escola ou da Fazenda do Estado;
19. tomar decisão de emergência.

§ 1º - Quando houver dois orientadores pedagógicos no Ginásio, o desempenho das funções deverá ser planejado de forma integrada de modo a atender as necessidades da educação;

§ 2ª - Na ausência do diretor, a substituição se fará de acordo com o quadro pré-estabelecido pela Coordenadoria do Serviço do Ensino Vocacional.

Artigo 44º - Compete ao Orientador Educacional:

1. desenvolver o programa de orientação vocacional;
2. atender às necessidades de orientação profissional;
3. efetuar aconselhamento psicológico dentro dos limites de sua formação profissional;
4. articular-se com professores, pais, médicos, psicólogos e especialistas, conforme a exigência dos casos;
5. elaborar o conteúdo específico de orientação educacional no Ginásio Vocacional em integração com o plano de orientação pedagógica geral;

§1º - Haverá o número de orientadores educacionais exigidos pelo contingente de alunos ou pela diversificação das classes no Ginásio Vocacional.

§2º - Quando houver mais de um orientador educacional, o desempenho das funções deverá ser planejado de forma integrada, de modo a atender às necessidades da área e aos interesses da educação.

Artigo 45º - Compete aos Professores:

Desempenhar as funções didáticas e pedagógicas estabelecidas no planejamento educacional de acordo com os objetivos gerais e específicos do Ginásio Vocacional, bem como os objetivos específicos de suas áreas.”

Dessa forma, cada uma das unidades mencionadas nesse organograma deu origem a um sub-grupo documental. Apesar de, no organograma dos Ginásios Vocacionais, os professores de cada área do currículo escolar aparecerem como subordinados ou usuários das Orientações Educacional e Pedagógica, e da Biblioteca e Recursos Áudio-Visuais, a documentação por eles produzida, por ser diversificada e volumosa, exigiu também a formação de sub-grupos específicos de cada área.

No caso do grupo documental relativo ao Serviço do Ensino Vocacional, o seu arranjo interno foi orientado, na inexistência de ato legal que conferisse estrutura ao órgão, pelo organograma e pelo seu Regimento, ambos datados de 1968. Apesar desses documentos fixarem uma estrutura informal, já que não foi legitimada por texto legal, eles nos fornecem um retrato de uma estruturação do órgão forjada pelo seu próprio processo de evolução e que resultou das demandas surgidas no desenvolvimento de suas atividades específicas.

O Regimento do Serviço do Ensino Vocacional definiu, como objetivos do órgão:

“I – Orientar, metodológica e pedagogicamente, os Ginásios e Colégios Vocacionais que lhe são e serão subordinados;

II – Desenvolver o programa de renovação do ensino médio oficial, nos termos da legislação específica do Ensino Vocacional e de acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.”

Além disso fixou a competência do órgão:

“Capítulo III

Da competência do Serviço do Ensino Vocacional e de seus órgãos.

Artigo 13º - Compete ao Serviço do Ensino Vocacional:

I – Estabelecer planos de ensino e de educação, relativos aos ginásios e colégios vocacionais.

II – Propor medidas sobre a criação e a instalação de ginásios e colégios vocacionais e cuidar de seu regular funcionamento.

III – Emitir diretrizes técnicas e pedagógicas relativas aos ginásios e colégios vocacionais.

IV – Cuidar da preparação, da admissão, da orientação e da supervisão do pessoal próprio e dos ginásios e colégios vocacionais.

V – Propor recursos para a aquisição de material permanente e de consumo, e propor ainda recursos para abertura de despesas diversas referentes ao próprio Serviço, aos ginásios e colégios vocacionais.

VI – Efetuar pesquisas, inquéritos e levantamentos sobre os ginásios e colégios vocacionais e aspectos correlatos.

VII – Avaliar, periodicamente, o processo educativo dos ginásios e colégios vocacionais, propondo as necessárias reformulações.

VIII – Acompanhar o processo de ajustamento de alunos egressos do 1º e 2º ciclo vocacional, em estudos posteriores, no campo ocupacional e profissional.

IX – Propor medidas e elaborar projetos referentes à continuidade do Ensino Vocacional, tendo em vista a adequação de ensino às novas necessidades da juventude estudantil.

X – Propor a celebração de acordos e convênios relativos ao Serviço, aos ginásios e colégios vocacionais.”

Para responder a essas competências o Regimento do Serviço do Ensino Vocacional fixou uma estrutura funcional que contemplou:

A) uma Coordenadoria Geral, respaldada por quatro assessorias técnicas:

- de assuntos pedagógicos;
- de assuntos jurídicos;
- de planejamento administrativo, e
- de relações públicas.

B) Quatro setores:

- Setor Pedagógico, composto pelos seguintes sub-setores de:
 - Currículo
 - Pesquisa
 - Preparação de Pessoal
 - Testes e Medidas
 - Recursos Áudio-Visuais
 - Biblioteca
- Setor Administrativo, com os sub-setores de:
 - Pessoal
 - Despesa
 - Protocolo e Expediente
 - Projetos de Prédios e Equipamentos
 - Zeladoria

- Setor de Relações Públicas, com os sub-setores de:
 - Relações Internas
 - Relações com Instituições Educacionais
 - Relações Externas
- Setor de Publicações, com os sub-setores de:
 - Redação e Artes Gráficas
 - Conselhos

Cada uma dessas unidades do órgão deu origem a um sub-grupo documental, que, internamente, organizou-se em séries documentais que Schellenberg definiu como “um grupo de documentos, pastas ou dossiês reunidos por se relacionarem com uma atividade específica”⁵².

A série foi definida pela Comissão de Estudo de Terminologia Arquivística da Associação Brasileira de Normas Técnicas como a “designação dada às sub-divisões de um fundo, que refletem a natureza de sua composição, seja ela estrutural, funcional ou por espécie documental”⁵³.

Já o “Elsevier’s Lexicon of Archive Terminology” define a série de uma forma mais restrita, como “seqüência de documentos da mesma natureza no interior de um fundo”⁵⁴.

Dessa forma, fica claro que o critério que define a formação de séries é a função em decorrência da qual o documento foi produzido, aliado ao seu tipo documental, já que o “desempenho de uma função ode ser documentado por meio de um ou mais tipos de documentos”⁵⁵. Tal é o caso dos documentos que foram objeto de tratamento neste trabalho, onde as séries foram constituídas de acordo com a atividade que lhes deu origem, comportando vários tipos documentais, que constituíram unidades de arquivamento diferenciadas e foram, internamente, ordenadas cronológica ou alfabeticamente.

⁵² SCHELLENBERG, T. R. op. cit. p. 69.

⁵³ BELLOTTO, Heloísa L. op. cit. p. 8

⁵⁴ Citado por BELLOTTO, Heloísa L. op. cit. p. 8

⁵⁵ BELLOTTO, Heloísa L. op. cit. p. 9

Todo este trabalho de arranjo, embora aparentemente simples, se realizou em cinco etapas:

- A. Reunião da documentação relativa ao ensino vocacional, até então de posse de ex-integrantes da experiência.
- B. Estudo da estrutura organizacional do SEV e dos Ginásios Vocacionais, para o estabelecimento dos grupos e sub-grupos.
- C. Identificação e separação dos documentos de acordo com sua origem e, portanto, constituição dos grupos e sub-grupos.
- D. Arranjo interno dos sub-grupos em séries.
- E. Limpeza e condicionamento da documentação.

As atividades de arranjo propriamente dito, isto é, de organização física do acervo, demandaram aproximadamente 1700 horas de trabalho, que se desenvolveu num período de 8 meses.

Os documentos foram retirados dos pacotes ou pastas em que se encontravam e, após a retirada dos grampos de metal já bastante enferrujados, que foram substituídos por clips de metal devidamente forrados com papeletas, acondicionados em envelopes de papel, que passaram a abrigar as unidades de arquivamento (conjunto do mesmo tipo documental).

A atividade de arranjo revelou um conjunto de documentos composto, até o presente momento, por 42 caixas tipo arquivo, à exceção dos volumes encadernados.

Feito o arranjo, foi necessário equacionar as prioridades no sentido da divulgação do acervo, isto é, estabelecer um programa descritivo que orientasse a elaboração dos instrumentos de pesquisa.

O planejamento do programa descritivo, de acordo com as colocações de Maria Amélia Porto Migueis⁵⁶, deve considerar a natureza da documentação a ser descrita, o sistema

⁵⁶ MIGUEIS, M. A. Porto. Roteiro para elaboração de instrumentos de pesquisa em arquivos de custódia.

adotado no arranjo, a disponibilidade de recursos financeiros e a adequação dos diferentes instrumentos frente aos objetivos que se pretende alcançar.

O grupo de trabalho formado em 1973 na Associação dos Arquivistas Brasileiros e dirigido pelo professor José Pedro P. Esposel, fixou 6 tipos de instrumentos de pesquisa: os guias, os inventários sumários, os inventários analíticos, os catálogos, os repertórios e os índices.

Um guia é um instrumento de pesquisa que se destina à orientação do usuário no conhecimento e na utilização do acervo. É um instrumento genérico, que informa sobre a totalidade dos fundos abrigados no arquivo: seu histórico, sua natureza, sua estrutura funcional, período a que se refere e quantidade.

O inventário “é o instrumento de pesquisa que descreve conjuntos ou unidades documentais na ordem em que foram arranjados. É um instrumento do tipo parcial, ocupando-se de partes do acervo”⁵⁷. O que caracteriza os inventários é que, seja descrevendo a totalidade do acervo, seja apenas alguns grupos, séries ou mesmo unidades de arquivamento, ele deve refletir o arranjo adotado, a disposição física do acervo.

Os inventários têm dupla finalidade: de um lado, facilitam, para o arquivista, o controle e a localização da informação; de outro, são importante elemento de informação do pesquisador, possibilitando-lhe o rastreamento da documentação desejada de forma bastante eficaz. Para tanto, o inventário deve fornecer a identificação do tipo documental, do assunto, das datas-limite e a sua localização.

Eles podem ser do tipo sumário – quando darão uma descrição sintética das unidades de arquivamento – ou analíticos – quando tais unidades serão descritas de forma mais detalhada. Segundo Heloísa Bellotto⁵⁸, o inventário será sumário quando se descrevem as séries como um coletivo, e analítico quando descrever documento por documento.

Já os catálogos são instrumentos de pesquisa onde são descritas parcelas documentais em uma ordem metódica de acordo com critérios temáticos, cronológicos, onomásticos ou outros, estabelecidos pelo arquivista em função do atendimento dos usuários do acervo.

⁵⁷ BELLOTTO, Heloísa L. Descrição: Processo, Instrumentos, Política. Cópia de artigo a ser publicado na revista Arquivo Rio Claro. p. 6.

⁵⁸ BELLOTTO, Heloísa L. op. cit. p. 6.

Os catálogos podem se referir a documentos pertencentes a diferentes fundos, desde que se refiram ao critério fixado. A professora Heloísa Bellotto ressalta que, no Brasil, “o catálogo é praticamente um inventário transfigurado, isto é, troca-se a ordem topográfica pela temática”⁵⁹. Assim como o inventário, o catálogo poderá ser sumário (descrevendo as séries) ou analíticos (ocupando-se de cada peça documental).

Há ainda os repertórios, onde o arquivista descreve peças selecionadas dentro de uma série ou fundo, segundo um juízo de valor que determina as mais importantes ou interessantes, ou ainda segundo um esforço em captar, em acervos genéricos, documentos que se refiram especificamente a um tema, pessoa ou evento.

O arquivista pode elaborar, além desses, instrumentos auxiliares de pesquisa, como o índice, que, tendo personalidade própria, pode se apresentar também como obra independente. Sua finalidade é remeter o pesquisador diretamente ao contexto desejado, mediante a indicação da localização da informação (nomes de pessoas, lugares ou assuntos, ordenados alfabeticamente).

No caso específico da documentação reunida no Centro de Memória do Ensino Vocacional, consideramos importante, a curto prazo, a elaboração de inventários, em função das vantagens já mencionadas em relação a este tipo de instrumento de pesquisa.

Na impossibilidade de descrever o acervo como um todo em função dos prazos de apresentação da presente dissertação, optamos por contemplar inicialmente os documentos que compõem o grupo documental relativo ao Serviço do Ensino Vocacional. Tal grupo, além de ser o mais volumoso do acervo (19 caixas), reúne documentos que apresentam informações sistematizadas a respeito daquela experiência de ensino, em função mesmo das atribuições coordenadoras do órgão.

Dessa forma foi elaborado um inventário geral da documentação proveniente do órgão, onde foram descritas as unidades de arquivamento estabelecidas na fase de arranjo. Tal inventário não se classifica entre os de tipo sumário – já que não descreve séries como coletivos – nem entre os de tipo analítico – porque não descemos às unidades documentais propriamente ditas. Daí porque se adotou a denominação de “inventário geral” para este instrumento de pesquisa que identifica: o grupo, o sub-grupo, as datas-

⁵⁹ BELLOTTO, Heloísa L. op. cit. p. 23.

limite, o conteúdo e a localização topográfica no acervo (C = número de caixa; E = número do envelope ou P = pasta).

Além deste, elaboramos um inventário analítico da documentação atribuída à Assessoria Jurídica do SEV. Tais papéis foram descritos um a um já que informam sobre a própria constituição e organização da experiência. Este sub-grupo documental reúne textos normativos oriundos das esferas legislativas e executivas tanto federais quanto estaduais, além de atos internos à organização (como as portarias e comunicados do SEV). Os verbetes identificam: o tipo documental e seu número, caso exista; o conteúdo, a data, as assinaturas, o número de páginas e o tipo de cópia.

Confeccionou-se ainda um inventário analítico dos recortes de jornais acerca da experiência no ensino vocacional reunidos no Centro de Memória. Tais recortes foram separados inicialmente em função do local de publicação. Dentro de cada cidade, foram separados por Jornal e, dentro de cada Jornal, colocados em ordem cronológica. Apesar de não constituírem documentos de arquivo nem do SEV nem dos Ginásios Vocacionais, tais recortes são fontes de informação significativos para a percepção da receptividade da experiência nos meios em que se colocavam. Tal inventário contemplou os seguintes dados: nome do jornal, local de publicação, localização topográfica no acervo, autor do artigo (caso citado), título do artigo e data de publicação.

Em anexo, fornecemos a listagem dos volumes encadernados que reúnem, basicamente, planejamentos e relatórios das atividades pedagógicas de cada Ginásio Vocacional, assim como relatos elaborados por técnicos do SEV a respeito de aspectos específicos da experiência.

Por fim, também na forma de anexo, incluímos a listagem dos documentos que encontramos nas dependências da atual “Escola Estadual de Primeiro e Segundo Graus Oswaldo Aranha” em São Paulo, quando a visitamos em Julho de 1985. Tais documentos, que se referem, na sua maioria, à experiência de 2º ciclo ali realizada, continua sendo abrigada pela escola.

Parte A

Inventário Geral dos documentos pertencentes ao Grupo SEV

Competências do coordenador geral – Artigo 14º do Regimento Interno do SEV

Compete ao Coordenador Geral:

I – coordenar todo o trabalho do Serviço do Ensino Vocacional e suas unidades escolares, obedecendo a seus objetivos e promovendo o seu regular funcionamento, nos termos dos artigos 2º e 14º do presente regulamento.

II – responder perante o Secretário da Educação pelo cumprimento de suas funções.

III – representar jurídica e administrativamente o Serviço do Ensino Vocacional, dentro e fora do país.

IV – convocar e coordenar as reuniões de suas assessorias e dos coordenadores dos setores e dos responsáveis por direção das unidades escolares subordinadas ao Serviço do Ensino Vocacional.

V – propor aos órgãos competentes a admissão e dispensa do pessoal docente, técnico, administrativo e braçal do Serviço do Ensino Vocacional.

VI – coordenar as publicações oficiais do Serviço do Ensino Vocacional.

VII – emitir diretrizes, disciplinando o funcionamento geral do Serviço do Ensino Vocacional e de suas unidades escolares.

VIII – contratar e despedir o pessoal docente e técnico do Serviço do Ensino Vocacional.

IX – indicar as unidades escolares do Serviço do Ensino Vocacional, o pessoal docente e técnico.

X – praticar os demais atos compatíveis com as suas funções.

GRUPO : SEV		SUB-GRUPO: Coordenadoria Geral		Vinc. Hierárquico: Gabinete do Secretário	
SÉRIE: Coordenação do Sistema de Ensino Vocacional					
TIPO	QUANTIDADE	ORIGEM	DATAS-LIMITE	CONTEÚDO	LOCALIZAÇÃO
agendas	9	coordenação	1966-1969	Programação das atividades administrativas e pedagógicas do órgão.	C1 E1
informações	129	coordenação	1963-1969	Ref. Processos do SEV na Secretaria de Educação, sobre assuntos administrativos e outros.	C1 E2
correspondência expedida	437	coordenação	1961-1966 1967 1968 1969	Administração escolar, questões pedagógicas e de relacionamento do órgão com os níveis superiores e outros estabelecimentos de ensino.	C1 E3 C1 E4 C1 E5 C1 E6
correspondência recebida	221	diversas	1961-1964 1965-1968 1969-1970	Convites para participação em diversos eventos, solicitações de esclarecimentos sobre a experiência e outros assuntos.	C1 E7 C2 E8 C2 E9 C2 E10

atas	10	coordenação	1968-1970	Pautas e desenvolvimento de reuniões dos setores do órgão com a coordenação.	C2 E11
relatos	14	SEV	1965	Análises históricas da experiência, manifestações de solidariedade e outros.	C2 E13
dossiê crise 1965	31	diversas	1965	Análises históricas da experiência, manifestações de solidariedade e outros.	C2 E13
Documentos pessoais	21	coordenação	s/d	Anotações e atestados de atividades desenvolvidas.	C2 E14

Competências do Setor Pedagógico e seus sub-setores (Artigo 16 – Regimento Interno do SEV)

Compete ao setor pedagógico e seus sub-setores:

- I. Planejar e assistir a execução pedagógica e avaliar o processo educativo desencadeado pelo Serviço do Ensino Vocacional nas suas unidades escolares.
- II. Promover a elaboração de recursos didáticos e pedagógicos para o desenvolvimento satisfatório do processo educativo nos estabelecimentos de ensino vocacional, criando assim subsídios para o processo de renovação educacional da escola secundária.
- III. Supervisionar, orientar e rever, periodicamente, o andamento do processo educativo, para oferecer sugestões de reformulação nos planos em desenvolvimento no Ensino Vocacional.
- IV. Incentivar a participação de professores, alunos, ex-alunos, pais e demais elementos da comunidade nos programas de educação desenvolvidos pelo Serviço do Ensino Vocacional.
- V. Elaborar material referente ao trabalho didático-pedagógico e de pesquisa, a fim de proceder a avaliação constante do processo educativo.
- VI. Contribuir com recursos para a organização da documentação e divulgação do trabalho pedagógico do Ensino Vocacional.
- VII. Promover a preparação do pessoal docente e técnico para o Ensino Vocacional e para outras escolas, de acordo com os objetivos do Serviço.
- VIII. Providenciar o tipo de material didático-pedagógico necessário ao aperfeiçoamento do pessoal em geral.
- IX. Criar condições para que a seleção e a avaliação de alunos e professores se processe de forma cada vez mais aperfeiçoada.

GRUPO : SEV			SUB-GRUPO: Sub-Sector Currículo		Vinc. Hierárquico: Setor Pedagógico	
SÉRIE: Supervisão de Artes Industriais						
TIPO	QUANTIDADE	ORIGEM	DATAS-LIMITE	CONTEÚDO	LOCALIZAÇÃO	
planejamento	8	Superv. A. I.	1965-1967	Planos de trabalho específicos da área, atividades didáticas e recursos pedagógicos.	C5 E1	
agendas	1	Superv. A. I.	1963	Programação das atividades de supervisão	C5 E1	
relatórios	12	Superv. A. I.	1963-1967	Atividades realizadas pela supervisão, encontros de professores da área, visitas aos Ginásios.	C5 E1	
atas	2	Superv. A. I.	1964	Narrativas de reuniões de professores	C5 E1	
GRUPO : SEV			SUB-GRUPO: Sub-Sector Currículo		Vinc. Hierárquico: Setor Pedagógico	
SÉRIE: Supervisão de Artes Plásticas						
TIPO	QUANTIDADE	ORIGEM	DATAS-LIMITE	CONTEÚDO	LOCALIZAÇÃO	
planejamento	1	Superv. A. P.	1967	Planos de atividades específicas da área.	C5 E2	
agendas	6	Superv. A. P.	1964-1967	Programação de ciclos de estudos,	C5 E2	

				galeria de arte, visitas de supervisão, etc.	
textos de apoio pedagógico	15	Superv. A. P.	1962-1967	Bibliografias, colocações sobre objetivos específicos, visando as unidades pedagógicas e outros.	C5 E2
circulares	6	Superv. A. P.	1967	Informações sobre os conteúdos específicos, estudos do meio e outros.	C5 E2
comunicados	2	Superv. A. P.	1967	Informações sobre encontro de área e instruções sobre cartazes.	C5 E2
relatórios	21	Superv. A. P.	1965-1967	Atividades de supervisão (encontros da área, visitas, execução de planejamentos)	C5 E3
relatos	5	Superv. A. P.	1967	Proposições de área na escola secundária, considerações sobre a galeria de arte.	C5 E3
GRUPO : SEV		SUB-GRUPO: Sub-Setor Currículo		Vinc. Hierárquico: Setor Pedagógico	
SÉRIE: Supervisão de Ciências					
TIPO	QUANTIDADE	ORIGEM	DATAS-LIMITE	CONTEÚDO	LOCALIZAÇÃO
Materiais didáticos	5	Supervis. C.	s. d.	Gravuras sobre reprodução humana	C5 E4

relatos	3	Supervis. C.	s. d.	Considerações sobre a área e o ensino para adolescentes.	C5 E4
SÉRIE: Supervisão de Economia Doméstica					
TIPO	QUANTIDADE	ORIGEM	DATAS-LIMITE	CONTEÚDO	LOCALIZAÇÃO
agendas	1	Superv. E. D.	1967	Programação de atividades da supervisão.	C5 E5
relatórios	26	Superv. E. D.	1964-1967	Narrativas das atividades desenvolvidas, especificando as visitas realizadas aos ginásios.	C5 E5
relatos	2	Superv. E. D.	s. d.	Considerações sobre a área no currículo.	C5 E6
SÉRIE: Supervisão de Educação Física					
TIPO	QUANTIDADE	ORIGEM	DATAS-LIMITE	CONTEÚDO	LOCALIZAÇÃO
planejamentos	2	Superv. E. F.	1965	Planos de atividades de supervisão	C5 E7
agendas	1	Superv. E. F.	1966	Programação de visitas e demais atividades de acompanhamento.	C5 E7
relatórios	13	Superv. E. F.	1963-1967	Narrativas sobre as atividades realizadas (encontros de professores, visitas).	C5 E7

atas	3	Superv. E. F.	1964-1966	Narrativas das reuniões de professores da área para sistematização dos conteúdos específicos.	C5 E7
relatos	2	Superv. E. F.	1967	Conclusões da semana de estudos de professores da área e atividades desenvolvidas.	C5 E7
Síntese de avaliação	2	Superv. E. F.	1968	Dados sobre o aproveitamento de 4 classes	C5 E7
SÉRIE: Supervisão de Educação Musical					
TIPO	QUANTIDADE	ORIGEM	DATAS-LIMITE	CONTEÚDO	LOCALIZAÇÃO
planejamentos	7	Superv. E. M.	1963-1968	Delineamento de técnicas usadas, planos de supervisão, cursos, visitas.	C6 E8
agendas	8	Superv. E. M.	1966-1968	Programações de reuniões, festivais, concertos e atividades específicas da supervisão.	C6 E8
Textos de apoio pedagógico	8	Superv. E. M.	1964-1968	Estudos sobre teoria musical, bandas rítmicas, música em São Paulo, apreciação musical e outros.	C6 E8
Materiais didáticos	4	Superv. E. M.	1967	Apostilas e avaliação do curso de	C6 E8

				regência de corais.	
Relatórios	13	Superv. E. M.	1963-1967	Narrativas sobre as atividades realizadas pela supervisão; reuniões, encontros da área, curso de regência de corais, eventos.	C6 E8
SÉRIE: Supervisão de Educação Religiosa					
TIPO	QUANTIDADE	ORIGEM	DATAS-LIMITE	CONTEÚDO	LOCALIZAÇÃO
planejamentos	3	Superv. E. R.	s. d.	Conteúdos específicos a serem trabalhados pela área, objetivos gerais, específicos, linha metodológica de integração com outras áreas.	C6 E9
Textos de apoio pedagógico	1	Roma	1964	Ponderações sobre educação cristã.	C6 E9
Materiais didáticos	3	Superv. E. R.	1966	Questionários, orações.	C6 E9
Textos de solenidades religiosas	3	Superv. E. R.	1967	Textos de missas.	C6 E9
relatos	1	Superv. E.	s. d.	Considerações sobre a área no ensino	C6 E9

		R.		renovado.	
SÉRIE: Supervisão de Estudos Sociais					
TIPO	QUANTIDADE	ORIGEM	DATAS-LIMITE	CONTEÚDO	LOCALIZAÇÃO
planejamentos	3	Superv. E. S.	1967	Planos das atividades de supervisão.	C6 E10
agendas	4	Superv. E. S.	1964-1966	Programação de palestras, estudos do meio, semana da pátria.	C6 E10
Correspondência	8	Superv. E. S.	1966	Questões pedagógicas específicas da área.	C6 E10
Materiais didáticos	1	Superv. E. S.	1968	Bateria de estudo dirigido.	C6 E10
Textos de apoio pedagógico	1	Superv. E. S.	1968	Indicação dos valores a serem trabalhados pela área.	C6 E10
Relatórios	17	Superv. E. S.	1964-1967	Narrativas sobre encontros da área, reuniões, visitas e demais atividades.	C6 E10
Relatos	4	Superv. E. S.	1967-1969	Considerações sobre a inserção da área no currículo.	C6 E11
SÉRIE: Supervisão de Francês					
TIPO	QUANTIDADE	ORIGEM	DATAS-LIMITE	CONTEÚDO	LOCALIZAÇÃO

planejamentos	4	Superv. F.	1966-1967	Planos de atividades específicas de supervisão.	C6 E12
relatórios	5	Superv. F.	1966-1967	Narrativas de visitas realizadas aos Ginásios, encontros e discussões de professores da área.	C6 E12
SÉRIE: Supervisão de Inglês					
TIPO	QUANTIDADE	ORIGEM	DATAS-LIMITE	CONTEÚDO	LOCALIZAÇÃO
planejamentos	2	Superv. I.	1967	Plano das atividades do ano, das 1 ^{as} às 4 ^{as} . séries.	C6 E13
Agendas	6	Superv. I.	1963-1967	Programações de visitas, pautas de trabalhos, encontro da área e outras atividades.	C6 E13
Textos de apoio pedagógico	4	Superv. I.	1964-1967	Estudos sobre adaptação das técnicas pedagógicas às necessidades da área, relação de material, bibliografia, etc.	C6 E13
Relatórios	10	Superv. I.	1963-1967	Narrativas das atividades da supervisão, visitas, treinamentos e encontros da área.	C6 E13

SÉRIE: Supervisão de Matemática					
TIPO	QUANTIDADE	ORIGEM	DATAS-LIMITE	CONTEÚDO	LOCALIZAÇÃO
planejamentos	11	Superv. M.	1963-1967	Planos de atividades da supervisão e fixação de diretrizes básicas da área.	C6 E14
Agendas	6	Superv. M.	1965-1967	Programações de cursos de férias, aperfeiçoamento, encontros.	C6 E14
Material didático	1	Superv. M.	1965	Baterias de estudo dirigido.	C6 E14
Relatórios	38	Superv. M.	1962-1967	Narrativas de visitas aos Ginásios, encontros da área e demais atividades de supervisão.	C7 E16
Relatos	2	Superv. M.	1968 e s. d.	Considerações sobre a área no currículo.	C7 E16 e E17
SÉRIE: Supervisão de Português					
TIPO	QUANTIDADE	ORIGEM	DATAS-LIMITE	CONTEÚDO	LOCALIZAÇÃO
planejamentos	1	Superv. P.	1967	Conteúdos e atividades a serem desenvolvidos pela área durante o ano.	C7 E18
Agendas	7	Superv. P.	1964-1966	Programação de atividades de	C7 E18

				supervisão, encontros e outros eventos.	
Textos de apoio pedagógico	5	Superv. P.	1967	Estudos sobre técnicas pedagógicas adaptadas à área.	C7 E18
Relatórios	16	Superv. P.	1964-1967	Narrativas de encontros de professores, visitas e conclusões de reuniões da área.	C7 E18
Relatos	2	Superv. P.	19167	Considerações sobre a área no currículo	C7 E18
SÉRIE: Supervisão de Práticas Agrícolas					
TIPO	QUANTIDADE	ORIGEM	DATAS-LIMITE	CONTEÚDO	LOCALIZAÇÃO
planejamentos	1	Superv. P.A.	1961	Diretrizes básicas da área naquele ano.	C7 E19
Textos de apoio pedagógicos	6	Superv. P.A.	1966	Considerações sobre as técnicas pedagógicas usadas pela área.	C7 E19
Relatórios	3	Superv. P.A.	1967	Narrativa sobre reuniões e semana de estudos de professores da área.	C7 E19

SÉRIE: Supervisão de Práticas Comerciais					
TIPO	QUANTIDADE	ORIGEM	DATAS-LIMITE	CONTEÚDO	LOCALIZAÇÃO
planejamentos	3	Superv. P. C.	1966-1967	Planos de conteúdos, definição de objetivos.	C7 E20
agendas	4	Superv. P. C.	1967	Programação de atividades da supervisão.	C7 E20
Textos de apoio pedagógico	5	Superv. P. C.	1966-1969	Considerações sobre critérios de avaliação, técnicas pedagógicas e outros.	C7 E20
Circulares	6	Superv. P. C.	1966	Instruções e avisos para os professores.	C7 E20
Correspondência	8	Superv. P. C.	1966	Cartas a professores, orientadores e à coordenadora.	C7 E20
Autorização	1	Superv. P. C.	1967	Autoriza funcionamento de “escola vocacional” de datilografia em Barretos.	C7 E20
Relatórios	16	Superv. P. C.	1966-1968	Narrativas de atividades da supervisão	C7 E20
Relatos	2	Superv. P. C.	1969	Considerações sobre a inserção da área no currículo.	C7 E20

SÉRIE: Supervisão de Teatro					
TIPO	QUANTIDADE	ORIGEM	DATAS-LIMITE	CONTEÚDO	LOCALIZAÇÃO
Planejamentos	4	Superv. T.	1964-1965	Planos de trabalho da supervisão.	C7 E21
Agenda	1		1967	Programação de mesa redonda.	C7 E21
Textos de apoio pedagógico	6		s.d.	Textos de peças teatrais para dramatização nas classes.	C7 E21
Correspondência	2	Americana	1964-1965	Sobre reivindicações e justificativas.	C7 E21
Moções	1		s.d.	Recomenda introdução da área como prática educativa nos estabelecimentos de ensino secundário.	C7 E21
Regulamentos	1	Município de S. Paulo		Normas para concurso.	C7 E21
Relatórios	4	Superv. T.	1964-1965	Narrativas de encontros de professores e atividades de supervisão.	C7 E21
SÉRIE: Supervisão de Orientação Educacional					
TIPO	QUANTIDADE	ORIGEM	DATAS-LIMITE	CONTEÚDO	LOCALIZAÇÃO
planejamentos	13	Superv. O. E.	1964-1969	Planos de atividades a serem	C8 E22

				desenvolvidas pela área.	
agendas	1		s. d.	Programação de atividades a serem desenvolvidas no 2º semestre daquele ano.	C8 E 22
Textos de apoio pedagógico	21		s. d.	Questões pedagógicas.	C8 E 23
Testes	22	Sem identificação	s.d.	Questões para verificação e sondagem de interesses.	C8 E24
Relatórios	16		1962-1966 1967 1968-1969 s. d.	Narrativas das visitas aos Ginásios, reuniões, sobre alunos, encontros da área e outros.	C8 E25 C8 E26 C8 E27
Relatos	9		s. d.	Considerações sobre a orientação educacional no ensino vocacional e as experiências de ação comunitária.	C9 E28 e E29
SÉRIE: Supervisão de Acompanhamento Pós-Escolar					
TIPO	QUANTIDADE	ORIGEM	DATAS-LIMITE	CONTEÚDO	LOCALIZAÇÃO
Agendas	1	Superv. A.P.E.	1969	Programação de atividades específicas.	C9 E30

Declarações	1	Superv. A.P.E.	1969	Considerações sobre dispensa de orientador.	C9 E30
Fichas de auto-avaliação	1	Superv. A.P.E.	s. d.	Dados que devem ser avaliados pelos orientadores de A.P.E.	C9 E30
Relatórios	7	Superv. A.P.E.	1967-1969	Narrativas de encontros e reuniões de orientadores de A.P.E.	C9 E30
SÉRIE: Supervisão de Orientação Pedagógica					
TIPO	QUANTIDADE	ORIGEM	DATAS-LIMITE	CONTEÚDO	LOCALIZAÇÃO
Planejamentos	18	Superv. O.P.	1967-1969	Planos de atividades a serem desenvolvidas e diretrizes gerais.	C9 E31
Agendas	12	Superv. O.P.	s.d.	Programação das visitas aos Ginásios e reuniões dos orientadores pedagógicos.	C9 E32
Textos de apoio pedagógico	20	Superv. O.P.	s.d.	Estudos sobre avaliação e outras questões relativas à orientação.	C9 E33
Declarações	3	Setor Pedagógico	1969	Afirmação de identidade de objetivos entre os representantes do setor pedagógico.	C9 E34

Relatórios	5 16 28 30	Superv. O.P.	1964-1966 1º sem. 1967 2º sem. 1967 1968 – 1969 s.d.	Narrativas de visitas a Ginásios, reuniões, encontros. (Inclui memorandos de encaminhamentos).	C10 E35 C10 E36 C10 E37 C10 E38 C10 E39
Dossiê de avaliação do sistema	14	Superv. O.P.	1968	Propostas de trabalho de revisão pedagógica, algumas conclusões e relatórios de Barretos.	C10 E39
Grupo: SEV		Sub-Grupo: Sub-setor Pesquisa		Vinc. Hierárq.: Setor Pedagógico	
SÉRIE: Elaboração de estudos sociológicos e sistematização de pesquisas psico-pedagógicas					
TIPO	QUANTIDADE	ORIGEM	DATAS-LIMITE	CONTEÚDO	LOCALIZAÇÃO
Dossiê Pesquisa Adequação de Pessoal	1	S. S. Pesq.	1968-1969	Plano de pesquisa pedagógico-administrativa de adequação de pessoal do SEV; questionário de entrevistas, levantamento de custos e resumos das respostas dadas pelos diversos funcionários.	C10 E40 C10 E41 C10 E42 C10 E43
Dossiê Pesquisa	1	S. S. Pesq.	1968	Plano da pesquisa sobre socialização,	C11 E44

Socialização				questionários e dados tabulados.	
Dossiê Pesquisa Clientela / Admissão de alunos (SP)	1	S. S. Pesq.	1967	Levantamento de área, bibliografia, demonstrativos e gráficos, questionários e dados tabulados.	C11 E45
Relatórios	1	S. S. Pesq.	1961- 1968	Narrativas sobre atividades das pesquisas de comunidade de Ribeirânia e São Paulo, sobre a sondagem preparatória da implantação do 2º ciclo e do estudo de atitudes desejáveis dos alunos.	C11 E46 C11 E47
Levantamentos	1	S. S. Pesq.	1968	Enumeração dos trabalhos realizados pelo sub-setor entre 1961 e 1968	C11 E48
Declarações	1	S. S. Pesq.	1969	Avaliai trabalho de funcionário.	C11 E48
Grupo: SEV		Sub-Grupo: Sub-setor Preparação de Pessoal		Vinc. Hierárq.: Setor Pedagógico	
SÉRIE: preparação de pessoal técnico e docente					
TIPO	QUANTIDADE	ORIGEM	DATAS-LIMITE	CONTEÚDO	LOCALIZAÇÃO
Planejamentos	5	S.S.P.Pessoal	1968-1969	Das atividades do sub-setor e plano	C12 E49

				de atualização de professores.	
Levantamentos	1		1968	Custo das apostilas do curso de treinamento.	C12 E49
Relatórios	4		1968	Narrativas das atividades do sub-setor em 1968.	C12 E49
Grupo: SEV		Sub-Grupo: Sub-setor Testes e Medidas		Vinc. Hierárq.: Setor Pedagógico	
SÉRIE: Sistematização de testes adotados pelo sistema					
TIPO	QUANTIDADE	ORIGEM	DATAS-LIMITE	CONTEÚDO	LOCALIZAÇÃO
Planejamentos	1	S.S.T.M.	1968	Proposta de atividades para o ano de 1969.	C12 E50
Agendas	6	S.S.T.M.	1969	Programação de atividades do sub-setor, incluindo seu organograma e fluxograma.	C12 E50

Grupo: SEV		Sub-Grupo: Sub-setor Recursos Áudio-Visuais		Vinc. Hierárq.: Setor Pedagógico	
SÉRIE: Supervisão e preparação de recursos didáticos áudio-visuais					
TIPO	QUANTIDADE	ORIGEM	DATAS- LIMITE	CONTEÚDO	LOCALIZAÇÃO
Planejamentos	5	S.S.R.A.V.	1969	Planos de trabalho e projeto de instalação do setor.	C12 E51
Agendas	2		1969	Programação de atividades, incluindo organograma.	C12 E51
Atos normativos	3		s.d.	Regimento interno e regulamento do sub-setor.	C12 E51
Catálogos	6		1968	Listagens de diapositivos, diafilmes e slides.	C12 E52 C12 E53
Textos de apoio pedagógico	9	várias	1968	Estudos sobre o uso didático de novos recursos áudio-visuais e comunicação.	C12 E54
Jornal	1		1969	Informativo sobre atividades e eventos do sistema de ensino (Ravinforma).	C12 E55

Relatórios	4		1968	Narrativas das atividades e encontros dos técnicos da área.	C12 E55
Grupo: SEV		Sub-Grupo: Sub-setor Biblioteca		Vinc. Hierárq.: Setor Pedagógico	
SÉRIE: Preparação da bibliografia pedagógica e didática de apoio					
TIPO	QUANTIDADE	ORIGEM	DATAS-LIMITE	CONTEÚDO	LOCALIZAÇÃO
Planejamentos	1	S.S.B.	1969	Planos de trabalho específico da Biblioteca.	C12 E56
Levantamentos	8	S.S.B.	1966-1969	Listagens de endereços de editoras e bibliografia para a rede de ginásios vocacionais.	C12 E56
Relatórios	1	S.S.B.	1968	Narrativa das atividades desenvolvidas (fragmento).	C12 E56

Competências do Setor Administrativo (Artigo 17 – Regimento Interno do SEV)

Compete ao setor administrativo:

- I. Planejar e executar toda a ação administrativa do sistema, assistindo os vários setores da administração do Serviço do Ensino Vocacional e de suas Unidades.
- II. Coordenar os sistemas de admissão e dispensa de pessoal.
- III. Organizar e manter atualizado o prontuário funcional de todo o pessoal do Serviço do Ensino Vocacional e de suas unidades escolares.
- IV. Promover atividades de estímulo e aperfeiçoamento de pessoal técnico e administrativo.
- V. Oferecer sugestões para racionalização dos vários setores do Serviço, no tocante ao problema administrativo.
- VI. Prever as despesas e acompanhar o seu respectivo processamento.
- VII. Abrir concorrências, obedecidas as normas vigentes, baixadas pelos órgãos competentes da administração pública.
- VIII. Efetuar compras, formalizar as prestações de contas e orientar as prestadas pelas unidades de Ensino Vocacional.
- IX. Executar todo processo contábil do Serviço do Ensino Vocacional e de suas unidades escolares.
- X. Apresentar aos órgãos competentes subsídios para a elaboração de projetos de construções e ampliações de prédios, assim como especificar e sugerir codificação de equipamentos adequados aos objetivos do ensino renovado.
- XI. Aperfeiçoar o sistema de protocolo, arquivo e expediente do Serviço do Ensino Vocacional.
- XII. Supervisionar e orientar o trabalho de refeitórios de todas as unidades subordinadas ao Serviço do Ensino Vocacional.
- XIII. Controlar e tomar o material permanente, de acordo com as disposições baixadas pelos órgãos competentes da administração.

XIV. Promover a conservação e a guarda do prédio e equipamentos do Serviço do Ensino Vocacional.

XV. Executar todo o trabalho de impressão do Serviço do Ensino Vocacional, e, quando solicitado, de suas unidades escolares.

XVI. Executar medidas de caráter administrativo, no que se refere às relações de totalidade com os demais setores.

§ único: compete, ainda, ao Setor Administrativo, quando necessário e dentro das normas vigentes, inspecionar e orientar aqueles funcionários que, no Serviço do Ensino Vocacional e nas suas Unidades Escolares, tenham sob sua guarda, dinheiro, bens ou valores do Estado.

Grupo: SEV		Sub-Grupo: Sub-setor Pessoal		Vinc. Hierárq.: Setor Administrativo	
SÉRIE: Avaliação de Pessoal					
TIPO	QUANTIDADE	ORIGEM	DATAS-LIMITE	CONTEÚDO	LOCALIZAÇÃO
Questionários de auto-avaliação de professores e orientadores.	37 7 65	Americana	1966 1966 1967	Aponta progressos e insuficiências.	C13 E1 C13 E2 C13 E3
Dossiês de avaliação	38	Americana	1968	Pareceres dos orientadores pedagógicos, auto-avaliação dos professores e questionários para recontração.	C13 E4
Questionários para auto-avaliação de professores e orientadores	35	Barretos	1967	Aponta progressos e insuficiências.	C13 E5
Questionários para auto-avaliação de professores	36	Batatais	1966	Aponta progressos e insuficiências.	C13 E6
Questionários para	41	Batatais	1967	Aponta progressos e insuficiências.	C13 E7

auto-avaliação de professores				Parecer da O.P. sobre professores da 1ª e 2ª séries.	
Relatos da equipe de orientação	2	Batatais	1967	Aponta progressos e insuficiências.	C13 E7
Dossiês de avaliação de professores e funcionários.	16 13	Rio Claro	1968 1968	Auto-avaliação e parecer da O.P.	C14 E8 C14 E9
Questionários de avaliação de professores e orientadores.	36	São Paulo	1965	Aponta progressos e insuficiências.	C14 E10
Questionários de avaliação de professores e orientadores.	50	São Paulo	1966	Aponta progressos e insuficiências.	C14 E11
Questionários de avaliação de professores e orientadores.	66	São Paulo	1967	Questionário de auto-avaliação e parecer do superior.	C15 E13
Dossiês de	39	São Paulo	1968	Auto avaliação e parecer dos O.P.	C15 E13

avaliação.					
Dossiês de avaliação de professores.	35	São Paulo – 2º ciclo	1968	Auto-avaliação e parecer dos O.P. e questionários sobre a problemática da área no 2º ciclo.	C15 E15
Questionários de avaliação	17	Sem identificação	1963	Auto-avaliação e parecer da O.P.	C15 E16
Grupo: SEV		Sub-Grupo: Sub-setor Pessoal		Vinc. Hierárq.: Setor Administrativo	
SÉRIE: Administração de pessoal do SEV e unidades escolares					
TIPO	QUANTIDADE	ORIGEM	DATAS-LIMITE	CONTEÚDO	LOCALIZAÇÃO
Planejamentos	1	S.S.P.	1969	Plano de trabalho do sub-setor	C16 E17
Fichas de inscrição para regência de aulas excedentes	1	S.S.P.	1968	Questionário para preenchimento de dados de currículo dos candidatos.	C16 E17
Acórdão	1	S.S.P.	1968	Pronunciamento do Tribunal de Justiça sobre estabilidade de professores.	C16 E17
Levantamentos	14	S.S.P.	s.d.	Listas nominais, com endereços, cargos, salários, nº de aulas de cada professor/funcionário.	C16 E17

Folhas de atestados de frequência	39	S.S.P.	1968-1969	Relações mensais de frequência de funcionários	C16 E18
Folhas de pagamento	25	S.S.P.	1968-1969	Relações nominais de funcionários, salários e assinaturas.	C16 E18
Memorandos	15	S.S.P.	1967-1969	Solicitações dos funcionários sobre providencias relativas a demissões, férias, transferências e outros.	C16 E18
Vales	1	S.S.P.	1968	Vale assinado por Waldir do Nascimento.	C16 E18
Autorizações	1	S.S.P.	1968	Permite pagamento de fornecedor.	C16 E18
Grupo: SEV		Sub-Grupo: Sub-setor Despesa		Vinc. Hierárq.: Setor Administrativo	
SÉRIE: Execução do processo contábil do SEV e das unidades escolares					
TIPO	QUANTIDADE	ORIGEM	DATAS-LIMITE	CONTEÚDO	LOCALIZAÇÃO
Comunicados	5	Várias	1967-1969	Anuncio de concorrência pública, orientações da Secretaria da Educação e outros assuntos de ordem administrativa.	C16 E19

Levantamentos	20	S.S.P.	1967-1969	Listas de compras, orçamentos, gastos, mapas de cálculo, etc.	C16 E19
Relatórios	4	S.S.P.	1967-1969	Narrativas das atividades do sub-setor	C16 E19
Grupo: SEV		Sub-Grupo: Sub-setor Protocolo e Expediente		Vinc. Hierárq.: Setor Administrativo	
SÉRIE: Controle de informações administrativas					
TIPO	QUANTIDADE	ORIGEM	DATAS-LIMITE	CONTEÚDO	LOCALIZAÇÃO
Planejamentos	1	S.S.P.E.	1969	Plano das atividades do sub-setor	C16 E20
Levantamentos	6			Listas de ofícios e processos do órgão em andamento	C16 E20
comunicados	2	Secret. Educação e Tribunal de Contas	1969	Informações sobre tramitação de processos.	C16 E20

Grupo: SEV		Sub-Grupo: Sub-setor Prédios e Equipamentos		Vinc. Hierárq.: Setor Administrativo	
SÉRIE: Conservação e ampliação da rede física de estabelecimentos e seus equipamentos					
TIPO	QUANTIDADE	ORIGEM	DATAS-LIMITE	CONTEÚDO	LOCALIZAÇÃO
Planejamentos	3	S.S.P.Eq.	1969	Diagnóstico de situação do sub-setor e plano de atividades para o ano.	C16 E21
Agendas	1	S.S.P.Eq.	1969	Programação de reuniões e outras atividades.	C16 E21
Relatórios	1	S.S.P.Eq.	1966	Narrativa da situação do patrimônio de cada ginásio em particular e dos projetos para sua ampliação	C16 E21
Grupo: SEV		Sub-Grupo: Sub-setor Zeladoria		Vinc. Hierárq.: Setor Administrativo	
SÉRIE: Zeladoria					
TIPO	QUANTIDADE	ORIGEM	DATAS-LIMITE	CONTEÚDO	LOCALIZAÇÃO
Agendas	1	S.S.Z.	1969	Programação de horários e tarefas para a equipe de trabalho do sub-setor.	C16 E21

Grupo: SEV		Sub-Grupo: Sub-setor Supervisão de Refeitórios		Vinc. Hierárq.: Setor Administrativo	
SÉRIE: Supervisão de Refeitórios					
TIPO	QUANTIDADE	ORIGEM	DATAS-LIMITE	CONTEÚDO	LOCALIZAÇÃO
Planejamentos	2	S.S.S.R	1969	Diagnóstico de situação, objetivos, programa a ser desenvolvido.	C16 E21
agenda	1	S.S.S.R	1969	Programação e pauta de reunião do sub-setor	C16 E21
Grupo: SEV		Sub-Grupo: Sub-setor Impressos		Vinc. Hierárq.: Setor Administrativo	
SÉRIE: Serviços de reprografia					
TIPO	QUANTIDADE	ORIGEM	DATAS-LIMITE	CONTEÚDO	LOCALIZAÇÃO
Planejamentos	2	S.S.I.	1969	Diagnóstico de situação, objetivos, programação a ser desenvolvida.	C16 E21
Ofícios	1	S.S.I.	1969	Informações sobre o trabalho realizado.	C16 E21

Grupo: SEV		Sub-Grupo: Setor Administrativo		Vinc. Hierárq.: Coordenadoria Geral	
SÉRIE: Coordenação do apoio administrativo do órgão					
TIPO	QUANTIDADE	ORIGEM	DATAS-LIMITE	CONTEÚDO	LOCALIZAÇÃO
Planejamentos	3	Coord. Adm.	1969	Instruções para planejamento de cada sub-setor e plano de atividades de supervisão de serviços administrativos nos Ginásios.	C16 E22
Atas	4	Coord. Adm.	1969	Narrativas das reuniões dos sub-setores administrados com a coordenação geral	C16 E22
Relatórios	3	Coord. Adm.	1969	Narrativas dos encontros dos Assistentes de Administração, Responsáveis por Secretaria e Contabilidade dos Ginásios Vocacionais do Estado e demais atividades administrativas	C16 E22

Competências do Setor de Relações Públicas (artigo 18 – Regimento Interno do SEV)

Compete ao setor de Relações Públicas:

- I. Planejar e desenvolver todo o programa de divulgação dos resultados pedagógicos do Ensino Vocacional.
- II. Organizar e promover, de comum acordo com o setor pedagógico, encontros, cursos, debates e conferências, junto a escolas, faculdades, institutos educacionais, outras entidades, prevendo a integração dessas áreas na sistemática da renovação do ensino.
- III. Manter contato com órgãos de comunicação para divulgação do Ensino Vocacional.
- IV. Contribuir com informações sobre mercado de trabalho para jovens e programas de Estudo-do-Meio para alunos, professores e diretores de entidades educacionais.
- V. Desenvolver atividades que levam alunos, professores, pais e demais membros da comunidade à compreensão de que a escola deverá ser o centro: a) onde se reúnam todos os esforços das famílias que moram a seu redor e cujos filhos a freqüentam; b) onde se faça o processo de integração de grupos, através da ação dos educadores, pais e dos próprios alunos; c) para onde convirjam as realizações de outros grupos ou instituições, de onde partam os resultados dessa conversão.
- VI. Planejar e executar programa de divulgação dos trabalhos técnico-pedagógicos e de pesquisas, editados pelo setor de publicações.
- VII. Elaborar material informativo destinado à divulgação do sistema de ensino e sua utilização pelo público interessado.
- VIII. Coordenar o sistema de visitas ao Serviço de Ensino Vocacional e suas unidades escolares, de conformidade com o planejamento anual.
- IX. Receber e encaminhar as solicitações de estágios, cursos e assistência pedagógica de professores ou entidades.

Grupo: SEV		Sub-Grupo: Setor de Relações Públicas		Vinc. Hierárq.: Coordenadoria Geral	
SÉRIE: Relacionamento interno do órgão e divulgação da experiência para instituições educacionais e o público em geral.					
TIPO	QUANTIDADE	ORIGEM	DATAS-LIMITE	CONTEÚDO	LOCALIZAÇÃO
Planejamentos	2	S. R. P.	1968-1969	Plano de trabalho com inspetores regionais por região administrativa, plano de orientação para a renovação de ensino na Escola Primária.	C17 E1
Levantamentos	4	S. R. P.	1968	Listagem das pessoas que receberam volume dos “Planos Pedagógicos e Administrativos”.	C17 E2
Agendas	4	S. R. P.	1968	Programação do Simpósio na Guanabara, reuniões com prefeitos e inspetores regionais de educação, semana de estudos em Santos e quadro de solicitações do setor.	C17 E2
Dossiê “I Simpósio E. Vocacional / S. B. P. C.”	1	S. R. P. e S. B. P. C.	1968	Programa do simpósio, resumos das comunicações e carta da SBPC indagando sobre possível extinção do SEV.	C17 E3

Dossiê “Seminário dos Ginásios Pluricurriculares”	1	diversas	1968	Quadro comparativo com Ginásios Vocacionais, discurso de instalação do Seminário.	C17 E4
Textos de divulgação	14	SEV	1963-1969	Considerações sobre a experiência.	C17 E5
Relatórios	8	S. R. P.	1968	Narrativas sobre atividades externas do setor: encontros, cursos, etc.	C17 E6
Relatórios	7	creche	1969	Narrativas sobre a situação mensal da creche de funcionários.	C17 E7
Relatos	2	S. R. P.	1968	Considerações sobre a inserção de Relações Públicas na escola renovada.	C17 E8

Competências do Setor de Publicações (Artigo 19 – Regimento Interno do SEV)

Compete ao setor de publicações:

- I. Promover a publicação de trabalhos técnico-pedagógicos e de pesquisa do Serviço do Ensino Vocacional, em atendimento aos objetivos de renovação da escola secundária.
- II. Organizar material informativo referente ao trabalho educacional e às promoções do Ensino Vocacional.
- III. Estabelecer relações com editores e outros órgãos de publicações a fim de melhor veicular os trabalhos educacionais.
- IV. Convocar e, quando necessário, coordenar as reuniões dos conselhos.

§1º - As publicações do Serviço do Ensino Vocacional serão orientadas e revistas por grupo de conselheiros organizados segundo as exigências do tipo de publicação.

§2º - os conselheiros serão escolhidos dentre elementos do setor pedagógico do Serviço do Ensino Vocacional e Colégios Vocacionais e de Relações Públicas, respeitadas as exigências de conhecimento técnico-pedagógico.

Grupo: SEV		Sub-Grupo: Setor de Publicações		Vinc. Hierárq.: Coordenadoria Geral	
SÉRIE: Editoração					
TIPO	QUANTIDADE	ORIGEM	DATAS-LIMITE	CONTEÚDO	LOCALIZAÇÃO
Planejamentos	5	S. P.	1968-1969	Planos para jornal do órgão (SEVINFORMA), análises e planos de atividades do setor.	C18 E1
Atos normativos	6	S. P.		Regimento do grupo de autores (Fundamento e prática do Ensino Vocacional), contrato de edição, modelo de procuração, recibos, regimento do setor.	C18 E2
Levantamentos	2	S. P.		Listas de colaboradores nas publicações do órgão.	C18 E3
Atas	6	S. P.	1969	Narrativas das reuniões do conselho editorial.	C18 E4
Relatos	1	S. P.	1969	Considerações sobre a programação experimental em educação.	C18 E5

Parte B

Inventário Analítico dos documentos pertencentes ao sub-grupo “Assessoria Jurídica”

Competências das Assessorias (Artigo 15 – Regimento Interno do SEV)

Compete às assessorias, no âmbito de suas finalidades:

- I. Analisar propostas do Coordenador.
- II. Analisar programas e problemas referentes ao Ensino Vocacional.
- III. Sugerir medidas e diretrizes de trabalho.
- IV. Avaliar os resultados do processo administrativo geral do Ensino Vocacional.
- V. Planejar, juntamente com o Coordenador, programas de interesse do Ensino Vocacional.
- VI. Executar programas de trabalho de caráter executivo, no âmbito de suas especialidades, quando necessário.

Grupo: SEV	Sub-Grupo: Setor de Publicações	Vinc. Hierárq.: Coordenadoria Geral
Série: Assessoria técnica para assuntos jurídicos		
Tipo: Legislação Federal		LOCALIZAÇÃO
1 – Decreto-lei Federal nº 6.247, contendo disposições transitórias para a execução da Lei Orgânica do Ensino Secundário. Rio de Janeiro, 5 de fevereiro de 1944. Ass. Getúlio Vargas e Gustavo Capanema. 2p. datilo.		C-3, E1
2 – Portaria nº 501, do Ministro da Educação e Saúde, expedindo instruções relativas ao Ensino Secundário, seu currículo, exames e estrutura geral. Rio de Janeiro, c. 1951. Ass. Simões Filho. 22 p. xerox.		C-3, E1
3 – Parecer nº 484, da Comissão de Ensino Secundário do Conselho Nacional de Educação, respondendo afirmativamente ao Ministro da Educação e Cultura sobre a possibilidade de se enquadrarem no regime de classes experimentais os cursos vocacionais previstos pela Lei nº 6.052. Sala das Sessões, 22 de agosto de 1961. Ass. Lourenço Filho, Lúcia Magalhães e Alceu Amoroso Lima. 2p. datilo.		C-3, E1
4 – Lei Federal nº 4.024, fixando as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, 20 de dezembro de 1961. Ass. João Goulart e outros. 25p. mimeo. 2 cópias.		C-3, E1
5 – Lei Federal nº 4.440, instituindo o salário-educação. Brasília, 27 de outubro de 1964. Ass. Castello Branco, Flávio Suplicy de Lacerda e Arnaldo Sussekind. 1 p. xerox.		C-3, E1
6 – Indicação nº 48 da Comissão Especial do Conselho Federal de Educação, tratando do problema da articulação do ensino médio com o superior no quadro da educação brasileira. Brasília, 15 de dezembro de 1967. Ass. Clóvis Salgado e outros. 26 p. datilo.		C-3, E1
7 – Ante-projeto de lei federal estabelecendo o Plano Nacional de Educação e dando outras providências. C.		C-3, E1

1968. 7p. mimeo.	
8 – Portaria nº 61, de Tarso Dutra, Ministro da Educação e Cultura, prevendo sobre a distribuição de recursos financeiros destinados a aplicação na expansão e aperfeiçoamento da rede nacional de ensino primário, mediante convenio com municípios e entidades particulares. Brasília, 23 de novembro de 1966. Ass. Tarso Dutra. 3p. mimeo.	C-3, E1
9 – Lei federal nº 5.540, fixando normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média. Brasília, 28 de novembro de 1968. Ass. A. Costa e Silva e Tarso Dutra. 15p. e - Decreto-lei federal nº 464, estabelecendo normas complementares à lei nº 5.540 de 28 de novembro de 1968. Brasília, 11 de fevereiro de 1969. Ass. A. Costa e Silva, Tarso Dutra e Hélio Beltrão. 5 p. mimeo.	C-3, E1
10 – Lei Federal nº 5.564, provendo sobre o exercício da profissão de Orientador Educacional. Brasília, 21 de dezembro de 1968. Ass. A. Costa e Silva e Tarso Dutra. 1p. mimeo.	C-3, E1
11 – Transcrição de artigo do jornal “Folha de São Paulo”, contendo o texto do decreto-lei federal nº 477, que prevê a punição de infrações disciplinares em estabelecimentos de ensino para professores e alunos, por atos considerados subversivos. Folha de São Paulo, 26 de fevereiro de 1969. 2p. mimeo. 2 cópias.	C-3, E1
12 – Transcrição de artigo do jornal “Folha de São Paulo”, contendo o texto integral da portaria de Tarso Dutra, Ministro da Educação e Cultura, regulamentando o decreto-lei 477, que prevê a punição das infrações disciplinares em estabelecimentos de ensino definidas no seu artigo 1º. Folha de São Paulo, 26 de abril de 1969. mimeo. 2 cópias.	C-3, E1
13 – Lei Federal nº 5.692, fixando as diretrizes e bases para o ensino de 1º e 2º graus e dando outras providências. Brasília, 11 de agosto de 1971. Ass. Emílio G. Médici, Jarbas G. Passarinho e Júlio Barata. 4p. in:	C-3, E1

“Diário Oficial da União”, seção I – parte I, de 12 de agosto de 1971. xerox.	
14 – Decreto federal sem número, incompleto, dispondo sobre a Regulamentação Profissional dos Técnicos Industriais. S.d., fotocópia.	C-3, E1
Tipo: Legislação Estadual	LOCALIZAÇÃO
1 – Revista “Atualidades Pedagógicas” – suplemento da legislação do ensino. Ano II, nº 5. São Paulo, outubro de 1957. 32p.	C3. E2
2 – Publicação da Associação dos Funcionários Públicos do Estado de São Paulo, contendo a lei estadual nº 6.043 que dispõe sobre concessão de abono e adicionais por tempo de serviço aos servidores civis e militares do Estado e dá outras providências. Palácio do Governo do Estado de São Paulo, 20 de janeiro de 1961. Ass. Carlos A. A. de Carvalho Pinto e outros. 4p. e outros textos legais. Impr.	C3. E2
3 – Título IV da Lei estadual nº 6.052, dispondo sobre os Cursos Vocacionais, suas etapas, duração, disciplinas e funcionamento. São Paulo, 3 de fevereiro de 1961. 2p. mimeo. 2 cópias.	C3. E2
4 – Mensagem nº 186 do sr. Governador do Estado ao sr. Presidente da Assembléia Legislativa contendo projeto de lei nº 1.092/61, que dispõe sobre a reorganização da Secretaria de Estado dos Negócios da Educação. São Paulo, 23 de Outubro de 1961. Ass. Carlos Alberto de Carvalho Pinto. 8p. impr.	C3. E2
5 – Projeto de lei estadual nº 2.216, revendo a criação do Fundo Estadual de Bolsas de Estudo. Sala das Sessões, 2 de setembro de 1963. Ass. Chopin Tavares de Lima, 3p. impr.	C3. E2
6 – projeto de lei sem número, de Salvador Julianelli, visando criar o Departamento de Ensino Vocacional na Secretaria de Estado dos Negócios da Educação do Estado de São Paulo. São Paulo, 1963. Ass. Salvador Julianelli. 3p. cópia de carbono.	C3. E2

<p>7 – Lei estadual nº 9.068, dispondo sobre a criação do Ginásio Vocacional “Oswaldo Aranha”. Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, 3 de novembro de 1965. Ass. Francisco Franco, Presidente. 1p. cópia de carbono.</p>	<p>C3. E2</p>
<p>8 – Lei estadual nº 9.200, incompleta, dispondo sobre a criação do ginásio estadual no município de Salmourão. Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, 30 de dezembro de 1965. Ass. Francisco Franco. 1p. mimeo.</p>	<p>C3. E2</p>
<p>9 – Lei estadual nº 9.810, dispondo sobre a criação de Centro de Experimentação Educacional e providências correlatas. Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, 17 de abril de 1967. Ass. Nelson Pereira. 1p (Anexo: Texto e comentário incompletos do veto do Governador ao Projeto de Lei nº 306/66, do Diário Oficial de 22 de março de 1967. 1p.). datilo.</p>	<p>C3. E2</p>
<p>10 – Lei estadual nº 10.038, dispondo sobre as diretrizes e a organização de todo o Sistema de Ensino do Estado de São Paulo. Palácio dos Bandeirantes, 5 de fevereiro de 1968. Ass. Roberto Costa de Abreu Sodré e Antonio Barros de Ulhôa Cintra. 12p. 1 original datilo e cópia carbono.</p>	<p>C3. E2</p>
<p>11 – Parecer sobre a lei estadual nº 10.038, do Bacharel Demal de Camargo Monfré, analisando e criticando aspectos da lei, sobretudo a questão da competência do Conselho Estadual de Educação. São Paulo, c. 1968. 6p. mimeo.</p>	<p>C3. E2</p>
<p>12 – Transcrição do artigo do jornal “Folha de São Paulo”, tratando do código de Educação sancionado pelo Governador e publicando-o na íntegra. Folha de São Paulo, 5 de junho de 1968. Ass. Roberto Costa de Abreu Sodré e outros. 39 p.</p>	<p>C3. E2</p>
<p>14 – Revista “A Política de Educação do Estado de São Paulo (uma notícia)” publicada pela Secretaria de Estado da Educação, gestão Antonio de Barros Ulhôa Cintra. C.1969.</p>	<p>C3. E2</p>

Tipo: Decretos do Governador	LOCALIZAÇÃO
1 – Decreto estadual nº 26.311, dispondo sobre a criação do “Fundo de Ensino Profissional”, no Departamento de Ensino Profissional da Secretaria de Estado dos Negócios da Educação. Palácio do Governo do Estado de São Paulo, 24 de agosto de 1956. Ass. Jânio Quadros e Vicente de Paula Lima. 4 p. mimeo. 2 cópias.	C3 E3
2 – Decreto estadual nº 36.779, regulamentando o fundo Estadual de Construções Escolares, criado pela Lei nº 5.444 de 17 de novembro de 1959. Palácio do Governo do Estado de São Paulo, 21 de junho de 1969. Ass. Carlos Alberto Alves de Carvalho Pinto, Francisco de Paula Vicente de Azevedo e Carlos Pasquale. 3p. datilo.	C3 E3
3 – Decreto estadual nº 38.643, regulamentando a lei nº 6.052 de 3 de fevereiro de 1961, que dispõe sobre o Ensino Industrial, Ensino de Economia Doméstica e de Artes Aplicadas e Cursos Vocacionais. Palácio do Governo do Estado de São Paulo, 27 de junho de 1961. Ass. Carlos Alberto A. de Carvalho Pinto e Luciano Vasconcellos de Carvalho. 45 p. impr.	C3 E3
4 – Cópia autêntica da Parte II – dos Cursos Vocacionais, do Decreto nº 38.643 que regulamenta a lei nº 6.052 de 3 de fevereiro de 1961, que dispõe sobre o Ensino Industrial, Ensino de Economia Doméstica e Artes Aplicadas e Cursos Vocacionais. Palácio do Governo do Estado de São Paulo, 27 de junho de 1961. Ass. Carlos Alberto A. de Carvalho Pinto e Luciano Vasconcellos de Carvalho. 12p. mimeo. 4 cópias.	C3 E3
5 – Resumo do decreto estadual nº 38.643 de 27 de junho de 1961. 3p. datilo.	C3 E3
6 – Decreto estadual nº 39.274, dispondo sobre os ginásios vocacionais. Palácio do Governo do Estado de São Paulo, 26 de outubro de 1961. Ass. Carlos Alberto A. de Carvalho Pinto e Luciano Vasconcellos de Carvalho. 1p. 2 cópias.	C3 E3
7 – Decreto estadual nº 44.889, suspendendo as aquisições de material permanente. São Paulo, 16 de junho de	C3 E3

1965. Ass. Adhemar Pereira de Barros e Eduardo de Barros Martins. 1p. cópia carbono.	
8 – Decreto estadual nº 45.185, dispondo sobre afastamento de docentes e dirigentes de estabelecimentos de ensino. Palácio dos Bandeirantes, 27 de agosto de 1965. Ass. Adhemar Pereira de Barros e José Carlos de Ataliba Nogueira. 3p. datilo.	C3 E3
9 – Decreto estadual nº 45.560, dispondo sobre a realização de exames médico-biométricos nos estabelecimentos oficiais de ensino. Palácio dos Bandeirantes, 24 de novembro de 1965. Ass. Adhemar Pereira de Barros e José Carlos de Ataliba Nogueira. 2p. e - Decreto nº 51.748, dispondo sobre nova redação ao disposto no artigo 5º do Decreto nº 45.560 de 24 de novembro de 1965. Palácio dos Bandeirantes, 30 de abril de 1969. Ass. Roberto Costa de Abreu Sodré e Orlando Gabriel Zancaner. 1 p. mimeo. 3 cópias.	C3 E3
10 – Decreto estadual nº 45.733, denominando “Ginásio Estadual João XXIII” o Ginásio Estadual Vocacional de Americana. Palácio dos Bandeirantes, 22 de dezembro de 1965. Ass. Adhemar de Barros e José Carlos de Ataliba Nogueira. 1 p. cópia carbono.	C3 E3
11 – Decreto estadual nº 47.404, aprovando as normas regimentais dos estabelecimentos estaduais de ensino secundário e normal. São Paulo, 19 de dezembro de 1966. 50p. datilo. 2 cópias.	C3 E4
12 – Decreto estadual nº 47.847, alterando a redação do artigo 5º do Decreto nº 45.184 de 27 de agosto de 1965, que dispõe sobre afastamento de docentes e dirigentes de estabelecimentos de ensino. Palácio dos Bandeirantes, 22 de março de 1967. Ass. Roberto Costa de Abreu Sodré e Antonio Barros de Ulhôa Cintra. 1p. recorte Diário Oficial.	C3 E4
13 – Projeto de Decreto estadual, prevendo a criação do “Fundo do Ensino Vocacional” no Serviço do Ensino	C3 E4

Vocacional da Secretaria de Estado dos Negócios da Educação, anexo à exposição de motivos. São Paulo, 26 de julho de 1967. 11 p. cópia carbono.	
14 – Decreto estadual nº 49.328, alterando as exigências do artigo 6º do decreto nº 45.184 de 25 de agosto de 1965. Palácio dos Bandeirantes, 21 de fevereiro de 1968. Ass. Roberto Costa de Abreu Sodré, 1 p. datilo.	C3 E4
15 – Decreto estadual nº 50.133, regulamentando a lei nº 10.038 de 5 de fevereiro de 1968, na parte relativa ao ensino colegial, secundário e normal. Palácio dos Bandeirantes, 2 de agosto de 1968. Ass. Roberto Costa de Abreu Sodré e Antonio Barros Ulhôa Cintra. 3 p. 2 cópias carbono.	C3 E4
16 – Decreto estadual nº 51.319, dispondo sobre a estrutura administrativa da Secretaria da Educação. Palácio dos Bandeirantes, 27 de janeiro de 1969. Ass. Roberto Costa de Abreu Sodré, Luís Arrobas Martins e Antonio Barros de Ulhôa Cintra. 2p. xerox.	C3 E4
17 – Decreto estadual nº 51.575, regulamentando os artigos 12 e 14 da lei nº 10.068 de 10 de julho de 1968. Palácio dos Bandeirantes, 20 de março de 1969. Ass. Roberto Costa de Abreu Sodré, Luís Arrobas Martins e Antonio Barros de Ulhôa Cintra. 4 p. mimeo.	C3 E4
18 - Decreto estadual nº 51.324, dispondo sobre a organização da Coordenadoria de Ensino Básico e Normal da Secretaria da Educação. Palácio dos Bandeirantes, 1º de dezembro de 1969. Ass. Roberto Costa de Abreu Sodré, Luís Arrobas Martins e Antonio Barros de Ulhôa Cintra. 5p. xerox.	C3 E4
19 – Decreto estadual nº 52.460, dispondo sobre integração de ginásios na rede comum de estabelecimentos de ensino oficial. Palácio dos Bandeirantes, 5 de junho de 1970. Ass. Roberto Costa de Abreu Sodré e Hely Lopes Meirelles.	C3 E4
20 – Decreto estadual dispondo sobre a admissão de pessoal, a título precário, em caráter excepcional, no	C3 E4

Serviço do Ensino Vocacional da Secretaria da Educação. Palácio dos Bandeirantes, s.d. Ass. Roberto Costa de Abreu Sodré e Antonio Barros de Ulhôa Cintra. Cópia carbono.	
Tipo: Resoluções e Decretos-lei do Governador	LOCALIZAÇÃO
1 – Resolução nº 2.073, dispondo sobre a aplicação do artigo 104 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Palácio dos Bandeirantes, 12 de julho de 1968. Ass. Roberto Costa de Abreu Sodré e Antonio Barros de Ulhôa Cintra. 2 p. cópia carbono.	C3 E5
2 – Resolução nº 58, dispondo sobre o currículo da 3ª série do ciclo colegial, secundário e normas dos estabelecimentos de ensino oficial. São Paulo, 30 de outubro de 1970. 3p. datilo.	C3 E5
3 – Decreto-lei estadual nº 131, dispondo sobre os contribuintes do Instituto de Assistência Médica ao Servidor Público Estadual – IAMSPE e seus beneficiários. Palácio dos Bandeirantes, 23 de julho de 1969. Ass. Roberto Costa de Abreu Sodré e Virgílio Lopes da Silva. 3p. mimeo. 2 cópias.	C3 E5
Tipo: Atos do Secretário da Educação	LOCALIZAÇÃO
1 – Ato nº 23, dispondo sobre providencias complementares para funcionamento de Ginásios Vocacionais. São Paulo, 9 de março de 1962. Ass. Carlos Pasquale. 2p. mimeo. 2 cópias.	C3 E6
2 – Ato nº 32, autorizando a supressão dos trabalhos escolares aos sábados nos estabelecimentos de ensino secundário e normal. São Paulo, 20 de março de 1963. Ass. Padre. Dr. Januário Baleeiro de Jesus e Silva. 1p. cópia carbono.	C3 E6
3 – Ato nº 115, homologando a resolução nº 23/65, aprovada pelo Conselho Estadual de Educação em 8 de novembro de 1965, que dispõe sobre o funcionamento de estabelecimentos de ensino médio e cursos de aprendizagem, municipais e particulares e respectiva inspeção. São Paulo, 24 de novembro de 1965. 1p. (Anexo:	C3 E6

a referida resolução nº 23/65. 10p.) mimeo. 2 cópias.	
4 – Ato nº 66, constituindo Comissão especial para estudar e propor à Secretaria da Educação a reformulação ensino normal do Estado de São Paulo. São Paulo, 12 de março de 1968. 1p. cópia carbono.	C3 E6
5 – Ato nº 9, homologando a Resolução nº 36/68, aprovada pelo Conselho Estadual de Educação em 30 de dezembro de 1968, que estabelece normas para a organização do Colégio Integrado e do Ciclo Colegial Secundário e Normal. São Paulo, 11 de janeiro de 1969. 1 p. cópia carbono.	C3 E6
Tipo: Documentos do Conselho Estadual de Educação	LOCALIZAÇÃO
<p>1 – Documento de 45 p. contendo:</p> <p>a) Resolução nº 7 do CEE, que estabelece normas para a organização dos currículos dos cursos de grau médio. São Paulo, 23 de dezembro de 1963. Ass. Carlos Pasquale e outros. P. 1-33.</p> <p>b) Ato nº 6 da Secretaria de Estado dos Negócios da Educação, que homologa a Resolução nº 7/63 do CEE, com veto ao seu artigo 21 e parágrafo único. São Paulo, 24 de janeiro de 1964. Ass. Januário Baleeiro de Jesus e Silva. P. 34-36.</p> <p>c) Portaria nº 20 do Departamento de Educação, aprovando a estrutura dos currículos dos ciclos ginasial, colegial e curso colegial de formação de professores primários. São Paulo, 17 de fevereiro de 19964. Ass. Nelson Cunha Azevedo, diretor geral substituto. P. 36 a 37.</p> <p>d) Estrutura dos currículos dos cursos Ginasial, Colegial, de Formação Profissional de Professores Primários, bem como quadros distributivos das aulas. Ass. Nicanor Alcântara de Oliveira e outros. P. 37 a 45.</p> <p>Mimeo. 3 cópias.</p>	C3 E7

<p>2 – Documento contendo:</p> <p>a) parecer nº 20/66, sobre o Plano Global de Aplicação de Recursos do Fundo Nacional do Ensino Primário e do Fundo Nacional do Ensino Médio. São Paulo, 15 de dezembro de 1966. Ass. Cons. Erasmo de Freitas Nuzzi, relator e presidente da Comissão de Planejamento da Educação. P. 1 a 7.</p> <p>b) Projeto de Resolução nº 2/66, dispondendo sobre o programa de aplicação globalizada dos recursos do Plano Nacional de Educação do Estado de São Paulo. P 8 a 10.</p> <p>Mimeo. 2 cópias</p>	C3 E7
<p>3 – Resolução nº 7/66, dispondendo sobre aplicação globalizada dos recursos do Plano Nacional de Educação no Estado de São Paulo. São Paulo, 20 de dezembro de 1966. 3 p. mimeo.</p>	C3 E7
<p>4 – Parecer sobre a lei estadual nº 10.038, do Bel. Dermal de Camargo Monfré, analisando e criticando aspectos da lei, sobretudo a questão da competência do Conselho Estadual de Educação. (São Paulo, c. 1968). 6 p. mimeo. 3 cópias.</p>	C3 E7
<p>5 – Parecer do Padre Lionel Corbeil, relator do Conselho Estadual de Educação, tratando dos processos 936/67, 826/68 e 1000/68 relativos ao Serviço de Ensino Vocacional da Secretaria da Educação. São Paulo, 10 de janeiro de 1969. Ass. Cons. Pe. Lionel Corbeil. 11p. 3 cópias.</p>	C3 E7
<p>6 – Parecer nº 27/70, de Alpinolo Lopes Casali, das Câmaras Reunidas no Ensino Primário e Médio do Conselho Estadual de Educação, deliberando funcionamento para o Ciclo Colegial do Ginásio Vocacional Oswaldo Aranha. São Paulo, 23 de fevereiro de 1970. 1p. datilo.</p>	C3 E7

Tipo: Documentos da Assembléia	LOCALIZAÇÃO
1 – Parecer nº 2.212, da Comissão de Constituição e Justiça, sobre o projeto de lei nº 1.083 de 1963, que dispõe sobre a criação do Departamento de Pesquisas Educacionais na Secretaria da Educação. Sala das Comissões, 11 de setembro de 1963. Ass. Contábil Romano, relator. 1 p. impr.	C3 E8
2 – Parecer nº 4.773, da Comissão de Constituição e Justiça, sobre o processo nº 3.228 de 1964, encaminhando substitutivo à proposta de reforma total da Constituição do Estado. Sala das Comissões, 29 de dezembro de 1964. Ass. Chopin Tavares de Lima. 14 p. impr	C3 E8
Tipo: Regimentos SEV	LOCALIZAÇÃO
1 – Regulamento Interno da Biblioteca Pedagógica do Serviço do Ensino Vocacional. São Paulo, março de 1966. Ass. Maria Nilde Mascellani, coordenadora geral do SEV, 2 p. mimeo.	C4 E9
2 – Regimento do Serviço do ensino Vocacional da Secretaria da Educação do Estado de São Paulo. São Paulo, 22 de janeiro de 1968. 2 p. mimeo.	C4 E9
3 – Regimento do Serviço do Ensino Vocacional da Secretaria da Educação do Estado de São Paulo. São Paulo, 5 de agosto de 1968. Ass. Maria Nilde Mascellani, coordenadora geral do SEV. 8 p. mimeo. 4 cópias.	C4 E9
4 – Regimento da Assessoria Jurídica do Serviço de Ensino Vocacional. São Paulo, 2 de setembro de 1968. Ass. Primo Pascoli Melaré. 3 p. datilo.	C4 E9
5 – Regimento Interno do Setor de Relações Públicas do Serviço de Ensino Vocacional. São Paulo, c.1968, 1 cópia xerox.	C4 E9
6 – Regimento do Setor Administrativo do Serviço de Ensino Vocacional. São Paulo, s.d, 6 p. datilo. 3 cópias	C4 E9

carbono.	
7 – Regulamento Interno, Provisório, do Sub-Setor de Zeladoria do Serviço de Ensino Vocacional. Setor Administrativo, 4 de fevereiro de 1969. 2 p.	C4 E9
8 – Regimento do Setor de Publicações do Serviço do Ensino Vocacional. São Paulo, 1969. 5p. datilo. 1 cópia carbono.	C4 E9
9 – Regimento Interno do Setor de Relações Públicas do Serviço do Ensino Vocacional. São Paulo, s.d., 6 p. mimeo.	C4 E9
10 – Organograma SEV.	C4 E9
Tipo: Regimentos dos Ginásios	LOCALIZAÇÃO
1 – Regimento Interno dos Ginásios Vocacionais do Serviço do Ensino Vocacional. São Paulo, julho de 1964. 45 p. mimeo. 2 cópias.	C4 E10
2 – Regimento Interno dos Ginásios Vocacionais do Serviço do Ensino Vocacional. São Paulo, setembro de 1966. 54 p. (Obs.: cópia autêntica do original de julho de 1964). Impr.	C4 E10
3 – Fragmento do Regimento Interno dos Ginásios Vocacionais do Serviço do Ensino Vocacional. Título I – Dos Objetivos. São Paulo, s.d. 3p. mimeo.	C4 E10
4 – Fragmento do Regimento Interno dos Ginásios Vocacionais do Serviço do Ensino Vocacional. Título VIII – Dos Direitos e Deveres do Pessoal Técnico e Docente. São Paulo, fevereiro de 1966. 10p. mimeo. 3 cópias.	C4 E10
5 – Fragmento do Regimento Interno dos Ginásios Vocacionais do Serviço do Ensino Vocacional. Título VIII – Capítulo II – Dos Deveres, artigo 61º - Dos Deveres dos Professores. São Paulo, 1977. 5p. mimeo.	C4 E10

6 – Fragmento do Regimento Interno dos Ginásios Vocacionais do Serviço do Ensino Vocacional. Capítulo II – Dos Deveres, artigo 62º - Do Orientador Pedagógico. S.d., 1p. mimeo.	C4 E10
7 – Fragmento do Regimento Interno dos Ginásios Vocacionais do Serviço do Ensino Vocacional. Título XIII – Do Currículo. São Paulo, 1968. 5 p. mimeo. 3 cópias.	C4 E10
8 – Regimento Interno do Ginásio Estadual Vocacional de Barretos do Serviço do Ensino Vocacional. Barretos, s.d. 3p. mimeo.	C4 E10
9 – Objetivos Gerais do Ginásio Estadual Vocacional de Barretos, do Serviço do Ensino Vocacional. (Barretos), s.d. 2p. mimeo. 2 cópias.	C4 E10
10 – Projeto de Regimento Interno do Colégio Estadual Vocacional “Oswaldo Aranha” do Serviço do Ensino Vocacional. São Paulo, s.d. 18p. mimeo.	C\$ E10
11 – Regimento Interno do Colégio Estadual Vocacional “Oswaldo Aranha” do Serviço do Ensino Vocacional. São Paulo, 1971. 13p. datilo.	C4 E10
12 – Projeto do Ginásio vocacional Noturno junto ao Colégio Estadual Vocacional “Oswaldo Aranha” do Serviço do Ensino Vocacional e Exposição de Motivos, de Maria Nilde Mascellani, Coordenadora do SEV. São Paulo, s.d. 15 p. mimeo.	C4 E10
13 – Projeto de instalação, organização, estrutura e funcionamento do Ginásio Vocacional Noturno do Serviço do Ensino Vocacional. São Paulo, 1969. 8 p. mimeo.	C4 E10
14 – Projeto do 2º Ciclo de grau médio junto ao Ginásio Estadual Vocacional “Oswaldo Aranha” do Serviço do Ensino Vocacional. São Paulo, 1968, 11p. mimeo.	C4 E10

15 – Proposta de definição de funções para a equipe de Orientação do Ginásio Vocacional “Oswaldo Aranha” do Serviço do Ensino Vocacional. São Paulo, s.d. 5p. mimeo.	C4 E10
Tipo: Portarias do Coordenador do SEV	LOCALIZAÇÃO
1 – Portaria nº 5, de Maria Nilde Mascellani, Coordenadora do Serviço do Ensino Vocacional, baixando medidas relativas à greve dos professores e advertindo-os. São Paulo, 15 de outubro de 1963. Ass. Maria Nilde Mascellani. 1 p. Datilo.	C4 E11
2 – Portaria nº 7, de Maria Nilde Mascellani, Coordenadora do Serviço do Ensino Vocacional, atribuindo penalidades a funcionários do Ginásio Estadual Vocacional de Americana. São Paulo, 24 de outubro de 1963. Ass. Maria Nilde Mascellani. 3 p. datilo. 1 cópia carbono.	C4 E11
3 – Portaria nº 8, de Maria Nilde Mascellani, Coordenadora do Serviço do Ensino Vocacional, designando as professoras Olga Tereza Bechara e Maria da Glória Pimentel para dirigirem reunião com os professores do Ginásio Estadual Vocacional de Americana, comprometidos com o movimento grevista. São Paulo, 24 de outubro de 1963. Ass. Maria Nilde Mascellani, 1p. datilo. 1 cópia carbono.	C4 E11
4 – portaria sem número, de Maria Nilde Mascellani, Coordenadora do Serviço do Ensino Vocacional, atribuindo penalidades a funcionários do Ginásio Estadual Vocacional “Oswaldo Aranha”. São Paulo, 24 de outubro de 1963. Ass. Maria Nilde Mascellani, 3p, datilo. 1 cópia carbono.	C4 E11
5 – Portaria nº 9, de Maria Nilde Mascellani, Coordenadora do Serviço do Ensino Vocacional, atribuindo à sala de Estudos Sociais do ginásio Estadual Vocacional de Americana o nome de “Sala Presidente John Fitzgerald Kennedy”. São Paulo, 27 de novembro de 1963. Ass. Maria Nilde Mascellani. 1p. datilo. 1 cópia carbono.	C4 E11
6 – Portaria nº 10, de Maria Nilde Mascellani, Coordenadora do Serviço do Ensino Vocacional, resolvendo manter	C4 E11

<p>a repreensão aos professores inclusos nos itens da Portaria nº 5/63 e outras providências. São Paulo, 27 de novembro de 1963. ass. Maria Nilde Mascellani. 1 p. datilo. 1 cópia carbono.</p>	
<p>7 – Portaria nº 1, de Maria Nilde Mascellani, Coordenadora do Serviço do Ensino Vocacional, sobre a atribuição de horas-aula aos diretores, orientadores e professores de Ginásios Vocacionais. São Paulo, 7 de fevereiro de 1964. Ass. Maria Nilde Mascellani. 1 p. datilo. 1 cópia carbono e 1 mimeo.</p>	C4 E11
<p>8 – portaria nº 2, de Maria Nilde Mascellani, Coordenadora do Serviço do Ensino Vocacional, regulamentando a permanência do professor de Ginásio Vocacional no estabelecimento e suas atribuições no período de trabalho. São Paulo, 20 de março de 1964. Ass. Maria Nilde Mascellani. 2p. datilo. 1 cópia carbono e 1 mimeo.</p>	C4 E11
<p>9 – Portaria nº 5/64, de Maria Nilde Mascellani, Coordenadora do Serviço do Ensino Vocacional, regulamentando estrutura e regime de entrega de relatórios. São Paulo, 9 de junho de 1964. Ass. Maria Nilde Mascellani. 2 p. datilo. E</p> <p>- Portaria nº 4, de Maria Nilde Mascellani, Coordenadora do Serviço do Ensino Vocacional, dispondo sobre a sistemática de apresentação dos planejamentos. São Paulo, junho de 1964. Ass. Maria Nilde Mascellani. 4 p. mimeo.</p>	C4 E11
<p>10 – Portaria nº 6, de Maria Nilde Mascellani, Coordenadora do Serviço do Ensino Vocacional, criando Comissão para planejar a estrutura do 2º ciclo de ensino médio. São Paulo, agosto de 1964. Ass. Maria Nilde Mascellani, 1 p, datilo. 1 cópia mimeo.</p>	C4 E11
<p>11 – Portaria nº 8, de Maria Nilde Mascellani, Coordenadora do Serviço do Ensino Vocacional, atribuindo advertência ao Professor Itajahy Feitosa Martins. São Paulo, 26 de outubro de 1964. Ass. Maria Nilde Mascellani. 1p. 1 cópia carbono.</p>	C4 E11

<p>12 – Portaria nº 45, de Maria Nilde Mascellani, Coordenadora do Serviço do Ensino Vocacional, homologando Instrução nº 2/69, que dispõe sobre novo horário para os funcionários do órgão. Coordenadoria Geral, 13 de março de 1969. Ass. Maria Nilde Mascellani. 1p. / Anexo: a referida Instrução nº 2/69, de Manoel de Oliveira Maia, Coordenador do Setor Administrativo do SEV. São Paulo, 13 de março de 1969. 4 p. mimeo.</p>	<p>C4 E11</p>
<p>13 – Portaria nº 48/69, de Maria Nilde Mascellani, Coordenadora do Serviço do Ensino Vocacional, homologando a Instrução nº 4/69, que uniformiza escala de pagamento de professores e funcionários administrativos dos Ginásios Vocacionais. Coordenadoria Geral, 31 de março de 1969. Ass. Maria Nilde Mascellani. 1p. / Anexo: a referida Instrução nº 4/69, de Manoel de Oliveira Maia, respondendo pelo Setor Administrativo do SEV. Setor Administrativo, 31 de março de 1969. Ass. Maia. 3p. mimeo e cópia xerox.</p>	<p>C4 E11</p>
<p>14 – Portaria nº 53/69, de Maria Nilde Mascellani, Coordenadora do Serviço do Ensino Vocacional, homologando a Instrução nº 3/69, que estabelece normas especiais para funcionamento dos Refeitórios dos Ginásios Vocacionais. Coordenadoria Geral, 31 de março de 1969. Ass. Maria Nilde Mascellani. 1p. / Anexo: a referida Instrução nº 3/69, de Thomyres Alves, Supervisora de Serviços Administrativos junto aos Ginásios Vocacionais. Serviço do Ensino Vocacional, 31 de março de 1969. Ass. Thomyres Alves. 3p. mimeo.</p>	<p>C4 E11</p>
<p>15 – Portaria nº 49/69, de Maria Nilde Mascellani, Coordenadora do Serviço do Ensino Vocacional, homologando a Instrução nº 6/69, que dispõe sobre a forma de concessão do salário-família, adicional e licença-prêmio. Coordenadoria Geral, 7 de abril de 1969. Ass. Maria Nilde Mascellani. 1p / Anexo: a referida Instrução nº 6/69, de Manoel de Oliveira Maia, Coordenador Administrativo do SEV. Setor Administrativo, 7 de abril de 1969. Ass. Maia. 3p. mimeo.</p>	<p>C4 E11</p>
<p>16 – Portaria nº 57/69, de Maria Nilde Mascellani, Coordenadora do Serviço do Ensino Vocacional, homologando a Instrução nº 7/69, que estabelece normas para uso do uniforme escolar. Coordenadoria geral, 28 de abril de</p>	<p>C4 E11</p>

<p>1969. Ass. Maria Nilde Mascellani. 1p. / Anexo: a referida instrução nº 7/69, de Thomyres Alves, Supervisora de Serviços Administrativos dos Ginásios Vocacionais. São Paulo, 28 de abril de 1969. Ass. Thomyres Alves. 2p. mimeo.</p>	
<p>17 – Portaria nº 58/69, de Maria Nilde Mascellani, Coordenadora do Serviço do Ensino Vocacional, homologando a Instrução nº 8/69, que estabelece as funções de Assistente de Administração dos Ginásios Vocacionais. Coordenadoria Geral, 28 de abril de 1969. Ass. Maria Nilde Mascellani. 1p. / Anexo: a referida Instrução nº 8/69, de Thomyres Alves, Supervisora de Serviços Administrativos dos Ginásios Vocacionais. São Paulo, 30 de abril de 1969. Ass. Thomyres Alves. 1p. mimeo.</p>	C4 E11
<p>18 – Portaria nº 64/69, de Maria Nilde Mascellani, Coordenadora do Serviço do Ensino Vocacional, homologando a Instrução nº 10/69, que estabelece normas sobre os sábados de atividades nos Ginásios Vocacionais. Coordenadoria Geral, 13 de maio de 1969. Ass. Maria Nilde Mascellani. 1p. / Anexo: a referida Instrução nº 10/69, de Thomyres Alves, Supervisora de Serviços Administrativos dos Ginásios Vocacionais. São Paulo, 13 de maio de 1969. Ass. Thomyres Alves. 1p. mimeo.</p>	C4 E11
<p>19 – Portaria nº 63/69, de Maria Nilde Mascellani, Coordenadora do Serviço do Ensino Vocacional, homologando a Instrução nº 9/69, que desobriga os alunos do 2º ciclo e cursos noturnos vocacionais do uso de uniformes padronizados. Coordenadoria Geral, 15 de maio de 1969. Ass. Maria Nilde Mascellani. 1p. / Anexo: a referida Instrução nº 9/69, de Thomyres Alves, Supervisora de Serviços Administrativos dos Ginásios Vocacionais. São Paulo, 15 de maio de 1969. Ass. Thomyres Alves. 1p. mimeo.</p>	C4 E11
<p>20 – Portaria nº 68/69, de Maria Nilde Mascellani, Coordenadora do Serviço do Ensino Vocacional, homologando a Instrução nº 11/69, relativa às normas gerais para aplicação de adiantamentos e respectivas prestações de contas. Coordenadoria Geral, 9 de junho de 1969. Ass. Maria Nilde Mascellani. 1 p. / Anexo: a referida Instrução</p>	C4 E11

nº 11/69, de Manoel de Oliveira Maia, respondendo pelo Setor Administrativo do SEV. Setor Administrativo, 9 de junho de 1969. Ass. Maia. 5p. mimeo.	
Tipo: Comunicados, Convocações e Instruções do Coordenador do SEV	LOCALIZAÇÃO
1 – Comunicado nº 10, de Maria Nilde Mascellani, Coordenadora do Serviço do Ensino Vocacional, aos diretores dos ginásios, sobre o reinício das atividades docentes a partir de 21 de outubro. São Paulo, 18 de outubro de 1963. Ass. Maria Nilde Mascellani. Datilo. 1 cópia carbono.	C4 E12
2 – Comunicado Extraordinário, de Maria Nilde Mascellani, Coordenadora do Serviço do Ensino Vocacional, aos Orientadores e professores do Ginásio Vocacional “Oswaldo Aranha”, sobre a realização de uma reunião. São Paulo, 15 de março de 1965. Ass. Maria Nilde Mascellani. 2 p. (Obs.: contém assinatura de ciência dos professores e orientadores do referido ginásio). Datilo.	C4 E12
3 – Comunicado nº 3/65, de Dirce Rocha de Almeida, Assessora Técnica do SEV, normatizando a confecção de folhas de pagamento dos meses de janeiro e fevereiro nos Ginásios. São Paulo, 8 de abril de 1965. Ass. Dirce Rocha de Almeida. 1p. mimeo.	C4 E12
4 – Comunicado nº 23, de Maria Nilde Mascellani, Coordenadora do Serviço do Ensino Vocacional, aos responsáveis por setores, sobre cerimônia de entrega do 1º volume do Relato de Avaliação do Ensino Vocacional ao Secretário de Estado dos Negócios da Educação. São Paulo, maio de 1967. Ass. Maria Nilde Mascellani. 1p. datilo. / Anexo: Comunicado nº 24, a todos os setores do SEV, sobre o mesmo evento. São Paulo, 30 de maio de 1967. Ass. Maria Nilde Mascellani. 1 p. datilo.	C4 E12
5 – Comunicado nº 38, de Maria Nilde Mascellani, Coordenadora do Serviço do Ensino Vocacional, aos diretores dos Ginásios Vocacionais, sobre a organização do período de planejamento para o ano de 1968. São Paulo, 8 de dezembro de 1967. Ass. Maria Nilde Mascellani. 1p. datilo.	C4 E12

<p>6 – Comunicado nº 11, de Maria Neyde de B. Assumpção, respondendo pelo Setor de Pessoal do SEV, sobre pagamento de aulas excedentes a professores. São Paulo, 14 de março de 1968. Ass. Maria Neyde De B. Assumpção. 1 p. cópia xerox, com visto de Maria Nilde Mascellani, Coordenadora geral do SEV. No verso há carimbo de autenticação do 1º Cartório de Notas de Barretos, S. P., em 28/10/71.</p>	<p>C4 E12</p>
<p>7 – Comunicado nº 18, de Maria Nilde Mascellani, Coordenadora do Serviço do Ensino Vocacional, aos supervisores, sobre as reuniões a serem realizadas para a programação da área. São Paulo, 18 de março de 1968. Ass. Maria Nilde Mascellani. 1p. cópia carbono.</p>	<p>C4 E12</p>
<p>8 – Comunicado sem número de Maria Nilde Mascellani, Coordenadora do Serviço do Ensino Vocacional, contendo instruções sobre renovação de contrato do pessoal. São Paulo, 1968. Ass. Maria Nilde Mascellani. 2p. 2 cópias xerox.</p>	<p>C4 E12</p>
<p>9 – Comunicado sem número, de Maria Nilde Mascellani, Coordenadora do Serviço do Ensino Vocacional, aos componentes do Setor de Publicações, sobre encaminhamento das publicações a diversas editoras. São Paulo, 5 de março de 1969. Ass. Maria Nilde Mascellani. 1p. cópia carbono.</p>	<p>C4 E12</p>
<p>10 – Comunicado sem número , de Maria Nilde Mascellani, Coordenadora do Serviço do Ensino Vocacional, à direção dos Ginásios Vocacionais, sobre reformulação ocorrida no sub-setor de Currículo. São Paulo, 6 de março de 1969. Ass. Maria Nilde Mascellani. 2p. cópia carbono.</p>	<p>C4 E12</p>
<p>11 – Comunicado sem número, de Maria Nilde Mascellani, Coordenadora do Serviço do Ensino Vocacional, aos seus funcionários, enviando exemplares dos folhetos “Luta Armada” e “Queremos Reforma”, distribuídos pelo S. N. I. São Paulo, 27 de março de 1969. Ass. Maria Nilde Mascellani. 2p. original datilo e cópia carbono. (Obs.: contém assinatura de ciência dos setores e sub-setores do SEV).</p>	<p>C4 E12</p>

<p>12 – Comunicado nº 6/69, de Maria Nilde Mascellani, Coordenadora do Serviço do Ensino Vocacional, aos funcionários do Colégio Oswaldo Aranha e do SEV, advertindo-os contra divulgação de notícias que causem inquietação no ambiente de trabalho. Coordenadoria Geral, 2 de junho de 1969. Ass. Maria Nilde Mascellani. 1p. mimeo. 3 cópias.</p>	<p>C4 E12</p>
<p>13 – Comunicado nº 7/69, de Maria Nilde Mascellani, Coordenadora do Serviço do Ensino Vocacional, dispondo que o atendimento de convocações de autoridades e/ou encaminhamentos de papéis de qualquer natureza para outras repartições, por diretores, assistentes e professores, devem ser feitos apenas através do SEV. Coordenadoria Geral, 2 de junho de 1969. Ass. Maria Nilde Mascellani. 1p. mimeo. 2 cópias.</p>	<p>C4 E12</p>
<p>14 – Comunicado nº 8/69, de Maria Nilde Mascellani, Coordenadora do Serviço do Ensino Vocacional, sobre o procedimento de avaliação dos trabalhos dos setores e sub-setores. São Paulo, 5 de junho de 1969. Ass. Maria Nilde Mascellani. 1p. mimeo.</p>	<p>C4 E12</p>
<p>15 – Comunicado Interno de Manoel de Oliveira Maia, respondendo pelo Setor Administrativo do SEV, que reformula os artigos 3º e 6º da Instrução AS nº 2/69. Setor Administrativo, 1º de setembro de 1969. Ass. Maia. 1 p. mimeo.</p>	<p>C4 E12</p>
<p>16 – Comunicado sem nº do Setor de Recursos Áudio-Visuais do SEV, enviando documentos aos responsáveis por direção e especialistas em RAV e convocando-os para trabalhos de atualização no Setor. (SP, s.d.). Ass. Esméria Rovai e Maria Nilde Mascellani. 1p. / Anexos: objetivos, funções, regulamentos e instruções do Setor de Recursos Áudio-Visuais. 5p. mimeo.</p>	<p>C4 E12</p>
<p>17 – Comunicado sem nº da Supervisão de Orientação do SEV aos Orientadores sobre modificação no Calendário de encontros da Supervisão de Orientação Pedagógica e Educacional. São Paulo, s.d.. Ass. Maria Glória Berardo Pimentel e Olga T. Bechara, supervisoras, com visto de Maria Nilde Mascellani, coordenadora do</p>	<p>C4 E12</p>

SEV. 2p. cópia carbono.	
18 – Comunicado nº 60 de Nagib Elchmer, Assessor de Relações Públicas do SEV, sobre exposição a ser realizada no saguão dos Diários Associados sobre o Ensino Vocacional. São Paulo, s.d. Ass. Nagib Elchmer. 1p. cópia carbono.	C4 E12
19 – Convocação de Maria Nilde Mascellani, Coordenadora do Serviço do Ensino Vocacional, para reunião. São Paulo, 16 de março de 1965. Ass. Maria Nilde Mascellani. 1p. mimeo.	C4 E12
20 – Instrução AS nº 1, de Manoel de Oliveira Maia, Coordenador Administrativo do SEV, sobre a expedição de declaração de vencimentos para fins de Imposto de Renda. São Paulo, 24 de fevereiro de 1969. Ass. Manoel de Oliveira Maia. 2p. / Anexo: 2 modelos, A e B, de declaração de vencimentos. Mimeo.	C4 E12
Tipo: Documentos específicos da Assessoria Jurídica	LOCALIZAÇÃO
1 – Plano de Trabalho da Assessoria Jurídica, elaborado por Primo Páscoli Melaré. São Paulo, 19 de março de 1969. As. Primo Páscoli Melaré. 3p. / Anexo: regimento interno da Assessoria Jurídica. São Paulo, 13 de março de 1969. Ass. Primo Páscoli Melaré. 3p. datilo.	C4 E13

Capítulo IV

Parte C

Inventário Analítico dos Recortes de Jornais

Local de Publicação: São Paulo		
Jornal: O Estado de São Paulo		Localização: C19 P1
Autor	Título do Artigo	Data
	168 horas no Interior	20.12.59
	Demitem-se responsáveis pelo Ensino Vocacional	06.03.65
	SEV aguarda providências	11.03.65
	Batatais, Franca e Ribeirão no roteiro da JSP	13;04;65
	Vocacional faz balanço	01.07.66
Correspondente em Barretos	Sodré esteve em Barretos	20.02.68
	Curso de Ensino Vocacional	07.04.68
Sucursal / Campinas	Educação é tema de simpósio	23.04.68
	Assembléia aprova uso de meia preta	05.05.68
Diogo Pacheco	A mímica e a música jovem	10.05.68
	Vocacional quebra tabu e preconceito	10.05.68
	Educação regularizará contratos	19.05.68
Correspondente / S. J. Rio Preto	Secretário deverá visitar Rio Preto	19.05.68
	Vocacional dá exemplo	19.05.68

	Coação é rejeitada de pronto	19.05.68
	Vocacional	19.05.68
	Greve visa Portaria 31	21.05.68
Sucursais / correspondentes	Secundaristas visitam Minas	12.06.68
	Exposição sobre Vocacional	19.06.68
	Vocacional inaugura exposição	19.06.68
	Eles sabem o que querem da vida	30.06.68
	O prêmio de Myrna foi ganho colando	30.06.68
	Vocacional faz pesquisa no bairro	26.07.68
	Só os professores voltam no Vocacional	02.08.68
	Ginásio gratuito à noite	16.08.68
	No Curso Ginásial Noturno Vocacional Oswaldo Aranha	25.08.68
	Barretos estimula ensino vocacional	31.08.68
	Em estudo	04.09.68
	Mães contra a passeata	08.10.68
	Vocacional leva jovens a concerto	27.10.68
	Novos governantes tomam posse dia 12 no Vocacional	12.11.68

	O Vocacional procura um local em Ribeirão	12.12.68
	Ensino Vocacional	28.12.68
	Novo ensino começa para 176 mil	04.02.69
	2º Ciclo vai ter dois anos básicos	04.02.69
	Vai se modificando uma velha estrutura	04.02.69
	Reforma não vai atingir Vocacional	04.02.69
Correspondente	Catanduva cria ensino vocacional	21.03.69
	O Congresso	13.04.69
	Juventude abre sua temporada	26.04.69
	Malcuzyński teve público atento	26.04.69
	Lição do Vocacional ao alcance de todos	30.04.69
	França aplaude vocacional	23.05.69
	Coordenador do Vocacional	10.06.69
	Carlos Chagas vem participar da reunião da SBPC em Porto Alegre	16.06.69
Allen Augusto Dupré e Paulo de Tarso Costa	Coordenador do Vocacional	24.06.69
	E foi apenas mais uma Conferência	28.06.69

	Nova escola deve educar para a vida	28.06.69
	Vai desaparecer ensino vocacional	28.06.69
	Recomendações ficam mais na teoria	28.06.69
	<u>Dos Leitores</u> – “E foi apenas mais uma conferência”	06.07.69
	Plano prevê já em 70 escola de oito anos	08.10.69
	Deficiências do Instituto	09.12.69
	Extinto o segundo ciclo do Vocacional	03.03.70
	Indiciados	08.05.70
	IPM já está na Auditoria	22.10.70
	<u>Notas e Informações</u> – “Confiemos na Justiça”	03.09.72
	São Paulo Pergunta – “Ameaça à segurança do regime revolucionário”	04.09.72
	A defesa de Ulhôa no plano de Laudo	05.09.72
	Gama escreve a Ulhôa Cintra	31.10.72
	A justiça arquivou IPM da Educação	14.07.73
Sucursal de Brasília e Serviço Social	Passarinho admite novo 477	25.05.74
Sucursal de Brasília e Enviado	Falcão menciona 27 nomes – “O paradeiro de cada um”	07.02.75

Especial		
----------	--	--

Local de Publicação: São Paulo		
Jornal: Folha de São Paulo		Localização: C19 P2
Autor	Título do Artigo	Data
J. Reis	Mentalidade científica para os jovens	17.09.67
	Orientação vocacional	21.11.67
	Mestres querem mais ensino vocacional	15.02.67
	Em São Caetano do Sul...	30.03.68
	Alunos do Vocacional iniciam vida prática	31.03.68
	Curso de ensino vocacional	07.04.68
	<u>Informações Gerais</u> – Educação - Pesquisa	07.05.68
	<u>Vida Científica</u> – Ensino renovado de ciências	03.05.68
	Abertas matrículas para o Ginásio vocacional de São Caetano do Sul	05.05.68
	Reunião anual de cientistas	06.05.68
	Olga Bechara falou do ensino vocacional	15.05.68
	13 colégios em greve com o Aplicação	22.05.68

	Professores contratados vão a Uihôa Cintra para protestar	22.05.68
	Professores na hora de definição	24.05.68
Vitor Rego	Eles desejam uma reforma geral dos métodos	26.05.68
	Professores fizeram concentração de protesto diante da Assembléia	05.06.68
	Sancionado pelo Governador Abreu Sodré o novo Código de Educação	05.06.68
	Reunião de cientistas termina hoje	07.06.68
	Professores apresentam reivindicações; Sodré não atende	15.06.68
	Professores contam como foram presos durante manifestação	22.06.68
	Cientistas querem fazer sugestões ao Presidente	11.07.68
Isa Leal	Falam os moços: "No Curso Ginásial Noturno Vocacional Oswaldo Aranha"	25.08.68
	Vocacional leva jovens a concerto	27.10.68
	Ginásio Vocacional é a base do ensino renovado	05.11.68
	Integração do cinema ao currículo escolar	11.68
	Inscrição para orientação pedagógica	12.12.68
	Alunos de ginásio vocacional no Brooklin abrem exposição hoje	13.12.68
	Vocacional presta contas do ano de 68	13.12.68

	<u>Suplemento Educação</u> – (sub-título): Porque os ginásios pluricurriculares foram preferidos aos vocacionais (título): São Paulo precisa aprender a ensinar	06.01.69
	(sem título)	06.01.69
	Garoto pichador de muro envolvido em novo caso	06.01.69
	(sem título)	03.02.69
	<u>Editorial</u> – Admissão, fácil e difícil	07.02.69
	(sem título)	10.02.69
	Despede-se o cel. Gomes, da Rondon	19.03.69
	Sugeridos temas para reunião de cientistas	20.04.69
	Novo coordenador nos ginásios vocacionais	24.06.70
	Secretaria da Educação adverte sobre subversão do ensino médio	22.10.70
	IPM acusa professores e dirigentes	22.10.69
	Vocacional é ensino válido	22.05.71
	IPM da Educação na Auditoria	01.09.72
	Mascellani e a experiência do curso vocacional	11.10.72
	Ester vai assumir o MEC	17.08.82

	Estudantes estão em greve na E.E.S.G. Oswaldo Aranha	30.08.84
--	--	----------

Local de Publicação: São Paulo		
Jornal: Diário de São Paulo		Localização: C19 P3
Autor	Título do Artigo	Data
	Ensino integrado só o vocacional	12.03.68
	Volta de cientistas será debatida em São Paulo	12.03.68
	<u>Vida Científica</u> – Ensino Vocacional na SBPC	12.03.68
	Alunos aprendem tudo sobre comércio	02.05.68
	São Caetano do Sul – Ginásio Vocacional	19.05.68
	Greve colegial pode crescer	21.05.68
	Curso de treinamento	09.06.68
Gracita de Miranda	Educando para a vida	14.06.68
	Ensino vocacional	16.06.68
Edy Llma	Vocacionais preparam para a vida	21.06.68
	No ensino vocacional a chance é igual para todos	06.03.69
Correspondente em Americana	Reunido em Americana o Ensino Vocacional	22.03.69

	São Bernardo com cursos vocacionais	06.04.69
--	-------------------------------------	----------

Local de Publicação: São Paulo		
Jornal: Diário de São Paulo		Localização: C19 P4
Autor	Título do Artigo	Data
	Ginásio Vocacional inicia atividades em São Caetano	11.05.68
	Professores reúnem-se para derrubar portaria	23.05.68
	Professores amanhã na A. L. contra Portaria 31	03.06.68
	Seminário debate vocações	16.06.68
correspondente	Ensino Vocacional vai ter exposição	20.06.68
	Americana: vocacional terá o segundo ciclo	21.06.68
	Exposição de ensino vocacional	23.06.68
	Ginásio Vocacional à noite	20.08.68
	Ginásios vocacionais no período noturno	26.12.68
correspondente	Americana recebe grande impulso no ensino	13.05.69
	Ginásios vocacionais vão receber US\$ 64 milhões	11.11.69
	Diretora de Colégio e um padre indiciados em inquérito do DPF	08.05.70

Local de Publicação: São Paulo		
Jornal: Última Hora		Localização: C19 P5
Autor	Título do Artigo	Data
	Ginásio Vocacional pesquisa a educação	16.12.68
	Orientação pedagógica	13.01.69
	Ginásios pluricurriculares revolucionam ensino médio	10.05.69

Local de Publicação: São Paulo		
Jornal: Notícias Populares		Localização: C19 P5
Autor	Título do Artigo	Data
	Secretarias – Exposição sobre ensino moderno	26.06.68
	Serviço do Ensino Vocacional	17.07.68
	Morumbi – Inscrições no ginásio noturno	21.08.68
	(sem título)	08.02.69
	Reforma não vai atingir vocacional	08.02.69

Local de Publicação: São Paulo		
Jornal: Diário da Noite		Localização: C19 P5
Autor	Título do Artigo	Data
	Ensino Vocacional	16.06.68
	Inscrições no ginásio vocacional	17.08.68
	Professores do vocacional fazem greve de denúncia	08.10.68
	Ensino vocacional dará trabalho ao cego	24.10.68
	“Escolas Vocacionais”: A quem beneficiam: E o “Colégio Pluricurricular”?	11.12.69
	Classes Vocacionais extintas há 10 anos ainda são recordadas	11.10.70

Local de Publicação: São Paulo		
Jornal: Shopping News		Localização: C19 P6
Autor	Título do Artigo	Data
	“Papo furado” não é com eles	02.06.68
	Exposição sobre o ensino vocacional	23.02.68
	Ensino vocacional desenvolve capacidade criativa do aluno	s.d.

Local de Publicação: São Paulo		
Jornal: City News		Localização: C19 P6
Autor	Título do Artigo	Data
	Com tantos ginásios o Vocacional do Brooklin é o mais procurado	06.06.68
	Exposição sobre o ensino vocacional	23.06.68

Local de Publicação: São Paulo		
Jornal: Jornal da Tarde		Localização: C19 P7
Autor	Título do Artigo	Data
	Nossas crianças vão aprender tudo diferente	12.12.68
	O problema das vocações	12.12.68
	Como está o nosso ensino com a reforma	21.01.70
	Doze terroristas procurados em todo o país	29.03.72
	Denúncia: "O Ex-Secretário da Educação denunciado"	01.09.72

Local de Publicação: São Paulo		
Jornal: Diário Ilustrado		Localização: C19 P7

Autor	Título do Artigo	Data
	Vocacional começou III Feira do Livro	20.05.68

Local de Publicação: São Paulo		
Jornal: Diário de Notícias		Localização: C19 P7
Autor	Título do Artigo	Data
	Liberdade de Ensino: Base da verdadeira democracia	22.06.69
	Os subversivos do ensino	22.10.70

Local de Publicação: São Paulo		
Jornal: Popular da Tarde		Localização: C19 P7
Autor	Título do Artigo	Data
	Aprenda Cinema	04.06.69

Local de Publicação: São Paulo		
Jornal: Gazeta de Pinheiros		Localização: C19 P7
Autor	Título do Artigo	Data

	Ensino renovado começou a ser adotado no Colégio Alves Cruz	04.04.69
--	---	----------

Local de Publicação: São Paulo		
Jornal: Gazeta de Santo Amaro		Localização: C19 P7
Autor	Título do Artigo	Data
Cláudio José M. Campos e José Antonio Naufel	Ginásio Vocacional: uma experiência bem sucedida	28.03.69
	Comunicado – G.E.V.O.A.	05.10.69

Local de Publicação: São Paulo		
Jornal: Diário Comércio e Indústria		Localização: C19 P7
Autor	Título do Artigo	Data
	Vocacional faz curso de treinamento	09.06.68

Local de Publicação: São Paulo		
Jornal: A Gazeta		Localização: C19 P7
Autor	Título do Artigo	Data

	Nada ainda sobre o aumento dos vencimentos do magistério	02.04.68
	Coordenador do Ensino Vocacional	24.06.69

Local de Publicação: São Paulo		
Jornal: Folha da Tarde		Localização: C19 P7
Autor	Título do Artigo	Data
	Quadrilha subversiva funciona no governo	01.09.72

Local de Publicação: São Paulo		
Jornal: Johnson & Johnson em Revista		Localização: C19 P7
Autor	Título do Artigo	Data
	Jovens pesquisam sua vocação	08.68

Local de Publicação: São Paulo		
Jornal: O São Paulo		Localização: C19 P7
Autor	Título do Artigo	Data
	Pensar a Educação	12 e 18.10.79

Local de Publicação: São Paulo		
Jornal: Porandubas		Localização: C19 P7
Autor	Título do Artigo	Data
Roberto Barreiro Filho	10 anos sem Ginásios Vocacionais	11.79
	Olha a “Justa”	11;79
	A Escola não parou	11.79
	Cartas – Joel II	04.83

Local de Publicação: Americana		
Jornal: O Liberal		Localização: C20 P1
Autor	Título do Artigo	Data
	94 milhões para reforma de ponte	30.11.65
	Acampamento do Vocacional: contato com a natureza para reconhecer nela a presença de Deus	05.06.66
	Coronel Cerqueira Lima fez palestra no Vocacional	26.11.66
	Americana comemora “Semana da Pátria”	27.08.67
	Feira do Livro começa sábado	31.08.67

	Professora Cecília Guaraná deixa Americana	05.03.68
	Nova diretora do Vocacional se apresenta	11.04.68
	O Vocacional ensina para a vida	15.04.68
	Professores e alunos do Vocacional visitaram O Liberal	18.04.68
	Homenageada a professora Cecília Guaraná	01.05.68
	Coordenadoria do Ensino Vocacional em Americana	12.05.68
	Vocacional fará Feira do Livro	12.05.68
	III Feira do Livro	12.05.68
	Curso de Matemática Moderna	12.05.68
	Equipe do vocacional foi a Regente Feijó	14.05.68
	Um país se faz com homens e livros	14.05.68
	Sábado a abertura da Feira do Livro	16.05.68
	Sábado a abertura da Feira do Livro	18.05.68
	Associações de Pais estão reunidas hoje em Americana	19.05.68
	Imortal em Americana	19.05.68
	Matemática reúne pais	19.05.68
	Reunião	21.05.68

	Vocacional faz novo acampamento	23.05.68
	Coordenadora do Vocacional falará do 2º ciclo	28.05.68
	Professora Maria Nilde Mascellani falou sobre segundo ciclo e ginásio noturno	30.05.68
	Feira do Livro por mais alguns dias	30.05.68
	Americana terá o segundo ciclo Vocacional em 1969	02.06.68
Prof. Moacyr da Silva (orientador pedagógico)	O que é o segundo ciclo do Ginásio Vocacional	
	Professora Maria Nilde falou sobre o 2º ciclo e ginásio noturno	03.06.68
Prof. Wladir dos Santos (do G.V. João XXIII)	As sociedades de pais	04.06.68
	“Seresteiros da Princesa” na junina do Vocacional	09.06.68
Dionísio de Andrade	Simpósio da SBPC	09.06.68
	Junina no GEVA já amanhã	11.06.68
	Vocacional faz VIII curso de treinamento	13.06.68
	Vocacional em festa...	13.06.68
Professor Wladir dos Santos (do GV João XXIII)	Educação & Adestramento	18.06.68

APAGEVA	Novo ginásio noturno para a cidade	18.06.68
	Ginásio noturno no Vocacional	23.06.68
	Professores de Americana foram à Assembléia	26.06.68
	Herbert Levy não veio	27.06.68
	Americana presente em exposição	27.06.68
	Secretário de Educação promete 2º ciclo do vocacional para 69	28.06.68
Professor Moacyr da Silva (orientador pedagógico)	O que é o segundo ciclo do Ginásio Vocacional	02.07.68
	Autoridades e pais de alunos foram reclamar 2º ciclo do Vocacional	07.07.68
	Uma sobre educação	07.07.68
	Lions une-se com APAGEVA	14.07.68
	Secretário da Educação promete 2º ciclo do Vocacional para 69	28.07.68
	Ampliação do Ginásio Vocacional	18.08.68
	Ginásio Estadual Vocacional “João XXIII”	18.08.68
	Inscrições ao exame de admissão	18.08.68
	4ª série do GEVA em Araraquara	22.08.68
	Vocacional noturno: maiores de 14 anos	22.08.68

Professor Moacyr da Silva	Todos são responsáveis na educação dos jovens	25.08.68
	A convite da	29.08.68
	Sábado encerram-se as inscrições no Vocacional	25.08.68
	Simpósio sobre ensino vocacional	29.08.68
	Escola superior agora depende do Município	29.08.68
T. P. Mastrodi	<u>Painel Escolar</u> – Em expectativa o ensino vocacional	06.10.68
Ana Maria Pimentel	Burocracia ameaça o Vocacional	06.10.68
Ana Maria Pimentel	Escola não se faz de qualquer jeito	08.10.68
	Ginásio Estadual Vocacional “João XXIII” – inscrições ao exame de admissão	09.10.68
T. P. Mastrodi	<u>Painel Escolar</u> – Em expectativa o ensino vocacional	10.10.68
	Prêmios aos formandos deste ano	11.10.68
	Medalha de ouro para o Vocacional	13.10.68
	APAGEVA em Barretos	19.10.68
	Grande procura de vagas: vocacional funcionará em três períodos	20.10.68
	Federação do APAGEVA	22.10.68
	Candidatos ao ginásio têm neste ano dupla oportunidade	24.10.68

	II Festival de Corais	31.10.68
	Exames de admissão no Vocacional serão realizados 2ª e 3ª feiras próximas	31.10.68
Dionísio de Andrade	Americana vence concurso de arte em Campinas	31.10.68
	Coral Santo Antonio representa Americana no Festival de Rio Claro	10.11.68
	Ginásio Vocacional projeta Americana	17.11.68
Áurea C. Sigrist	G.E. Vocacional "João XXIII" - comunicado	18.11.68
Álvaro de Carvalho	Vamos ensinar para a vida	21.11.68
	Alunos do Vocacional fazem entrevistas com autoridades	24.11.68
Ana Maria Pimentel	Os pais querem pouco do Colégio	28.11.68
	Vocacional elegeu novo governador	01.12.68
	Profilaxia na Vila de Carli ficou apenas na estatística	15.12.68
	Curso de Orientação Pedagógica	24.12.68
Ana Maria Pimentel	O Vocacional ensina para a vida	29.12.68
João Afonso Jankovitz	Carreiras Profissionais	29.12.68
	Obras do Vocacional em vésperas de início	23.03.69
	Educação leva Prefeito a São Paulo	10.04.69

	Muros pichados levaram política a tomar providências	20.05.69
	Garoto pichador de muro envolvido em novo caso	13.05.69
	Decreto atribui responsabilidade a professores e alunos	15.05.69
Professor Francisco Cid	Porque estou fora do Vocacional	22.05.69
	A propósito de “Porque estou fora do Vocacional”	22.05.69
T. P. Mastrodi	Vocacional elogiado	01.06.69
	“Roda Viva”, da “subversão” à retratação	03.06.69
	D. Maria Nilde não é mais coordenadora do Vocacional	22.06.69
	Vocacional realiza “encontro de áreas”	28.06.69
	Novo coordenador do Vocacional visitou “João XXIII”	29.06.69
Ana Maria Pimentel	É o fim do vocacional	17.07.69
Suzana Dias Beck	Bilhete do Brasil	03.09.69
	Vocacional inaugurou salão de arte 6ª feira	21.09.69
	Vocacional em Revista	08.02.70
	Vocacional: Renovação ou Subversão?	08.02.70
	Professor Carlos Chagas reintegrado no Vocacional	19.03.70
	Professores reintegrados no Vocacional	19.05.70

	Ex-alunos do Ginásio Vocacional prestam homenagem a Maria Nilde	14.10.83
	Ex-alunos do Vocacional promovem confraternização	15.10.83

Local de Publicação: Americana		
Jornal: Folha de Americana		Localização: C20 P2
Autor	Título do Artigo	Data
	Estudantes terão Vocacional noturno	08.08.68
Moacyr da Silva (orientador pedagógico)	Para o jornal que surge	18.08.68
	Pecado de Direção	10.05.69
	Diretores contra mini-saia como uniforme	18.05.69
	Vocacional aguarda conclusão do processo	22.05.69
	Esclarecimento ao público	22.05.69
	“Pecado de Direção”	25.05.69

Local de Publicação: Amparo		
Jornal: O Comércio		Localização: C20 P3
Autor	Título do Artigo	Data
	(sem título)	08.12.60

Local de Publicação: Barretos		
Jornal: Correio de Barretos		Localização: C20 P4
Autor	Título do Artigo	Data
	Ginásio Vocacional – oficina em que se forja a grandeza do futuro de Barretos	15.08.67
	Comunicado	25.01.68

Local de Publicação: Barretos		
Jornal: O Diário		Localização: C20 P4
Autor	Título do Artigo	Data
	França aplaude o Ensino Vocacional em São Paulo	28.05.68
	Afastamento da professora Maria Nilde movimenta Vocacional	25.06.69

	Quase duzentos menores trabalhando sem remuneração	10.09.69
--	--	----------

Local de Publicação: Batatais		
Jornal: O Jornal		Localização: C20 P4
Autor	Título do Artigo	Data
	Editorial – Quando lingüiça era corda	03.11.68
	Edital – Ginásio Estadual Vocacional “Candido Portinari”	29.10.69

Local de Publicação: Campinas		
Jornal: Diário do Povo		Localização: C20 P5
Autor	Título do Artigo	Data
M. Beatriz C. Moreira	Educação, Escola e Renovação	31.03.68

Local de Publicação: Campinas		
Jornal: Diário de Campinas		Localização: C20 P5
Autor	Título do Artigo	Data
	Educação atual será debatida no Instituto Agrônômico	21.04.68

Local de Publicação: Embu		
Jornal: Folha do Embú		Localização: C20 P5
Autor	Título do Artigo	Data
	Ensino Vocacional	31.07.68
	Exposição sobre Técnicas Educacionais	19.08.68
	Embu poderá ter seu Ginásio Vocacional	22.08.68
	Deputada Dulce Salles Cunha louva trabalho pelo Ginásio Vocacional	15.09.68

Local de Publicação: Ituverava		
Jornal: Jornal de Ituverava		Localização: C20 P6
Autor	Título do Artigo	Data
Ana Maria Pimentel	O vocacional ensina para a vida	06.04.68

Local de Publicação: João Pessoa (PB)		
Jornal: O Norte		Localização: C20 P6
Autor	Título do Artigo	Data
Suzana Dias Beck	O processo Mascellani	13.06.82

Local de Publicação: Jundiá		
Jornal: Diário de Jundiá		Localização: C20 P7
Autor	Título do Artigo	Data
	Ginásio Vocacional vai ter construção iniciada em agosto	25.06.69

Local de Publicação: Poços de Caldas		
Jornal: Diário de Poços de Caldas		Localização: C20 P7
Autor	Título do Artigo	Data
	Diretores, professores e interessados em reunião com técnicos de ensino	01.11.68

Local de Publicação: Porto Alegre		
Jornal: Folha da Tarde		Localização: C20 P8
Autor	Título do Artigo	Data
	Uma semana de todas as ciências	30.06.69
	Uma oficina que forma personalidades	01.07.69
	O que ainda ficou do "Progresso para a Ciência"	07.07.69

Local de Publicação: Porto Alegre		
Jornal: Diário de Notícias		Localização: C20 P8
Autor	Título do Artigo	Data
	Mais de três mil cientistas na abertura da reunião da SBPC	01.07.69

Local de Publicação: Ribeirão Preto		
Jornal: Diário da Manhã		Localização: C20 P9
Autor	Título do Artigo	Data
	Ensino Vocacional	09.07.67
	Centro do Professorado Católico Informa - Edital	06.06.68
	Reencontro com o Equilíbrio	24.07.68

Local de Publicação: Rio Claro		
Jornal: Diário de Rio Claro		Localização: C20 P10
Autor	Título do Artigo	Data
José Cardoso	Ensino Médio	13.07.61

Francisco Scarpa	Lei nº 734	13.07.61
	Ginásio Vocacional e a área de Português	19.03.68
	(sem título)	20.03.68
	Como se explica o Ensino Vocacional	07.04.68
	Rio Claro: Colégio de Aplicação e Colégio Técnico	03.09.68
José Carlos Cardoso	Congresso de Educação?	12.10.68
	2º ciclo do Ginásio Vocacional no Conselho de Educação	12.10.68
	Seria o Congresso Secreto?	13.10.68
	Retificando	15.10.68
	Extinção do Ensino Vocacional: Edilidade Rioclarense toma posição	21.04.69
	Ensino vocacional não será extinto	10.07.69
	Em debate o Ensino vocacional	07.10.83
	Ontem, encerrado Simpósio – Maria Nilde e o Curso Vocacional	08.10.83
	Depois de ouvir Maria Nilde, não há dúvida: o “Vocacional” precisa retornar urgentemente	08.10.83

Local de Publicação: Rio Claro		
Jornal: Cidade de Rio Claro		Localização: C20 P10
Autor	Título do Artigo	Data
	Ginásio Vocacional apresentado pela Coordenadora	07.04.68
	Faz-se alguma coisa no ensino vocacional	03.09.68
	Encerrado o II Congresso dos Institutos Isolados	15.10.68
	A comunidade vocacional passa a ter o seu Banco Estudantil	27.11.68
	(sem título)	19.06.69
	(sem título)	02.07.69
	Câmara foi saber sobre o Ensino Vocacional	10.07.69

Local de Publicação: Rio Claro		
Jornal: Jornal de Rio Claro		Localização: C20 P10
Autor	Título do Artigo	Data
	Física: simpósio terminará hoje	07.10.83
	Ex-diretora do Vocacional, hoje visita Rio Claro	07.10.83
	(sem título)	08.10.83

	Ex-coordenadora do Ginásio Vocacional, em Rio Claro, falou sobre o ensino	08.10.83
--	---	----------

Local de Publicação: Rio de Janeiro		
Jornal: Correio da Manhã		Localização: C20 P11
Autor	Título do Artigo	Data
Sucursal S.P.	Ensino Vocacional	07.09.68
	Ensino Vocacional existe em São Paulo mas o Rio não conhece	11.09.68
	Simpósio defende o método vocacional	14.09.68
	Demissões agravam crise no ensino vocacional do país	14.09.69

Local de Publicação: Rio de Janeiro		
Jornal: O Globo		Localização: C20 P11
Autor	Título do Artigo	Data
	Simpósio vê integração das áreas dos currículos	11.09.68
	Ginásio Vocacional depende do mestre	12.09.68
	Simpósio mostra como ir da escola até o governo	19.09.68

--	--	--

Local de Publicação: Rio de Janeiro		
Jornal: Jornal do Brasil		Localização: C20 P11
Autor	Título do Artigo	Data
	Ginásio Vocacional. A chance é igual para todos	03.03.69
Sucursal São Paulo	O Ex-Secretário Paulista está indiciado em IPM	02.10.70

Local de Publicação: Rio de Janeiro		
Jornal: Tribuna da Imprensa		Localização: C20 P11
Autor	Título do Artigo	Data
Hélio Fernandes	Mandem parar as perseguições contra o extraordinário ensino vocacional de São Paulo	19.12.69

Local de Publicação: Rio de Janeiro		
Jornal: Última Hora		Localização: C20 P11
Autor	Título do Artigo	Data

	Informe - hoje	09.09.68
--	----------------	----------

Local de Publicação: Santa Bárbara d'Oeste		
Jornal: Jornal d'Oeste		Localização: C20 P12
Autor	Título do Artigo	Data
	III Feira do Livro	16.05.68
	Ginásio Vocacional	30.05.68
	VIII Curso de Treinamento do Vocacional	20.06.68
	Curso Vocacional	20.06.68

Local de Publicação: São Carlos		
Jornal: Folha de São Carlos		Localização: C20 P12
Autor	Título do Artigo	Data
Ana Maria Pimentel	Faz-se alguma coisa no Ensino Vocacional	07.09.68

Local de Publicação: Santos		
Jornal: A Tribuna de Santos		Localização: C20 P12

Autor	Título do Artigo	Data
Andrejus Korolkovas	Vestibular – uma encruzilhada	10.09.68

Local de Publicação: São Caetano do Sul		
Jornal: Rotário		Localização: C20 P13
Autor	Título do Artigo	Data
Odilon de Souza Mello	Rotary e a Educação	05.68

Local de Publicação: São Caetano do Sul		
Jornal: A Voz do Povo		Localização: C20 P13
Autor	Título do Artigo	Data
	Obra Educacional de São Caetano é grande farsa	18.07.68

Local de Publicação: São Caetano do Sul		
Jornal: Diário do ABC – News Seller		Localização: C20 P13
Autor	Título do Artigo	Data
	Ginásio Vocacional não é problema só em São Caetano	11.08.68

Local de Publicação: São José do Rio Preto		
Jornal: A Notícia de Rio Preto		Localização: C20 P14
Autor	Título do Artigo	Data
	I Ciclo de Conferencias na FAFI: Hoje todos vão ficar sabendo “a importância do vocacional”	03.05.68
	Vocacional sai: Luta-se por isso!	29.05.68

Local de Publicação: São José do Rio Preto		
Jornal: Diário de Rio Preto		Localização: C20 P14
Autor	Título do Artigo	Data
	Se quiser, Rio Preto pode ter um Ginásio Vocacional	09.05.68

Local de Publicação: São José do Rio Preto		
Jornal: Diário da Região		Localização: C20 P14
Autor	Título do Artigo	Data
	Há um movimento pela instalação do Ginásio Vocacional	23.05.68
	Prefeito quer doar terreno para construção do Ginásio Vocacional	24.05.68

	Município doará terreno para construção do Ginásio Vocacional	25.05.68
--	---	----------

Local de Publicação: Serra Negra		
Jornal: Serrano		Localização: C20 P14
Autor	Título do Artigo	Data
	Ensino: Classes Experimentais	06.11.60

Local de Publicação: Socorro		
Jornal: Renovação (Instituto de Educação Narciso Pieroni)		Localização: C20 P14
Autor	Título do Artigo	Data
Maria Nilde Mascellani	Duas definições	09.59

Local de Publicação: s.l.p.		
Jornal: Jornal do Município Brasileiro		Localização: C20 P14
Autor	Título do Artigo	Data
	É hora de ensinar	06.06.69

Revistas			
Revista	Autor	Título do Artigo	Data
Realidade	José Hamilton Ribeiro	Já existe a escola de amanhã	02.67
A Cigarra	Isis de Azevedo	A vocação posta em questão	08.68
Visão		Ensino Vocacional: trajetória de uma heresia	01.70
		Cartas: Vocacional	03.70
	Erilsc. Unonius	Ensino Vocacional	03.70
Casa e Jardim		Justiça Militar: Uma absolvição condenatória	06.77
		<u>Suzana informa</u> : (sem título)	07.03.82
Veja		Justiça: não houve crime	06.77
Isto É	Ângelo Ziroldo e Nirlando Beirão	Ufanismo – Ecos do Brasil Varonil	13.02.80
Retrato do Brasil		Sexo nas escolas	Sem data

Anexo 1

Listagem dos Volumes Encadernados

Americana

- 1961 - Relato da pesquisa para planejamento de currículo
- 1962 - Relatório de Planejamento de currículo
 - Planejamentos Anuais – 1ª série
 - Planejamentos – 2º semestre
 - Relatório Anual
 - Relatório – 2º semestre
 - Relatórios e sínteses
- 1963 - Relatório de Planejamento de Currículo
 - Planejamentos – 1º semestre – 1ª série
 - Relatórios – 1º semestre – 1ª série
 - Planejamento Anual – 2º série
 - Relatório anual – 2ª série
- 1964 - Relação de conceitos
 - Pesquisa de comunidade
- 1965 - Planejamentos e relatórios – 2ª série
- 1967 - Planejamentos e relatórios – 1ª série
 - Planejamentos e relatórios – 2ª série
 - Planejamentos e relatórios – 3ª série
 - Planejamentos e relatórios – 4ª série
- 1968 - Planejamentos e relatórios – 1ª série
 - Planejamentos e relatórios – 2ª série
 - Planejamentos e relatórios – 3ª série
 - Planejamentos e relatórios – 4ª série

Barretos

- 1962 - Pesquisa de Comunidade
- 1963 - Relatório de Planejamento de Currículo
 - Planejamentos Anuais – 1ª série
 - Planejamentos – 1ª série
 - Relatórios – 1ª série
- 1964 - Pesquisa sobre População de Pais do Ginásio
- 1965 - Planejamentos e Relatórios – 1ª série
 - Planejamentos e Relatórios – 2ª série
 - Planejamentos e Relatórios – 3ª série
- 1966 - Planejamentos e Relatórios – 1ª série
 - Planejamentos e Relatórios – 2ª série
 - Planejamentos e Relatórios – 3ª série
 - Planejamentos e Relatórios – 4ª série
- 1967 - Planejamentos e Relatórios – 1ª série
 - Planejamentos e Relatórios – 3ª série
 - Planejamentos e Relatórios – 4ª série
- 1968 - Planejamentos e Relatórios – 1ª série
 - Planejamentos e Relatórios – 2ª série
 - Planejamentos e Relatórios – 3ª série
 - Planejamentos e Relatórios – 4ª série

Batatais

- 1961 - Sondagem da Comunidade
- 1962 - Planejamentos Anuais
 - Planejamentos e introdução ao núcleo

- Relatório Administrativo
- Relatório – 1ª série
- 1963 – Planejamento Geral – 1ª série
 - Planejamento Geral – 2ª série
 - II Unidade Didática – O Estado de São Paulo – 2ª série
 - Planejamentos e Relatórios
 - Relatório – 1ª série
 - Relatório – 2ª série
- 1964 - Pesquisa de Adequação de Currículo
 - Escola Comunitária
- 1965 - Planejamentos e Relatórios – 1ª série
 - Planejamentos e Relatórios – 2ª série
 - Planejamentos e Relatórios – 3ª série
 - Planejamentos e Relatórios – 4ª série
- 1966 - Pesquisa de Receptividade de Currículo
- 1968 - Planejamentos e Relatórios – 1ª série
 - Planejamentos e Relatórios – 2ª série
 - Planejamentos e Relatórios – 3ª série
 - Planejamentos e Relatórios – 4ª série

Rio Claro

- 1967 - Planejamentos e Relatórios – 1ª série
 - Planejamentos e Relatórios – 3ª série
 - Planejamentos e Relatórios – 4ª série
- 1968 - Planejamentos e Relatórios – 1ª série
 - Planejamentos e Relatórios – 2ª série

- Planejamentos e Relatórios – 3ª série
- Planejamentos e Relatórios – 4ª série

São Caetano do Sul

- 1968 - Pesquisa sobre a realidade educacional de São Caetano do Sul
- Planejamentos e Relatórios – 1ª série

São Paulo

- 1962 - Pesquisa de Comunidade
 - 1º Planejamento
 - Planejamentos – 1ª série
 - Planejamentos
 - Planejamentos e Relatórios – 1962-1964
- 1963 - Conclusões do Estudo de Comunidade
 - Planejamentos – 1ª e 2ª séries
 - Planejamentos e Relatórios – 2ª série
 - Planejamentos – 2ª Série
 - Relatórios – 1ª série
 - Relatórios – 2ª série
- 1964 - Planejamentos – 2ª série
 - Planejamentos – 3ª série
- 1965 - Planejamentos e Relatórios – 3ª série
 - Planejamentos e Relatórios – 4ª série
- 1966 - Pesquisa de Comunidade
 - Sondagem de Receptividade de Currículo
 - Delimitação de Comunidade Escolar

- Relatório sobre participação e integração de pais – SAGVOA
- Planejamentos e Relatórios – 1ª série
- Planejamentos e Relatórios – 2ª série
- Planejamentos e Relatórios – 3ª série
- Planejamentos e Relatórios – 4ª série
- 1967 - Planejamentos e Relatórios – 1ª série
- Planejamentos e Relatórios – 2ª série
- Planejamentos e Relatórios – 3ª série
- Planejamentos e Relatórios – 4ª série
- 1968 - Pesquisa sobre Processo de Socialização de Alunos
- Planejamentos e Relatórios – 1ª série
- Planejamentos e Relatórios – 2ª série
- Planejamentos e Relatórios – 3ª série
- Planejamentos e Relatórios – 4ª série
- Planejamentos e Relatórios – Noturno
- 1969 - Planos Pedagógicos e Administrativos

SEV

- 1961 - Plano de Atividades de Educação Social, Familiar e Cívica
- Diretrizes e Bases de Artes Industriais
- 1962 - O Uso da Técnica Sociométrica
- Pesquisa Pessoal do Curso de Treinamento
- 1963 - Relatórios do SEV
- 1964 - Relatórios do SEV
- Relatório Administrativo do SEV
- Regimento Interno dos Ginásios Vocacionais

- 1965 - Relato das Atividades do SEV
- 1966 - Relato de Ciências Naturais
 - Relato de Economia Doméstica
 - Relato de Educação Musical
 - Relato de Estudos Sociais
 - Relatório de Orientação Educacional
- 1967 - Relato de Artes Industriais
 - Relato da Experiência Educacional
- 1968 - A Orientação Vocacional no Processo de Orientação Educacional
 - Curso de Matemática Moderna
 - Planos Pedagógicos e Administrativos dos Ginásios Vocacionais
 - Relatório do SEV
- 1969 - Livro de Atas das Reuniões do Grupo de Autores
- 1971 - Planos Pedagógicos e Administrativos do Colégio Estadual Oswaldo Aranha
- sem data
 - Documentos Históricos do SEV
 - Relato de Práticas Agrícolas
 - "Lay-Outs" e Tabelas de Custos de Equipamentos do SEV e dos Ginásios Vocacionais

Anexo II

Listagem da Documentação encontrada em Julho/85 na E. E. S. G. Oswaldo Aranha

- Coletânea de artigos do Diário Oficial
 - livros relativos aos anos 1962, 1963, 1964, 1965, 1966, 1967, 1968, 1969, 1970
 - pasta de 1968 a 1971
 - pasta de 1971
- Livro de Protocolo de saída de documentação aberto em 11/12/70
- Livro de Lançamentos de provas entregues e retiradas para correção aberto em 05/12/62
- Livro de Registro de visitas de Inspectores de Ensino Secundário Básico aberto em 22/07/70
- Livro de Posse de pessoal administrativo e corpo docente aberto em 09/09/70, mas contendo registros desde 1962
- Livro de material doado, sem termo de abertura
- Livro de ponto de reuniões, aberto em 08/09/70, contendo assinaturas deste 1963 até 1967
- Livro de atas das reuniões dos responsáveis pelas Secretarias dos G. E. Vocacionais, com a ata da reunião de 16/06/64
- Livro de registro de publicações no Diário Oficial de 12/07/61 a 63
- Livro de ata da reunião de Artes Plásticas de 14/09/64
- Livro de ata da reunião dos professores de Práticas Comerciais em 15/06/64
- 8 pastas contendo relatórios e planejamento do segundo ciclo, do ano de 1968
- 13 pastas de planejamentos e relatórios do segundo ciclo, no ano de 1969
- 10 pastas de planejamentos e relatórios do segundo ciclo, no ano de 1970
- 7 pastas de planejamentos e relatórios do segundo ciclo, no ano de 1971
- 1 diploma de homenagem aos professores da 1ª turma do Vocacional
- 1 escultura de madeira e cobre
- 1 diploma de homenagem à professora Maria Nilde Mascellani
- arquivos de negativos do GEVOA de 1961 a 1966, 1967 e 1968

- 1 relatório de fotografias do 1ª ciclo noturno de 1968
- 3 álbuns de fotografias
- várias fotografias soltas
- textos de Pedagogia Áudio-Visual Brasileira do Nordeste, Centro-Oeste e Sul
- catálogos de diafilmes
- catálogos de slides
- pasta de negativos do SEV – curso OP – 1969
- catálogos de slides documentários de Batatais e estudos do meio
- vários discos da área de Educação Musical

Conclusão

No período situado entre finais da década de 50 e início da década de 60, na plena vigência daquilo a que os cientistas sociais, de uma maneira geral, chamaram de ‘populismo’, registraram-se inúmeros mecanismos sociais, culturais e políticos que tinham como elo comum o objetivo de acentuar e intensificar o processo de mobilização e conscientização das massas, que então apenas começava a se delinear.

A incipiente consciência popular passava a reconhecer a necessidade de se dar respostas aos desafios e opções colocados pela aceleração do processo de desenvolvimento econômico. As idéias de democracia e liberdade precisavam ainda ser trabalhadas na prática para que lograssem alcançar efetividade no terreno político.

No campo educacional, partindo da crítica à inadequação do modelo seletista e de uma prática bastante autoritária e centralista, algumas correntes passaram a propor alterações curriculares e experimentar métodos ativos de aprendizagem, buscando maior adaptação da escola em relação às especificidades concretas de sua realidade.

O Ensino Vocacional foi uma experiência produto desse contexto histórico. Embasado em informações avançadas da pedagogia, marcadamente nas teorias operacionais piagetianas – que pressupõem o aluno como sujeito de sua própria educação, o ensino vocacional realizou, na sua prática, um novo modelo educacional que tinha a realidade como referencia de fato. Com um currículo centrado em Estudos Sociais, área que propunha os grandes temas de estudo cujos conteúdos específicos eram trabalhados pelas demais áreas, o ensino vocacional teve, como objetivo central, a formação de um homem construtor que, compreendendo seu papel de agente histórico, estivesse preparado para intervir democraticamente na vida de sua sociedade.

Realizada nos quadros institucionais da Secretaria da Educação do Estado de São Paulo, entretanto, a experiência não conseguiu sobreviver ao recrudescimento do regime político nacional. Como, naquele momento, reivindicar a manutenção e a expansão do seu modelo educacional quando as lideranças políticas mais autênticas estavam impedidas, pela força, de se manifestar? Mais que isso, como poderia subsistir um projeto de educação libertária quando a sociedade toda sofria um processo de desmantelamento de suas organizações?

A política educacional instaurada pela reforma de 1971 tratou de se utilizar de algumas das inovações propostas pelo já extinto ensino vocacional, de uma forma totalmente destorcida. Assim é que, para horror dos historiadores, geógrafos e demais cientistas sociais, vimos o estabelecimento de um certo “Estudos Sociais” nas escolas de nível

médio, que, diferentemente da proposta dos vocacionais, exigia um único professor polivalente, formado por qualquer 'faculdade de fim-de-semana' em regime de licenciatura curta, que pasteurizava todo o conteúdo humanístico a ser explorado naquela faixa de ensino.

Da mesma forma introduziu-se a 'pesquisa' como técnica pedagógica, que, longe de demandar alguma elaboração intelectual, passou a ser embasada por um sem número de coleções de fascículos que, encontradas em qualquer banca de jornal, fornecia pronto o trabalho escolar solicitado.

O trabalho em equipe também foi introduzido, só que como uma forma de se dividir os encargos escolares, sem exigir uma discussão do grupo que, esta sim, levaria ao enriquecimento do aluno, tanto no aprofundamento do conteúdo quanto na prática de falar e ouvir o colega organizadamente.

A par dessa manipulação das inovações propostas pelo ensino vocacional, tratou-se de eliminar seus testemunhos, calar as pessoas que se envolveram na experiência, que foram afastadas, muitas delas, das atividades educacionais.

O espírito da experiência, entretanto, permanece vivo na memória do grupo que dela participou. Seus ex-alunos atribuem ao vocacional o despertar em si mesmos para uma compreensão crítica da realidade e para uma atuação social construtiva. Seus professores afirmam que lá aprenderam a trabalhar séria e profissionalmente com educação.

Decorridos dezessete anos de sua arbitrária extinção, o ensino vocacional continua a interessar e empolgar tanto a profissionais da área da educação como a população em geral, ainda carente de um ensino voltado para a sua realidade.

Acreditamos que uma reflexão séria e conseqüente acerca da reformulação do atual quadro educacional no país não pode ignorar o trabalho realizado pelo ensino vocacional.

Nesse sentido, nosso objetivo foi o de contribuir com esta reflexão, através da reunião, organização e referenciação de parcela substancial dos suportes físicos da memória da experiência, acervo ao qual a população deve ter livre acesso.

A recuperação dessas informações, agora facilitada aos pesquisadores pela existência de instrumentos de pesquisa, poderá subsidiar trabalhos de análise histórica acerca da experiência, assim como reflexões acerca da pedagogia proposta por ela, de forma a permitir a compreensão deste passado recente não como algo a ser mecanicamente

reproduzido, mas como algo a ser superado e melhorado, levando-o a servir, de fato, como plataforma referencial para o futuro.

Bibliografia

ARANTES, Antonio A. (org.). Produzindo o passado. Estratégias de construção do patrimônio cultural. São Paulo, Brasiliense, 1984.

ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS HOLANDESES. Manual de arranjo e descrição de arquivos. Rio de Janeiro. Ministério da Justiça e Negócios Interiores, 1960.

BANDEIRA, Moniz. O governo João Goulart. As lutas sociais no Brasil. 1961-1964. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1977.

BARRIGUELLI, J. C. Arquivos privados: esforço para uma conceituação. Trab. Apres. 1º Encontro de Arquivos Privados. São Paulo, 1985.

BEIGUELMAN, Paula. "O processo político-partidário brasileiro de 1945 ao plebiscito". in MOTA, C. E. Brasil em Perspectiva. São Paulo, DIFEL, 1969. p. 319/338.

BELLOTTO, Heloísa L. "Para organizar a memória e as gestões municipais". Revista de Rio Claro. vol. 2, p. 21-40, julho/83.

_____ Conceito de memória no campo da documentação administrativa – transcrição palestra FUNDAP – 22.04.84.

_____ "Arquivos, bibliotecas e museus: fronteiras definidas". Arquivo Rio Claro. Rio Claro, (SP), 1(1):6-11, 1982.

_____ "Elaboração de guias de arquivo". Arquivo: Boletim Histórico e Informativos. São Paulo, 5 (3): julho/setembro, 1984.

_____ "As coordenadas da função arquivística nos arquivos permanentes". Arquivo: Boletim Histórico e Informativo. São Paulo, 2 (3): 85-94, setembro/dezembro, 1981.

_____ O sentido do programa descritivo. S.n.t., mimeo.

_____ "As fronteiras da comunicação". Cadernos FUNDAP. São Paulo, 4 (8): 12-16, abril/1984.

_____ "Identificação de fundos". Arquivo Rio Claro. Rio Claro (SP), 3 (2): 28-35, 1984.

_____ "Arquivos Permanentes: a ordenação interna dos fundos". Arquivo Rio Claro. Rio Claro (SP), 5 (1): 4-15, 1986.

BEZERRA DE MENEZES, U. – “Identidade Cultural e arqueologia”. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Nº 20, 1984, p. 33-36.

_____ - Patrimônio ambiental urbano: do lugar-comum ao lugar de todos. Casa e Jardim – Arquitetura. V (19): 45-46, 1978.

BOSI, Ecléa. Memória e sociedade: lembranças de velhos. São Paulo, T. A. Queiroz, 1979.

BRAM, Joseph. Linguagem e sociedade. Rio de Janeiro. Ed. Bloch, 1968.

CAMARGO, Ana M. de A. A imprensa periódica como objeto de instrumento de trabalho: catálogo da hemeroteca Júlio de Mesquita do IHGSP – tese de doutoramento. USP/FFLCH/Depto. de História, 1975.

CAMARGO, Célia e LOBO, Lúcia – “A pesquisa histórica e as fontes não convencionais”. Revista patrimônio histórico e artístico nacional. Nº 20, 1984. p. 51-53.

CHEVALIER, J. C. A língua: lingüística e história. in LE GOFF, Jacques (org.). História: novos objetos. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1976, p. 84-98.

COHN, Gabriel. Problemas da industrialização no século XX. in MOTA, C. G. Brasil em Perspectiva. São Paulo, Difel, 1969. p. 295-318.

CONGRESSO BRASILEIRO DE ARQUIVOLOGIA, 5. Rio de Janeiro, 17/22 out. 1982. A arquivologia e a realidade brasileira. CENADEM, 1982.

CORTÉS ALONSO, Vicenta. Los documentos y su tratamiento archivístico.

CUNHA, L. A. Rodrigues da. “O milagre brasileiro e a política educacional. Argumento. Rio de Janeiro, Paz e Terra, I (2): 45-54, 1973.

DALLARI, Dalmo de A. A guarda e a eliminação de documentos históricos. (mimeo). Trab. Apresentado no 1º Seminário Estadual sobre Política de Arquivos. São Paulo, FUNDAP, 1983.

DREESE, M. J. Archives and documentations. Archivum. Vol XXX, 1984. p. 53-65.

DUCHEIN, Michel. El respecto de fondos en archivística. Principios teóricos y problemas prácticos. Revista Del Archivo General de la nacion. Nº 5, Buenos Aires, 1976.

EQUIPE DE EDUCADORES DOS GINÁSIOS VOCACIONAIS DO ESTADO DE SÃO PAULO E SERVIÇO DO ENSINO VOCACIONAL. Planos Pedagógicos e

- Administrativos dos Ginásios Estaduais Vocacionais do Estado de São Paulo. São Paulo, SEV, 1968. (mimeo).
- ESPOSEL, J. P. Política brasileira em matéria de arquivos. (mimeo). Trab. Apresentado no 1º Seminário Estadual sobre Política de Arquivos. São Paulo, FUNDAP, 1983.
- FAVIER, Jean. Arquivo, memória da humanidade. Revista Arquivo e Administração. 7 (1): 5-7, janeiro/1979.
- FEBVRE, Lucien. Combats por la Historia. Barcelona, Editorial Ariel, 3ª ed., 1974.
- FERNANDES, Florestan. O dilema educacional brasileiro. In PEREIRA, L. e FORACCHI, M. M. (orgs.). Educação e Sociedade. São Paulo, Cia. Ed. Nacional, p. 414-444.
- FINLEY, M. I. Uso y abusos de la Historia. Barcelona, Grijalbo, 1984.
- FISHER, Tânia. Administração pública como área do conhecimento e de ensino: a trajetória brasileira. Revista de Administração de Empresas. Rio de Janeiro, 24 (4): 278-288.
- FLORES, César. A memória. Lisboa, Publicações Europa-América, Col. Saber, nº 135.
- FRANCO, Celina V. A. P. M. Uma política de gestão de documentos: preparar a documentação do século XX para o século XXI. Cadernos FUNDAP, São Paulo, 4 (8): 17-19, 1984.
- FREIRE, Paulo. Las Iglesias, la educación y el proceso de liberación humana em la historia. Buenos Aires, La Aurora, 3ª ed., 1975.
- _____ Pedagogia do oprimido. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2ª ed., 1975.
- _____ Educação como prática da liberdade. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 5ª ed., 1975.
- FROTA, Luciara S. A. Apontamentos sobre documentação oral. Mimeo.
- _____ A entrevista (1º Curso Intensivo de História Oral – Programa de Estudos Pós-Graduados – PUC/ S. Paulo). Mimeo.
- _____ Notas de aula do curso de história oral a nível de Pós-graduação. UNB, Brasília, 1976.
- FURTADO, Celso. O mito do desenvolvimento econômico. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 4ª ed., 1974.

- _____ Análise do 'modelo' brasileiro. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 5ª ed., 1975.
- _____ Desenvolvimento e política de desenvolvimento. In PEREIRA, L. e FORACCHI, M. M. (orgs.) . Educação e Sociedade. São Paulo, Cia. Ed. Nacional, 1973, p. 370-375.
- GAUYE, Oscar. Specificité dès archives et convergences avec les bibliothèques, les musées et les centres de documentation. Archivum. Vol. XXX, 1984. p. 17-27.
- GÉRARD, Pierre. Les Archives et l'Histoire. La Gazette des Archives. Paris, 103? 265-173, 4 trim., 1975.
- HALBWACHS, Maurice. La mémoire collective. Paris, PUF, 1968.
- HEREDIA HERRERA, Antonia. Instrumentos de descripción. Estúdios Básicos de Archivística. Sevilla, Diputación Provincial, 1983.
- HOBBSAWN, Eric e RANGER, Terence. A invenção das tradições. Rio de Janeiro. Paz e Terra. 1984.
- IANNI, Octávio. O colapso do populismo no Brasil. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 3ª ed., 1975.
- INOJOSA, Rose Marie. A memória atuante. Instrumentos de ação social. Revista Arquivo e Administração. 9 (2). P. 3-5.
- _____ Comunicação em Arquivologia. Análise do arquivo da prefeitura paulistana como meio de comunicação. Dissertação de mestrado. USP/ ECA, 1980.
- _____ Comunicação e arquivos: aspectos conceituais. Cadernos FUNDAP, SP,, 4 (8): 04-10, abril/1984.
- JACOBY, Russell. Amnésia Social. Uma crítica à psicologia conformista de Adler a Laing. Rio de Janeiro, Zahar, 1977.
- KRAKOVITCH, Odile. "Des archives pour quelle histoire?" La Gazette des Archives. Paris, 96? 23-30. 1 trim., 1970.
- LE GOFF, Jacques. Memória. In Enciclopédia Einaudi. Vol. I. Imprensa Nacional, Casa da Moeda, 1984.
- _____ Documento / Monumento. In Enciclopédia Einaudi. Vol I. Imprensa Nacional, Casa da Moeda, 1984.

- LEITE, Miriam L. M. Documentos e arquivos. Rev. Ciência e Cultura. 28 (3): 287-297, 1976.
- LEMOS, Carlos A. C. O que é patrimônio histórico? São Paulo, Brasiliense, 1981.
- LEROI GOURHAN, André. O gesto e a palavra. 2. Memória e ritmos. Lisboa, Edições 70, 1983.
- LIMA, Lauro de Oliveira. Estórias da educação no Brasil: de Pombal a Passarinho. Rio de Janeiro, Ed. Brasília, 1974.
- MARQUANT, R. Os arquivos e as modernas pesquisas econômicas e sociais. Rio de Janeiro. Arquivo Nacional. 1960.
- MASCELLANI, M. N. Considerações sobre renovação educacional. 1967. mimeo.
- MEIRELLES, Hely Lopes. Direito Administrativo Brasileiro. São Paulo, Ed. Revista dos Tribunais, 5ª ed., 1977.
- MICELI, Sérgio (org.). Estado e cultura no Brasil. São Paulo, Difel, 1984.
- MIGUEIS, M. Am. Roteiro para a elaboração de instrumentos de pesquisa em arquivos de custódia. Revista Arquivo e Administração, 5 (2): 7-20, 1976.
- MILANESI, Luís. Ordenar para desordenar. Centros de cultura e bibliotecas públicas. São Paulo, Brasiliense, 1986.
- MOTTA, C. G. Ideologia da cultura brasileira (1933-1974). São Paulo, Ática, 3ª ed., 1977.
- ORTIZ, Renato. Cultura brasileira e identidade nacional. São Paulo, Brasiliense, 1986.
- PAES, Marilena L. Teoria e prática de arquivo. Rio de Janeiro, FGV, Arquivo Central, 1978.
- _____ Arquivo: teoria e prática. Rio de Janeiro, FGV, 1986.
- _____ e MARQUES, H. H. R. Arquivos Fotográficos. Revista Arquivo e Administração. Rio de Janeiro, 5 (2): 8-15, 1977.
- POERNER, Arthur José. O poder jovem: história da participação política dos estudantes brasileiros. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1968.
- RIBEIRO, Darcy. Teoria do Brasil. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2ª ed., 1975.
- RODRIGUES, José Honório. Filosofia e história. Rio de Janeiro. Nova Fronteira, 1981.

- _____ A desordem documental no Brasil. Ciência e Cultura. São Paulo, SBPC, 32 (11): 1507-9, 1980.
- _____ A pesquisa histórica no Brasil. São Paulo, Ed. Nacional, 1969.
- ROY, Teresa M. M. A história oral e o meio brasileiro. Separata da Revista Estudos Históricos. Nº 15. FFCL. Marília, 1976.
- S/A. "Pau de arara". La violência militar em el Brasil. México, Siglo XXI, 1ª edición em español, 1972.
- SÁ, Nicanor P. de. Política educacional e populismo no Brasil. São Paulo, Cortez e Moraes, 1979.
- SHELLENBERG, T. Arquivos modernos: princípios e técnicas. Rio de Janeiro, FGV, 1973.
- _____ Documentos públicos e privados: arranjo e descrição. Rio de Janeiro, FGV, 1980.
- _____ Manual de arquivos. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 1959.
- SEVERINO, Antonio J. Metodologia do trabalho científico. São Paulo, Cortez e Moraes, 1977.
- SILVA, Helenice Rodrigues da. Novas tendências na historiografia francesa nos anos 8. in "Terra e Poder". São Paulo, ANPUH, Ed. Marco Zero, 1986.
- SODRÉ, Nelson Werneck. Síntese da história da cultura brasileira. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 3ª ed., 1974.
- STEINER, Rudolph. Teosofia. Introdução ao conhecimento supra-sensível do mundo e do destino humano. São Paulo, Ed. Antroposófica, 1983.
- _____ Theosophia. Introdução em ultrassensual reconhecença do mundo e da destinação do homem. Rio de Janeiro, s.c.e, 1977.
- STEINNON, Jacques. La naissance de l'écriture. In: Paleographie du Moyen-Âge. Paris, Colin, 1973.
- TAVARES, José Nilo. "Educação e imperialismo no Brasil". Educação e Sociedade. Cedes – Cortez Ed., 1980. p. 5-52.

- TEIXEIRA, Anísio. A educação escolar no Brasil. In: PEREIRA, L. e FORACCHI, M. M. (orgs.). Educação e Sociedade. São Paulo, Cia. Ed. Nacional. P. 388-413.
- VALETTE, J. J. O papel dos arquivos na administração e na política de planificação nos países em desenvolvimento. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 1973.
- VARINE-BOHAN, Hugues de. Patrimônio cultural: a experiência internacional. Notas de aula, FAU-USP, São Paulo, 1975.
- VIEIRA, Evaldo. A república brasileira. 1964-1984. São Paulo, Moderna, 1986.
- WITTER, J. Sebastião. Arquivos e história. O Arquivo do Estado de São Paulo na administração e na história. Tese livre-docência. USP/FFLCH/Depto. de História.
- _____ A história e as novas técnicas documentais. Suplemento Cultural de "O Estado de São Paulo", 20/09/1986.
- UNESCO. Memória da Humanidade. Bibliotecas e arquivos. Correio. 13 (4), abril/1985.